

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JEAN TALVANI COSTA

**DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO:
FIEMG E BDMG ENTRE A CRISE E O APOGEU DA INDÚSTRIA EM MINAS
GERAIS (1962-1974)**

VARGINHA/MG

2023

JEAN TALVANI COSTA

**DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO:
FIEMG E BDMG ENTRE A CRISE E O APOGEU DA INDÚSTRIA EM MINAS
GERAIS (1962-1974)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).
Área de concentração: História Econômica, Economia Política e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira Silva

VARGINHA/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Costa, Jean Talvani.

Desenvolvimento Industrial e Desenvolvimentismo Mineiro : FIEMG e BDMG entre a crise e o apogeu da indústria em Minas Gerais (1962-1974) / Jean Talvani Costa. - Varginha, MG, 2023.

116 f. : il. -

Orientador(a): Roberto Pereira Silva.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Indústria mineira. 2. Desenvolvimentismo mineiro. 3. Política econômica. 4. FIEMG. 5. BDMG. I. Silva, Roberto Pereira, orient. II. Título.

JEAN TALVANI COSTA

**DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO: FIEMG E BDMG ENTRE A
CRISE E O APOGEU DA INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS (1962-1974)**

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 29 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Roberto
Pereira Silva Presidente
da Banca Examinadora
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Michel Deliberali Marson
Instituição: Instituto Tecnológico da Aeronáutica

Prof. Dr. Daniel Do Val Cosentino
Instituição: Universidade Federal de Ouro Preto



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Silva, Professor do Magistério Superior**, em 29/09/2023, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1102348** e o código CRC **401D6DB1**.

Dedico este trabalho ao meu sobrinho, Bento, e aos meus afiliados, Adrian e Julinha. Que no momento em que eles possuem maturidade para aprender sobre alguns temas aqui discutidos, já tenhamos sido capazes de pôr em prática um Brasil mais igualitário e uma sociedade mais solidária e menos predatória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Roberto, pela orientação e amizade ao longo desses dois anos de pesquisa. Qualquer mérito que esta pesquisa venha a ter passa pelas suas leituras e observações, pelo interesse que sempre demonstrou pelo trabalho e por sua compreensão com os obstáculos colocados por minha vida pessoal e profissional.

Agradeço ao Mário Danieli, meu orientador nos tempos de graduação em História, que contribuiu muito para que eu desenvolvesse este trabalho, inclusive, por suas observações na qualificação.

Agradeço aos professores do programa de mestrado em Economia, que em tantos momentos se mostraram compreensivos quanto às limitações que a vida profissional impõe, além, é claro, dos grandes aprendizados por meio das disciplinas ministradas.

Agradeço aos professores Michel Marson, Bruno Aidar, Thiago Gambi, Daniel Cosentino, Alaín Hernandez e Júlio César Zorzenon pelas observações que fizeram em minha pesquisa em ocasiões variadas – disciplinas, qualificação e apresentação do trabalho em eventos -, enriquecendo a bibliografia e os temas aqui trabalhados.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia e à UNIFAL-MG, na pessoa do Marcel, que sempre foi muito solícito às diversas demandas impostas ao longo do mestrado. Agradeço aos amigos economistas que tanto me ajudaram e com quem pude dividir, mesmo que virtualmente, diversos aprendizados, dificuldades e aspirações durante este tempo, em especial, Arlindo, Danilo, Marco Meneguetti e Kelly.

Agradeço aos “amigos de fé e irmãos camaradas” que com “suas palavras de força, de fé e de carinho, me deram a certeza de que nunca estive sozinho”, me apoiando a começar essa empreitada, em especial, Adriano, Caike, Gabriel “Pirulito”, Marcos, João Guilherme, Fred Bonassa, Rodrigo Sanches, Lincoln e Gustavo Felipe.

Agradeço “aos de casa”, Alex, Janaína, Peterson e Thábata, pelo apoio de sempre, desde os tempos em que tive que me mudar para Alfenas, durante a graduação, até os dias de hoje, quando vim embora para a “cidade grande”.

Agradeço a Melissa, que divide comigo todos os momentos, por guardar “uma frase pra mim dentro da sua canção”. Se eu pude chegar até este momento do trabalho, deve-se ao seu amor e paciência comigo.

Agradeço a minha mãe, Maria Aparecida, que me preparou para a vida e para desafios como esse e para “os problemas e as angústias que só gente grande é que tem”.

Agradeço ao meu pai, Antônio, em memória, que guiando seu ônibus levava muitas

peessoas, com seus problemas e sonhos. Entre os seus sonhos, estava o de ver a gente estudando. Que este trabalho tenha sido, também, uma forma de respeitar o seu legado. Fica a ele meu último e saudosos agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A hora é do planejamento, dos programas e das metas, da política realista, dos incentivos fiscais, da conquista de novos mercados, da união de todos em torno de uma causa comum. A hora é dos mineiros e de Minas, onde muita coisa já foi feita e muita coisa resta ainda a fazer.

(MOTTA, 1970).

RESUMO

A fase de estagnação econômica nos anos 1960 causou efeitos negativos na indústria mineira, de tal forma que o empresariado local se via limitado no seu potencial de investir. Os industriais vinculados à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) procuraram atuar junto à uma nova instituição de desenvolvimento fundada no estado em 1962, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). A fundação do banco compõe parte de uma longa trajetória de projetos e instituições criadas pelos mineiros visando o desenvolvimento regional. Com apoio da literatura especializada, falamos em desenvolvimentismo mineiro, para identificar a construção e a afirmação de um ideário que colocar Minas Gerais como um ente espoliado, que tem suas riquezas escoadas para seus vizinhos, São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto permanece em uma posição de atraso relativo, prejudicado por questões como a insuficiência energética, problemas com os modais de transportes e a capacidade técnica da mão de obra. Essa perspectiva é afirmada no principal estudo analisado aqui e realizado pelo BDMG, Diagnóstico da Economia Mineira (1968). Nossa contribuição vem no sentido de demonstrar que essa perspectiva era compartilhada, discutida e divulgada, também, por agentes privados, representados pela FIEMG, neste estudo. O consenso não se limitava apenas a essa visão do atraso relativo, mas também na sua solução, o reconhecimento de que o Estado pode impulsionar as condições para o desenvolvimento regional a partir do planejamento. Além da correspondência desse ideário, verificamos a existência da polivalência das elites, isto é, a presença de indivíduos que atuavam tanto no ramo privado quanto no ramo público. A conclusão foi que o desenvolvimentismo mineiro foi compartilhado entre a FIEMG e o BDMG, pondo em evidência que as duas entidades reforçavam a visão do atraso relativo, o papel do Estado no planejamento e a indução ao desenvolvimento de Minas Gerais a partir do setor industrial.

Palavras-chave: indústria mineira; desenvolvimentismo mineiro; política econômica; FIEMG; BDMG.

ABSTRACT

The phase of economic stagnation in the 1960s had negative effects on the Minas Gerais industry, in such a way that the local business community was limited in its potential to invest. Industrialists affiliated with the Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) sought to work together with a new development institution founded in the state in 1962, the Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). The foundation of the bank is part of a long history of projects and institutions created by miners that drive regional development. With the support of specialized literature, we talk about Minas Gerais development, to identify the construction and affirmation of an ideology that places Minas Gerais as a spoiled entity, which has its riches drained to its neighbors, São Paulo and Rio de Janeiro, while remaining in a position of relative backwardness, hampered by issues such as insufficient energy, problems with modes of transport and the technical capacity of the workforce. This perspective is affirmed in the main study developed here and carried out by the BDMG, *Diagnosis of the Economy of Minas Gerais* (1968). Our contribution comes in the sense of demonstrating that this perspective was shared, discussed and disclosed, also by private agents, represented by FIEMG, in this study. The consensus was not limited only to this view of relative backwardness, but also to its solution, the recognition that the State can contribute to the conditions for regional development based on planning. In addition to the correspondence of this set of ideas, we verified the existence of the polyvalence of the elites, that is, the presence of individuals who worked both in the private sector and in the public sector. The conclusion was that mining development was shared between FIEMG and BDMG, highlighting that the two entities reinforced the vision of relative backwardness, the role of the State in planning and inducing the development of Minas Gerais from the sector industrial.

Keywords: Minas Gerais industry; Minas Gerais developmentalism; economic policy; FIEMG; BDMG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campanha BDMG e FIEMG	90
Figura 2 - Como obter financiamento no BDMG.....	98
Figura 3 - Campanha: Minas Faz Bem Feito.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empresários, técnicos e políticos polivalentes (contiuna).....	53
Quadro 2 - Autores do Diagnóstico da Economia Mineira.....	66
Quadro 3 - Fontes de fornecimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - CEMIG: Evolução da capacidade instalada, rede de transmissão, número de consumidores localidades servidas – 1952-1976.....	27
Tabela 2 - Minas Gerais: Extensão das Estradas Construídas e Custo (1946- 1958).....	28
Tabela 3 - Plano de Metas: investimentos por área.....	31
Tabela 4 - Brasil e Minas Gerais: extensão da Rede Rodoviária Federal: pavimentada e não pavimentada - 1955/1960 - em Km.....	32
Tabela 5 - Brasil e Minas Gerais: extensão da Rede Rodoviária Estadual: pavimentada e não pavimentada – 1955/1960 – em Km.....	32
Tabela 6 - Distribuição regional da renda nacional (%)......	97
Tabela 7- Renda per capita no Nordeste e em alguns estados (% da média nacional).....	98
Tabela 8 - BDMG Valor médio das operações aprovadas.....	99
Tabela 9 - BDMG: aprovações de financiamentos por regiões (1963-1976).....	101
Tabela 10 - Relação dos estudos de pré-viabilidade preparados pelo INDI.....	102
Tabela 11 - Evolução do Produto Interno Bruto Mineiro em relação ao Brasil.....	105

LISTA DE SIGLAS

ACESITA	Companhia de Aços Especiais Itabira
ARBED	Aciéres Réunies de Burbach-Eich-Dudelange
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRDE	Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul
CDI	Companhia de Distritos Industriais
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
ELQUISA	Eletro Química Brasileira S. A.
EMOP	Escola de Minas de Ouro Preto
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIPEA	Fundo de Investimentos da Pequena Empresa e do Artesanato
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMM	Fundo Mineiro-Metalúrgico
FRIMUSA	Frigorífico Mucuri
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ILPES	Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
IPES	Instituto de Pesquisa Econômica e Social
JK	Juscelino Kubistchek
METAMIG	Metais de Minas Gerais S. A.
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PEM	Plano de Eletrificação de Minas Gerais

PMDES	Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social
PREFP	Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção
PRM	Partido Republicano Mineiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TDM	Taxa de Desenvolvimento Metalúrgico
TRE	Taxa de Recuperação Econômica
UDN	União Democrática Nacional
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS	20
2.1	A PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX	20
2.2	ANOS 1930 E 1940	24
2.3	OS ANOS 1950	26
2.4	BALANÇOS	33
3	DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO.....	34
3.1	PROTO-DESENVOLVIMENTISMO EM MINAS GERAIS (1903-1930).....	34
3.2	O DESENVOLVIMENTISMO COMO UM PARADIGMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL	36
3.3	DESENVOLVIMENTO MINEIRO APÓS 1964	38
3.4	BREVE COMPARAÇÃO INTER-REGIONAL	39
4	EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS.....	42
4.1	LINHAS INTERPRETATIVAS DO EMPRESARIADO	42
4.2	A FIEMG E A POLÍTICA MINEIRA	46
5	FIEMG E BDMG NOS ANOS DE CRISE ECONÔMICA (1962-1968).....	49
5.1	A CRISE DOS ANOS 1960	49
5.2	A POLIVALÊNCIA DAS ELITES	52
5.3	ENTRE AS ‘REINVINDICAÇÕES’ E A ‘VIGÍLIA CÍVICA: A FIEMG NA CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 1960	57
5.4	OS PRIMEIROS ANOS DO BDMG	63
5.5	O DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA MINEIRA (1968)	65
6	FIEMG E BDMG NOS ANOS DE EXPANSÃO ECONÔMICA (1968-1974).....	81
6.1	A FIEMG E O NOVO REGIME.....	81
6.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO	87
6.3	É A HORA E A VEZ DOS MINEIROS	94
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação econômica e política de duas instituições mineiras entre os anos de 1962 e 1974. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), entidade empresarial fundada em 1933, nos interessa por conta de sua atuação junto aos industriais, assim como em nome dos industriais junto ao governo. Já o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), fundado em 1962 como uma autarquia, nos interessa como um órgão público voltado ao estudo, orientação e fomento do desenvolvimento econômico do estado. O recorte do trabalho ocupa duas fases distintas quanto ao desempenho econômico em Minas Gerais, uma primeira fase de crise – localizada entre 1962 e 1967 – e uma segunda fase caracterizada pela recuperação e expansão do produto industrial no estado. A motivação para pesquisar as duas instituições parte da leitura da literatura especializada no desenvolvimento de Minas Gerais, que identificou um entendimento em comum entre órgãos públicos e privados, em várias ocasiões, em torno do planejamento para a superação do atraso relativo do estado. Essa perspectiva de desenvolvimento regional aparece, principalmente, nos trabalhos de Otávio Dulci (1999), Clélio Campolina Diniz (1981), Ignácio Godinho Delgado (1997) e, mais recentemente, Daniel Diniz Barbosa (2012). Ao tomarmos conhecimento de fontes produzidas pela FIEMG e pelo BDMG, identificamos que essa visão de planejamento como instrumento de desenvolvimento se traduzia em reivindicações semelhantes presentes nos estudos e análises, bem como, na polivalência de alguns personagens que passavam por essas entidades, tornando bastante interessante pensar a relação entre o banco de desenvolvimento estadual e a entidade da classe empresarial industrial.

Sendo assim, o desenvolvimento industrial é analisado a partir de duas fases distintas em vista de seus resultados, enquanto o desenvolvimentismo mineiro aparece como um conceito que abarca uma leitura gestada no estado para interpretar seu papel no conjunto da economia brasileira, sendo esta compartilhada entre setores públicos e privados e manejada para a recuperação e expansão econômica de Minas Gerais. Considera-se que nos dois momentos de crise e auge industrial permaneceu uma forma de compreensão econômica que pode ser compreendida como desenvolvimentismo mineiro.

Para cumprir este objetivo, a revista *Vida Industrial*, órgão oficial de imprensa da FIEMG, foi utilizada enquanto fonte. A revista *Vida Industrial* tem suas edições preservadas no Centro de Memória do Sistema FIEMG e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, ambos sediados na capital mineira. A revista iniciou sua circulação em

1950, seguindo até a edição de outubro/novembro de 1956, quando sua veiculação foi suspensa por motivos não informados e não identificados. A sua produção foi retomada apenas em novembro de 1961, continuando até 1964 com edições de periodicidade irregular. A revista, por vezes, cobria dois, três ou até quatro meses. A partir de 1965, tornou-se mensal com raras exceções, tendo sua última edição em novembro de 1994¹.

Já o BDMG, fundado em 1962 como uma autarquia, nos interessa por conta de sua atuação ao longo intervalo 1962-1974: uma fase inicial de investimentos em empreendimentos menores e de estudos setoriais e uma segunda fase em que possuía maior capacidade para inversão, quando priorizou projetos mais ambiciosos, além de se expandir junto a outras instituições estratégicas, como o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), a Companhia de Distritos Industriais (CDI) e a Fundação João Pinheiro (FJP).

Para analisar a atuação do banco, lançamos mão de duas fontes principais. O Diagnóstico da Economia Mineira, produzido entre 1967 e 1968 e publicado em seis volumes. Trata-se de um estudo bastante abrangente das condições do estado àquela ocasião. Seu objetivo principal era perceber dentro dos diversos ramos produtivos e locais do estado, quais seriam seus problemas e lacunas. As considerações mais gerais do Diagnóstico procuravam alertar para a existência de um quadro de subdesenvolvimento em Minas Gerais, comprovados por meio da baixa qualificação da mão de obra, a urbanização irregular, o déficit demográfico, a prevalência do setor tradicional e de relações patrimonialistas e familiares, o atraso relativo da indústria no conjunto nacional e a dependência do setor agropecuário. Uma análise mais detida do documento será realizada mais adiante neste trabalho.

Outra fonte bastante valiosa para a análise do BDMG consiste na obra BDMG: 15 anos desenvolvendo Minas, lançado em 1977 pelo próprio banco. O objetivo do documento era fazer uma espécie de retrospectiva da atuação da instituição, demonstrando sua formulação, os projetos, os estudos, os prognósticos e resultados obtidos até aquele momento, bem como algumas expectativas futuras da instituição. Tal documento nos interessa por conta do seu esforço em valorizar o empenho institucional no decorrer da existência da entidade, pensada como uma instituição pública que favoreceu o desenvolvimento do estado.

Para cumprir o objetivo analítico, este trabalho se dividirá em cinco capítulos. O

¹ Informações obtidas por meio do Centro de Memória do Sistema FIEMG.

primeiro capítulo discutirá o processo de industrialização de Minas Gerais em sua relação ao processo de desenvolvimento industrial do Brasil. A preocupação central do capítulo é apontar a importância dos diversos ramos industriais e suas contribuições para a evolução econômica do estado. O recorte estabelecido procura abarcar desde a transição do século XIX para o século XX até a década de 1950. A bibliografia principal desse capítulo conta com as contribuições de Werner Baer (1979), Wilson Suzigan (2021), João Manuel Cardoso de Mello (2009), Ricardo Zimbrão de Paula (2001), Clélio Campolina Diniz (1981), Ignácio Godinho Delgado (1997), Wilson Cano (1998, 2007) e alguns artigos da obra *A Ordem do Progresso*, organizada por Marcelo de Paiva Abreu (1990).

No segundo capítulo, analisa-se o desenvolvimentismo mineiro, entendido como um conceito valioso para a compreensão da atuação das duas instituições no recorte escolhido. Esse conceito é examinado como a formação de uma interpretação do desenvolvimento econômico do estado, considerado por meio de condições de subdesenvolvimento e de atraso relativo que, assumido pelas elites políticas, econômicas e técnicas, geraram um consenso em torno da necessidade da atuação do Estado e do planejamento. A bibliografia principal se baseia nas contribuições de Clélio Campolina Diniz (1981), Otávio Soares Dulci (1999), Daniel Diniz Barbosa (2012) e Ricardo Bielschowsky (2000).

O objetivo do terceiro capítulo é apontar as interpretações sobre a atuação empresarial em torno do desenvolvimento industrial, tendo em vista a estruturação e atividade da FIEMG, enquanto entidade de representação de classe, como é o caso da FIEMG, destacando sua capacidade de organização e seu papel reivindicatório. A centralidade do debate desse capítulo consiste em observar a possibilidade de acesso da FIEMG, enquanto órgão patronal, aos órgãos decisórios do poder público. A bibliografia principal desse capítulo considera as contribuições de Eli Diniz e Renato Raul Boschi (1978), Otávio Dulci (1999), Ignácio Godinho Delgado (1997), Daniel Diniz Barbosa (2012), Heloísa Starling (1986), Marshall Eakin (2001) e Sérgio Birchall (2001).

O quarto capítulo discute o papel da FIEMG e do BDMG nos anos de crise durante a década de 1960, demonstrando como a atuação de órgãos técnicos não ocorria à parte, mas em conjunto com os setores privados, por meio da participação de indivíduos e departamentos que representavam suas concepções de recuperação e de desenvolvimento econômico. O capítulo tem como contribuições bibliográficas principais Marcelo Godoy, Daniel Diniz Barbosa e Lidiany Diniz (2010), Otávio Dulci (1999), Clélio Campolina

Diniz (1981), Maria Armanda Arruda (1990) Felipe Loureiro (2012) e Pedro Paulo Zahluth Bastos (2011).

O quinto capítulo analisa a atuação econômica e política da FIEMG e do BDMG nos anos de expansão da economia mineira, concomitante ao chamado milagre econômico, tendo em vista os resultados obtidos pelo estado e como eles são reivindicados pelas duas instituições, considerando, nesse sentido, como elas podem ser identificadas dentro de um arranjo de preparação institucional em Minas Gerais. Às análises documentais, complementam-se a contribuição da bibliografia principal que consiste na leitura de José Serra (1981), Marcos Napolitano (2014), Clélio Campolina Diniz (1981), Lígia Maria Pereira e Otávio Dulci (1987).

A hipótese de pesquisa é que FIEMG e BDMG compartilhavam uma perspectiva comum ao que alguns autores denominam de desenvolvimentismo mineiro, baseado no reconhecimento do Estado como agente privilegiado para a superação do atraso relativo e do subdesenvolvimento regionais. Ademais, os resultados obtidos na fase de expansão da economia mineira no início dos anos 1970 passaram a ser reivindicados pelas instituições enquanto efeitos das atuações do empresariado local organizado e da tecnocracia mineira.

2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS

O presente capítulo tem como preocupação principal a discussão sobre aspectos da industrialização mineira ao longo do seu processo de consolidação. Com um tema tão amplo, ele tem seus recortes definidos a partir do último quarto do século XIX até o período principal que é abrangido por este trabalho, qual seja, essa opção se justifica por conta do paradigma representado por São Paulo, estado ao qual Minas Gerais possuiu vínculos bastante relevantes e, também, por ser o alvo de comparação recorrente nas fontes que analisamos mais à frente.

A bibliografia consultada discute as condições pelas quais São Paulo conseguiu preparar mecanismos que resultarão, ao longo do tempo, em uma concentração industrial em seu território. Em contraposição, Minas Gerais aparece constantemente, em relatórios e estudos, como atrasada em relação ao paradigma de desenvolvimento consubstanciado em São Paulo.

Nesse sentido, como Minas Gerais e sua indústria se processaram quanto a esse processo de concentração? Como se formulou essa perspectiva do atraso relativo? Como os ramos industriais que se tornaram os mais relevantes nas décadas de 1960 e 1970 chegaram a essa posição? Como os processos econômicos do país produziram seus efeitos sobre o contexto regional mineiro?

Enfim, para responder a essas questões, este capítulo está organizado sob uma lógica cronológica atendendo na primeira seção a transição do século XIX para o século XX, quando ocorreram de maneira mais efetiva a concentração industrial em São Paulo e o atraso relativo mineiro. A seção seguinte trata das décadas de 1930 e 1940, quando a formulação de projetos industriais estatais se tornam mais notórios no estado, dentro de um esquema de ampla transformação institucional do país após a crise de 1929 e o decorrer da Era Vargas. A terceira seção se preocupa com a década de 1950 por conta do processo de especialização produtiva em um contexto de entrada de capitais estrangeiros no país e da possibilidade de novos projetos estatais. Por fim, um pequeno balanço do processo de evolução industrial do estado encerra este capítulo.

2.1 A PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

A adoção do termo indústria no período citado ao invés de processo de industrialização acompanha as contribuições João Manuel Cardoso de Mello (2009) e Wilson Cano (1998) para os quais não ocorreu, até 1933, um processo de industrialização, mas, sim, a instalação de estabelecimentos industriais induzida pelo setor exportador, que só deslocaria

seu eixo para um novo padrão de acumulação, aí sim assentado na indústria, após a recuperação da crise do setor agroexportador em 1929 (SUZIGAN, 2021).

Herdado em certa medida do período colonial, o isolamento entre as regiões do território de Minas Gerais produziu um fenômeno de diferenciação entre elas, de tal maneira que a integração entre algumas delas só foi possível em meados do século XX. Um exemplo é o elo entre a Zona da Mata e o Sul de Minas. Duas áreas economicamente relevantes e com figuras políticas de âmbito nacional que só passaram a ter ligação viária direta a partir dos anos 1960.

Por isso, ocorreu o fenômeno que John Wirth (1982) chamou de mosaico mineiro, no qual as sub-regiões tiveram um desenvolvimento autônomo e sem efetivo contato endógeno, mas, ao contrário, exógeno. Aí surgem os exemplos do Sul de Minas e Triângulo vinculados a São Paulo, a Zona da Mata ao Rio de Janeiro e o Norte de Minas ligado à Bahia.

Torna-se importante destacar esse fenômeno, pois, ao se tratar do objeto desse trabalho, falar em desenvolvimento industrial de Minas Gerais implica reconhecer essa problemática da desintegração. Como veremos no quarto capítulo, essa questão foi identificada pelos estudiosos envolvidos no Diagnóstico da Economia Mineira.

Feita essa consideração, podemos dizer que a indústria mineira do século XIX possuía basicamente três pilares: a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil. Quanto à primeira, os processos produtivos poderiam ser comparados aos adotados na Europa, pois contava com investimentos ingleses. Dado os altos custos das operações, houve uma crise ao fim do século XIX, já que as operações eram caras por lidarem com o sistema de minas subterrâneas. Além disso, houve um número de empreendimentos que excedia o volume de recursos que podia ser extraído, o que acabou resultando numa dispersão de capital, dissolvendo a rentabilidade dos negócios (PAULA, 2001).

No caso da siderurgia, duas situações a prejudicaram. Por um lado, o uso massivo do trabalho escravo travou a absorção das técnicas serem absorvidas pela mão de obra livre, ao menos em curto prazo. Por outro lado, o isolamento relativo formou um mercado limitado, que acabou perdendo com o advento da concorrência das siderúrgicas estrangeiras, que já possuíam mercado mais amplo. Não à toa, as pequenas siderúrgicas viriam ser fechadas nos anos 1890, sem que a siderurgia apresentasse produção relevante até a década de 1920 (PAULA, 2001).

Ao contrário da siderúrgica, a produção têxtil era quase que exclusivamente baseada na mão de obra livre, em geral que abastecia o mercado local, sofrendo alguma concorrência apenas com a introdução das ferrovias. Os estabelecimentos têxteis eram, na maioria das vezes,

de baixo número de empregados e de propriedade familiar (PAULA, 2001).

Segundo Gustavo Franco (1990), o início do regime republicano foi marcado por duas grandes transformações: a expansão dos setores assalariados e a nova inserção do país no mercado mundial. Uma grande dificuldade era a pouca capilaridade bancária no país, que acarretava um esgotamento do meio circulante e da capacidade de financiamento creditício (FRANCO, 1990).

Um surto industrial significativo ocorreu na passagem para o século XX em Juiz de Fora, levado à cabo especialmente pelos setores alimentício e têxtil. O fator que explica esse surto se refere ao capital acumulado pela economia cafeeira, o que estimulou inversões no âmbito urbano-industrial ao elevar a receita do mercado local, estimulando novos núcleos internos, como foi o caso de Juiz de Fora – principal entreposto ferroviário da região –, e favorecendo a modernização do modal de transportes.

A expansão das atividades levou à vinda de imigrantes, que acabaram se constituindo em mão de obra qualificada, tanto para a indústria quanto para o comércio. No entanto esse surto apresentou seus limites após a crise do setor agroexportador em 1929. Problemas relacionados ao abastecimento de água, transportes, comunicação e energia elétrica se mostraram pontos de estrangulamento para a região e para Juiz de Fora em especial.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de representatividade política da região. Na FIEMG, por exemplo, o grupo de Américo Gianetti era ligado a Zona Metalúrgica no centro do estado (PAULA, 2001). Entre os políticos, após Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), presidente de Minas Gerais entre 1926 e 1930, provinha da Zona da Mata, que só voltaria a ter outro político com a mesma proeminência em 1974, quando Itamar Franco (1930-2011) ganhou uma cadeira para o senado (DULCI, 1999).

Wilson Cano (1998) salienta algumas outras características que tipificam a indústria mineira nessa transição de século. O regime de parceria prevaleceu sobre o assalariamento, que pode ser relacionado com a produção em pequena e média propriedade. Além do café, a exportação de gado vivo, laticínios, bem como a expansão imobiliária após a fundação de Belo Horizonte (1898) fez com que surgissem bancos para controlar o fluxo de capital do estado. Apesar da crise econômica que se abateu sobre Minas na década de 1890, o estado manteve ligações comerciais com São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em se considerando o intervalo entre 1919 e 1939, foi o único, ao lado de São Paulo, a elevar sua participação industrial no conjunto do país 5,6% para 6,5%, respectivamente (CANO, 1998).

Entre 1918 e 1924, o governo brasileiro adotou medidas como isenções tributárias, redução de fretes e concessão de créditos com juros e prazos que acabaram favorecendo a

retomada da atividade siderúrgica em Minas. Destaca-se o fato de que, em 1920, o rei Alberto da Bélgica foi convencido por Arthur Bernardes, então presidente do estado, para que fossem feitos investimentos no estado. Assim a Acières Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (ARBED) incorporou a Cia. Siderúrgica Mineira, que havia sido fundada em 1917, dando origem a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. A unidade de Sabará funcionou de forma precária. No entanto, a interferência do governo brasileiro para que a companhia ampliasse sua produção fez com que outra unidade fosse fundada em João Monlevade, em 1935. Nesse período, outras siderúrgicas seriam fundadas como a Metalúrgica Santo Antônio S.A., a Hime & Cia. e a J. S. Brandão & Cia. Ao fim da década de 1930, 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil eram produzidos em Minas Gerais (DINIZ, 1981).

Apesar dos dados otimistas, a redução das exportações do café levou ao aumento da dívida pública e o aumento no êxodo populacional do estado. Aliava-se a essa situação, a deficiência do setor de transportes e do setor energético (DINIZ, 1981). Cabe destacar que foi apenas no início do século XX que fica mais evidente a concentração industrial em São Paulo. Wilson Cano (2007) aponta para três motivos que acabaram sendo determinantes para esse fenômeno: a inexistência de um mercado nacional integrado, a dinâmica das economias regionais e a sua estrutura de concentração de propriedade e de renda e os problemas de rigidez tecnológica (CANO, 2007).

O próprio autor aponta como Minas é um caso flagrante do primeiro motivo. Isto porque as cidades do Triângulo ou da Zona da Mata acabavam interiorizadas sem que o sistema de transporte ou o esquema de mercado garantissem condições de interligação com outras áreas, isso levava ao predomínio de pequenos e médios estabelecimentos que não conseguiram se equiparar e competir com as indústrias de grande porte presentes em São Paulo e Rio de Janeiro (CANO, 2007).

Observa-se que adotar São Paulo enquanto o grande paradigma de desenvolvimento foi justamente o que levou as elites de Minas Gerais a consolidar a perspectiva de atraso relativo, ainda que outras unidades como Rio de Janeiro, Guanabara e até mesmo Goiás chegassem a servista sob esse paradigma em algum momento, mas em bem menor grau.

Buscando uma interpretação para as três primeiras décadas do século XX, Winston Fritsch considera algumas fases distintas. A fase de crescimento e estabilidade (1900-1913) mostrou insuficiência na medida em que a entrada de capitais no país dependia demais da demanda de produtos de exportação, o que comprometia o balanço de pagamentos. A fase de estagnação coincidiu com os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quando não havia dinamização suficiente da atividade econômica e o aumento do custo de vida causou

instabilidade social. Ainda que se registre um novo crescimento na exportação de café e expansão industrial nos anos 1920, persistia o problema da dependência da demanda exportadora, gravemente afetada em 1929. O autor conclui que o impacto e a transformação do mercado mundial após a crise vieram a modificar as bases da política econômica que seriam propostas a partir da década de 1930 (FRITSCH, 1990).

Nos anos 1930, passou a ser cada vez mais efetiva a participação de certos órgãos de estados que começam a atuar na recuperação de aspectos pouco desenvolvidos da economia mineira e mobilizar ações para desenvolver o estado.

2.2 ANOS 1930 E 1940

Segundo Marcelo de Paiva Abreu (1990), o período marcado como Era Vargas possui momentos distintos no âmbito econômico, para além das diferenças políticas mais comumente conhecidas. No período chamado de Governo Provisório (1930-1934), houve uma valorização do produto industrial, ademais, o déficit público foi usado para amortecer a crise e o choque fiscal. Durante o interregno democrático (1934-1937), o crescimento médio do produto internobruuto foi de 6,5% ao ano. Nessa fase, o Brasil já havia ampliado seu comércio com a Alemanha e com os Estados Unidos, rompendo relações com os alemães apenas no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Concomitante ao Estado Novo (1937-1945), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) possibilitou o estreitamento de laços entre Brasil e Estados Unidos, o que inclusive viabilizou empréstimos mobilizados para a construção da Cia. Siderúrgica Nacional e da Cia. do Vale do Rio Doce (ABREU, 1990).

A interventoria de Benedito Valadares (1933-1945) em Minas Gerais percorreu alguns anos com algumas realizações como o Banco Mineiro da Produção e o Plano Rodoviário, cujo principal feito foi a construção da rodovia Belo Horizonte-Uberaba, inaugurada em 1940. Nesse tempo, as elites governamentais mineiras pretendiam captar para o estado o projeto siderúrgico a ser instalado com capitais estadunidenses, porém, foi na cidade fluminense de Volta Redonda em que se instalou a Cia. Siderúrgica Nacional em 1941. No entanto, a perda do projeto siderúrgico e a dificuldade de abastecimento energético a Belo Horizonte levaram o governo estadual e, em especial, a Secretaria de Agricultura a procurar uma saída. (DINIZ, 1981) Como veremos no capítulo seguinte, esse último órgão foi o primeiro espaço efetivo de ação dos técnicos.

A Cidade Industrial de Contagem foi lançada em 1940, como forma de concentrar investimentos para a zona metalúrgica, enquanto o setor de exploração mineral ganhou ímpeto

com a implantação da Companhia Vale do Rio Doce, a partir de 1943. Já em 1944, era fundada a Aços Especiais Itabira S. A. No entanto, os projetos sofreram com a paralisia dos anos de guerra. Pelo mesmo motivo, o projeto da fábrica de alumínio – tendo como mandatário Américo Gianetti – não logrou êxito graças ao grande estoque internacional do produto, sem que houvesse proteção ao empreendimento por parte das autoridades financeiras do país. No ramo siderúrgico, embora os projetos vinculados ao capital estrangeiro tivessem registrado crescimento, a inauguração da Cia. Siderúrgica Nacional em 1946 causou a perda da posição relativa de Minas e inibiu a expansão do ramo nos anos seguintes. No setor agrícola, a queda do preço do café não pôde ser compensada pelo aumento na produção do milho, arroz e feijão, dado que esses produtos eram voltados à subsistência, especialmente, o que não contribuía de forma significativa para a arrecadação de receitas (DINIZ, 1981).

Tendo em vista essa situação, o governo Milton Campos (1946-1950) encomendou o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Sob a perspectiva da indústria, o relatório identificava Minas como um estado atrasado em comparação com seus vizinhos – São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, em especial -, produtor de matérias-primas e importadora de bens manufaturados, posição considerada colonial. De modo mais amplo, destacaram-se as medidas da administração Campos a implantação da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica², sobre transações de qualquer natureza realizadas em Minas, a construção de um novo distrito industrial em Santa Luzia, implantação de um complexo hidrelétrico no rio Santo Antônio (afluente do Rio Doce) e um conjunto de vários ramos industriais a serem apoiados pelo governo com incentivos fiscais, incluindo fertilizantes, materiais de construção, embalagens industriais, indústrias alimentícias, equipamentos agrícolas, equipamentos elétricos e pneus (DULCI, 1999).

Em 1949, a Secretaria da Viação e Obras Públicas, liderada por Lucas Lopes, preparou o Plano de Eletrificação. O programa se embasou em pontos como a expansão de oferta de energia elétrica pelo setor público, integrar os sistemas privados, padronizar os sistemas regionais para permitir a interligação futura e organizar as entidades nos moldes de sociedades anônimas. Ademais, havia o plano de construir uma empresa responsável pelo setor energético do estado, com o capital inicial de Cr\$ 530 milhões, mantendo Cr\$ 125 milhões em ações ordinárias e o restante a ser vendido. Esse arranjo seria a base posterior para a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) em 1952 (DINIZ, 1981).

Em suma, as décadas de 1930 e 1940 foram relevantes para indústria mineira no

² O projeto previa uma cobrança de uma taxa de 0,6% até 1951, caindo para 0,4% em 1952 e para 0,2% em 1953. Como veremos, esse tributo seria uma das fontes de recurso para a fundação do BDMG.

sentido de definir de maneira mais efetiva o Estado enquanto um indutor do desenvolvimento regional. Mesmo que alguns planos tenham se mostrado morosos ou insatisfatórios, eles foram relevantes para consolidar o papel dos programas em uma perspectiva de recuperação econômica do atraso relativo. Nos anos 1950, período de otimismo regional e nacional, os planos formulados durante a gestão Milton Campos se mostraram valiosos para a realização de projetos infraestruturais.

2.3 OS ANOS 1950

A década de 1950 foi marcada por dois governos de Juscelino Kubitschek, no estado de Minas Gerais (1950-1955) e no governo federal (1956-1961). Ao assumir o cargo de mandatário do estado, JK definiu o Binômio Energia e Transportes como mote de sua política. Em 1952, a CEMIG iniciou suas operações incorporando a Cia. de Eletrificação do Médio Rio Doce (Usina de Tronqueiras, em Governador Valadares), a Cia. de Eletrificação do Alto Rio Doce (Usina de Salto Grande), a Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande (Usina de Itutinga) e a Central Elétricado Piau. A modelagem da CEMIG era o de holding, isto é, o Estado repassava à CEMIG uma porcentagem do capital das companhias subsidiárias, a rentabilidade podia ser repassada em ações, enquanto o valor em vendas de ações servia para a construção de novas usinas e novos sistemas (DULCI, 1999, p. 102). Assim, esse caráter empresarial, ao invés de autárquico, permitiu que a CEMIG tivesse dinamização com a participação de capital e pessoal do setor privado.

A evolução das operações da CEMIG foi bastante considerável, vide a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - CEMIG: Evolução da capacidade instalada, rede de transmissão, número de consumidores localidades servidas – 1952-1976

Anos	Capacidade instalada (kW)	Linhas transmissoras existentes	Número de consumidores	Sedes municipais servidas
1952	12.880	176	2.062	3
1953	13.560	176	2.575	3
1954	15.320	176	2.691	3
1955	63.416	651	7.578	5
1956	113.656	914	9.785	8
1957	120.699	1.010	24.715	15
1958	175.179	1.321	33.270	24
1959	194.693	1.681	43.859	32
1960	238.734	2.130	53.539	45
1961	265.314	2.245	87.733	53
1962	395.139	2.720	104.025	60
1963	460.134	3.086	116.677	78
1964	459.819	3.611	136.938	95
1965	517.347	4.275	155.792	114
1966	520.347	5.123	207.652	163
1967	520.347	5.823	251.156	224
1968	582.858	6.226	285.815	255
1969	671.096	6.663	327.175	-
1970	675.576	7.459	418.114	353
1971	1.114.106	8.073	447.528	365
1972	1.116.946	8.686	478.243	376
1973	1.148.005	9.227	793.489	388
1974	1.228.606	9.728	848.107	401
1975	1.515.820	10.115	928.941	430
1976	1.515.308	10.734	1.019.641	445

Fonte: CEMIG (1976) *apud* DINIZ (1981, p. 78).

Enquanto a questão energética era atribuída à CEMIG, a questão dos transportes era repassada ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER), cuja fundação no estado datava de 1946. A política dos transportes foi uma emblemática opção pelo rodoviarismo, em detrimento das ferrovias, que inclusive viria a caracterizar o governo do futuro presidente JK. Por conta do déficit causado por seu arrendamento desde os anos 1930, a Rede Mineira de Viação foi devolvida à União, processo que inclusive havia sido negociado pessoalmente por Juscelino com Vargas. Esse alívio permitiu ao governo estadual concentrar seus esforços na construção

das estradas, no qual se adotou o modelo de radiais, em que Belo Horizonte era o centro de convergência das 16 rodovias em construção. O esquema de funcionamento era baseado em Fundo Rodoviário Nacional, do qual 60% era repassado aos estados mediante atuação financeira e administrativa autônoma de seus departamentos e um plano rodoviário. Entre 1946 e 1950, 615 km foram financiados pelo fundo em parceria com o Tesouro estadual. Entre 1951 e 1955, 3725 km foram construídas – acima dos 2000 km projetados pelo Binômio – a partir de uma diversificação de fontes de financiamento, contando com o Fundo Rodoviário, o Tesouro Estadual, o governo federal, empréstimos internacionais e recursos da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica (DULCI, 1999, p. 97-98).

Uma representação do ritmo da construção rodoviária em Minas Gerais pode ser vista na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Minas Gerais: Extensão das Estradas Construídas e Custo (1946- 1958)

Ano	Extensão Construída (km)	Custo (Cr\$)
1946	73	19.398
1947	119	47.675
1948	141	67.778
1949	83	45.597
1950	199	46.096
1951	183	43.393
1952	932	195.616
1953	953	282.008
1954	952	346.801
1955	705	502.176
1956	493	583.186
1957	312	349.953
1958	187	217.790

Fonte: O SURTO ... (1969 *apud* DINIZ, 1981, p. 81).

A importância do Binômio Energia e Transportes não foi o único grande destaque no que diz respeito ao desenvolvimento de Minas nos anos 1950. Outro projeto mobilizou as elites do estado para a consolidação de um desejo que vinha desde os anos 1930: a construção de sua grande siderúrgica.

De acordo com Ignácio Godinho Delgado (1997), a fundação da CSN em Volta Redonda, a lentidão no desenvolvimento da ACESITA e o fracasso da ELQUISA, fábrica de

alumínio de Américo Gianetti, levou o empresariado mineiro a apoiar ainda mais a presença do Estado, em especial, com o risco da produção siderúrgica se concentrar nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (DELGADO, 1997).

Esse temor se tornaria maior quando em 1956, a CSN iniciou a preparação para participar da implementação da siderúrgica paulista COSIPA, para qual Minas poderia perder a concorrência no fornecimento de minério de ferro. As entidades de classes (incluindo a FIEMG), a imprensa e a Assembleia Legislativa começaram a mover esforços para a apresentação do projeto de implantação de uma usina siderúrgica em Minas. Ficou a cargo de Juscelino Kubitschek, então presidente da República, resolver o impasse entre paulistas e mineiros. JK decidiu por manifestar apoio simultâneo à COSIPA e à USIMINAS, com a participação simultânea da CSN. Ademais, uma missão da nova empresa conseguiu estabelecer um acordo com a Federação das Organizações Econômicas do Japão, no sentido de conseguir sua participação no projeto. O acordo Horikoshi-Lanari (1957) definiu um aporte de Cr\$ 1,92 bilhão dos brasileiros e Cr\$ 1,28 bilhão dos japoneses, que em 1958 foi elevado para Cr\$ 3,2 bilhões, sendo a localização da unidade definida para Ipatinga (DINIZ, 1981).

Delgado (1997) destaca que o modelo diretivo da USIMINAS seria por delegação, cabendo as diretorias técnicas e administrativas aos japoneses e as diretorias financeiras e comercial aos brasileiros, alijando o empresariado local de interferir na empresa. Esse processo, que o autor chamou estratégia de um revés, acabou fortalecendo a dependência do empresariado local privado em relação ao Estado e ao capital estrangeiro (DELGADO, 1997).

Vale apontar que a fase presidencial de Juscelino Kubitschek foi a que conseguiu efetivamente conciliar a estabilidade política com um programa bem-sucedido de desenvolvimento no período democrático compreendido entre o fim do Estado Novo em 1945 e o golpe civil-militar de 1964. Dizemos isso de forma relativa, já que houve tentativas de desestabilização do governo. Todavia, a democracia pôde ser conciliada com o crescimento econômico como poucas vezes na história brasileira.

Isso se deu com base em um discurso otimista presente no plano de governo programa Movimento, ação e desenvolvimento e na promessa de realizar a modernização do país que – supostamente – levaria cinquenta anos nos cinco anos de seu mandato. Ao tomar posse em janeiro de 1956, o presidente eleito criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico que realizou a formulação e acompanhou a execução do Plano de Metas (BIELSCHOWSKY, 2000; MOREIRA, 2013).

O papel do planejamento no pensamento econômico hegemônico nos anos 1950 estava muito bem estabelecido. Com a formulação do Plano de Metas podemos afirmar que ele

consolidou o desenvolvimentismo como retórica e prática da política econômica. No campo político, houve um consenso programático com a aliança parlamentar entre o PSD de JK e o PTB de João Goulart, o que garantiu uma estabilidade política considerável, além do aceite das Forças Armadas ao programa de desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 402).

No campo econômico, nos qual detemo-nos de modo mais aprofundado, o modelo de desenvolvimento seguiu por uma via muito semelhante ao que Juscelino já havia executado enquanto governador do estado de Minas Gerais entre 1951 e 1955 (DINIZ, 1981). Suas ações tiveram como grande expoente o binômio de energia e transportes, procurando conciliar os interesses das elites agrárias e industriais em torno de um consenso desenvolvimentista, enquanto a política monetária e creditícia estivesse em consonância com a industrialização, a questão da concentração de terras pelos grandes latifundiários não era uma preocupação.

Dito isso, a política econômica esteve ligada diretamente ao planejamento central pelos aparelhos governamentais. Como aponta Werner Baer em seu estudo clássico *Industrialização e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, os recursos em cruzeiros seriam destinados nas seguintes porcentagens: 39,7% pela União, 35,4% pelas empresas privadas e mistas, 14,5% por entidades públicas e 10,4% pelos entes federativos. Os recursos em dólar viriam das agências internacionais (como o FMI) e de capital privado sob medidas suplementares para o estímulo à entrada de capitais. Os recursos em cruzeiros totalizavam 236,7 bilhões, enquanto em dólares atingiram 2,3 milhões (BAER, 1979).

Seguindo a proposta de interpretação do Plano de Metas feita pelo mesmo autor, o programa não abordava todas as áreas de investimento público e nem todas as indústrias básicas, da mesma forma como não se conciliou o emprego dos recursos nos setores incluídos com as necessidades dos setores não incluídos sob a disponibilidade global de recursos. As metas atingiam trinta itens reunidos sob cinco áreas a serem cobertas pelos investimentos, sendo elas: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação (BAER, 1979).

Os percentuais destinados a cada uma das áreas em relação aos montantes de investimentos em cruzeiro e em dólares são demonstrados pela Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Plano de Metas: investimentos por área

Área	Bens e serviços produzidos no país (bilhões de Cr\$)	Bens e serviços importados (milhões de US\$)
	(Distribuição percentual)	
Energia	46	37
Transportes	32	25
Produção de alimentos	2	6
Indústrias de base	15	32
Educação	5	-
Total	100	100

Fonte: BAER (1976, p. 56).

Como é possível interpretar, a consolidação da industrialização pesada era a grande destinatária do projeto de investimentos e da alocação de tais recursos, sendo que o setor de alimentos, tradicional àquela altura, recebeu uma atenção consideravelmente menor. A educação seguiu a mesma tendência, chegando aos anos 1960 com números que evidenciavam o atraso do acesso ao ensino básico para um país em um processo de modernização. O resultado do processo de industrialização executado pelo Plano de Metas, segundo Baer (1973), tornou opais

Completamente autossuficiente, na produção de cimento elevando-se esta de 914 mil toneladas, em 1947, para 4680 mil toneladas em 1961; a produção de aço em lingotes passou de 1,4 milhão de toneladas, em 1956, para 2,7 milhões de toneladas em 1962; a produção de veículos automotores aumentou de 31000, em 1962 (com mais de 90% dos componentes fabricados no Brasil); a capacidade instalada de geração de energia elétrica cresceu do nível de 2,8 milhões de kW, em 1954, para 5,8 milhões de kW, em 1962; a extensão das rodovias pavimentadas, que era da ordem de 3200 km no início do governo Kubitschek, quase triplicou até os primeiros anos da década de 1960 (BAER, 1979, p. 57).

O governo JK consolidava com isso a industrialização pesada do país. Seu projeto de modernização tendia a investir de forma significativa nas áreas até então lacunares da economia nacional, com a ampliação da capacidade de produção industrial apontada pelo excerto acima. Todavia, o processo de desenvolvimento não ocorreu sem contradições. Embora as taxas verificadas tenham dado ao país autonomia em setores estratégicos, o modelo baseado no endividamento externo e na flexibilização da política monetária legou alguns problemas que levaram a uma grave crise nos anos 1960, que, sem sucesso, tiveram de ser enfrentadas pelos governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

Ao compararmos os dados de infraestrutura rodoviária para Minas Gerais e para o conjunto do país, temos:

Tabela 4 - Brasil e Minas Gerais: extensão da Rede Rodoviária Federal: pavimentada e não pavimentada - 1955/1960 - em Km

	1955			1960		
	PAV	N. PAV	TOTAL	PAV	N. PAV	TOTAL
MG	95	2.394	2.489	1.785	2.273	4.058
BRASIL	2.376	19.754	22.130	8.675	23.727	32.402

Fonte: PAULA (2001, p. 146).

Tabela 5 - Brasil e Minas Gerais: extensão da Rede Rodoviária Estadual: pavimentada e não pavimentada – 1955/1960 – em Km

	1955			1960		
	PAV	N. PAV	TOTAL	PAV	N. PAV	TOTAL
MG	84	8.960	9.044	201	13.243	13.444
BRASIL	757	53.291	54.063	4.028	71.925	75.953

Fonte: PAULA (2001, p. 146).

Podemos observar que Minas participou consideravelmente da ampliação rodoviária, em especial, dos investimentos federais, de tal forma que a sua área pavimentada foi ampliada em quase 19 vezes. Ao passo em que se considerando o total, tanto estadual quanto federal, ampliou sua malha em quase 6 mil km, ainda que o valor não pavimentado seja significativo.

Em balanço dos anos 1950, temos que a indústria ampliou sua participação no produto estadual, no entanto a indústria mineira decaiu sua participação no conjunto do produto industrial brasileiro, de 7,1% em 1949 para 6,6% em 1960. A estrutura produtiva se transformou de tal maneira que os minerais não metálicos e o setor metalúrgico foram de 28,3% (1949) para 40,2% (1959), enquanto os ramos têxteis e alimentar recuaram de 51,8% (1949) para 37,4% (1959) no valor de transformação industrial do estado. Quando observamos a porcentagem de crescimento dos ramos industriais temos uma conjunção entre os investimentos estatais e estrangeiros à especialização com base nos recursos naturais da região, dessa forma: minerais não- metálicos (368%), energia elétrica (270%), extração mineral (270%), metalurgia(232%) e construção civil (160%) (DULCI, 1999).

2.4 BALANÇOS

Cabe destacar que o discurso de atraso relativo se configurou a partir de uma perspectiva que coloca São Paulo, a principal unidade vizinha, como um paradigma de desenvolvimento. Como vimos, a concentração industrial processada no início do século XX levou as elites mineiras, sobretudo após 1930, a procurarem mecanismos para essa superação. As instituições que serão destaque no capítulo seguinte acabaram se envolvendo em um esquema mais geral de interpretação que privilegia o Estado como promotor do desenvolvimento a partir do planejamento.

O capital privado local, dadas as suas características de menor porte em setores tradicionais e de pequenos e médios estabelecimentos, procurou compensar sua fragilidade na capacidade de inversões com a presença do capital estrangeiro, vista efetivamente desde os anos 1920, e com a presença do Estado, consolidada a partir da busca pelo projeto da instalação da grande siderúrgica em Minas Gerais.

Em uma perspectiva mais ampla, vemos que Minas, apesar das oscilações na participação no conjunto da economia e da produção industrial brasileiras, buscou a ocupação de um espaço a partir de suas capacidades naturais, locacionais e políticas. Como será aprofundado em capítulos seguintes a atuação política pode ser considerada um modo operante de solução e de recuperação da economia estadual em diversas ocasiões. Os anos 1960 e 1970 foram um caso disso, aliando novamente preparação institucional, atuação política e programa econômico.

3 DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO

Este capítulo mira a discussão do desenvolvimentismo mineiro. De forma preliminar, podemos dizer que se trata de uma concepção sobre a condição de dependência, ou mesmo da condição semicolonial de uma determinada região em relação à outra unidade dentro do corpo nacional. No caso, a dependência mineira em relação às unidades federativas vizinhas, São Paulo, em especial, Rio de Janeiro e Guanabara, secundariamente.

Ao longo do século XX foi sendo amadurecida a perspectiva de que Minas Gerais sofria um atraso relativo, sem que se utilizasse satisfatoriamente suas condições naturais, populacionais, locacionais e geográficas. Nesse sentido, a solução deveria ser institucional. Dito de outra forma, o planejamento como meio para identificar os problemas e direcionar as soluções deveria ser a resposta. Nesse esquema, instituições públicas e privadas passaram a endossar essa perspectiva.

Para analisar a construção desse ideário em Minas Gerais, o capítulo se dividirá em três seções. A primeira trata do proto-desenvolvimentismo, isto é, a formulação dessa perspectiva sem que o desenvolvimentismo propriamente dito estivesse estabelecido, identificando os primeiros movimentos institucionais no estado nessa direção. A segunda seção lida com o desenvolvimentismo enquanto um paradigma para os principais programas econômicos formulados no estado entre as décadas de 1940 e 1950. A terceira seção estabelece o desenvolvimentismo mineiro na transição dos anos 1960 e 1970, considerando as profundas transformações que o país sofria, em especial, após 1964. Por fim, procura-se um breve comparativo entre o caso mineiro e outros processos de desenvolvimento regional.

3.1 PROTO-DESENVOLVIMENTISMO EM MINAS GERAIS (1903-1930)

O marco emblemático para a construção de um paradigma de superação do atraso relativo no estado foi o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, entre 13 e 20 de maio de 1903. A importância desse evento reside no fato de que o Partido Republicano Mineiro (PRM) foi quem sedimentou a força política das classes conservadoras em torno de um problema econômico – a crise cafeeira do final do século XIX e o crescimento irregular em contraste com São Paulo – e estimulou a mobilização política para esse problema, permitindo que a realidade econômica identificada desse à atuação das elites a sua legitimidade (BARBOSA, 2012).

Os debates do Congresso de 1903 ganham força e grande legitimidade com a posse comopresidente do estado, em 1906, de João Pinheiro (1906-1908). Este havia sido presidente do congresso e figura de bastante proeminência no PRM. Já em seu Manifesto-Programa, dedicava especial atenção ao fato de que, desde o período colonial, a indústria mineira servia como fonte extraordinária de riqueza para a metrópole. De tal maneira que, no início do século XX, a questão ainda merecia destaque, dado que a indústria do ferro, naquela ocasião, poderia ser explorada como um meio de capitalização, desde que o objetivo principal da indústria extrativamaneira fosse o desenvolvimento de Minas Gerais (BARBOSA, 2012).

Em uma leitura sobre o desenvolvimentismo de João Pinheiro, João Antônio de Paula destaca que sua plataforma política anunciava os tempos do desenvolvimentismo não somente pela perspectiva da modernização (ainda que assentada na agricultura), pelo auxílio do poder público à produção e crédito ou nos mecanismos de proteção de mercadorias nacionais, mas também pela

Permanência do quadro geral de bloqueio a efetivo processo de distribuição de renda e da riqueza, seja pela interdição da reforma agrária, seja pela parcial e precária valorização do trabalho, que tem se mantido no país. No essencial, tanto João Pinheiro quanto Vargas e JK, [esses dois] momentos altos do desenvolvimentismo brasileiro, mantiveram-se no campo de um projeto de modernização capitalista periférico, dependente e excluyente (PAULA, 2021, p. 143).

Temos com isso uma perspectiva de que as virtudes da modernização não são absorvidas pela população de modo sistemático e efetivo por conta de mecanismos que brecam a distribuição de renda e riqueza. Como veremos adiante, baseia-se fortemente nessa característica o desenvolvimento vivido por Minas Gerais e pelo país nos anos 1970.

Nas décadas de 1910 e 1920 se daria um confronto que demonstraria a força e o amadurecimento dessa perspectiva proto-desenvolvimentista. A empresa Itabira Iron Ore Company Limited foi estabelecida por um grupo de britânicos procurando estruturar a exploração de minério de ferro na região do vale do Rio Doce. O projeto envolvia o controle da Estrada de Ferro Vitória – Minas. No entanto, o grupo de engenheiros ligados à Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) exerceu sua influência junto ao então presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes, indicando que se o projeto estrangeiro fosse adiante viria a fragilizar as iniciativas siderúrgicas locais. O impasse só seria resolvido com a fundação da Vale do Rio Doce e a nacionalização das propriedades da Itabira Iron Ore em 1942. O que se torna bastante relevante notar é o papel do grupo emopiano em relação à política mineral e na apresentação de soluções técnicas para criar suporte visando a independência local em relação ao capital estrangeiro, que indicam uma postura ativa, atuação industrializante e a formulação do discurso

desenvolvimentista mineiro, no sentido de buscar autonomia regional (BARBOSA, 2012).

Cabe dedicar uma breve análise sobre a EMOP, pois esta surgiu em 1876, como iniciativa pessoal de Dom Pedro II, em um contexto de disparidade da produção agrícola sobrea mineração e de centros urbanos frente a áreas rurais. No entanto, gradualmente, ela foi tendo impacto na medida em que a economia brasileira foi apresentando sinais de diversificação e na influência que seus egressos passaram a exercer sobre a política de minérios, caso da criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, durante o governo Afonso Pena (1906-1909) (CARVALHO, 1978).

Outro projeto de ensino que cabe a menção é a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, conhecida como Escola de Viçosa, inaugurada em 1926. Destacando-se uma direção técnico-empresarial visando a modernização do campo, com influência sobre a administração pública. Ademais, foi dado um peso à pesquisa ao lado da extensão e ensino que proporcionou, não apenas suporte ao modelo de desenvolvimento que os dirigentes mineiros gostariam de implantar, como também o trinômio ensino-pesquisa-extensão que caracteriza os estabelecimentos universitários modernos (DULCI, 1999).

Como se pode ler a partir desta seção, uma consciência proto-desenvolvimentista foi sendo amadurecida no início do século XX, assentada na modernização, na participação efetiva do Estado e na defesa do interesse regional/nacional em detrimento do estrangeiro e dos estados concorrentes a Minas Gerais (BARBOSA, 2012, p. 96). Características que passariam aos holofotes do debate econômico no Brasil a partir dos anos 1930, assim como legitimariam programas como vistos no capítulo anterior, vide Plano de Recuperação e Fomento da Produção (1947), Plano de Eletrificação (1950) e o Binômio Energia e Transportes (1950-1955).

Portanto, essas instituições foram muito relevantes para a formação de um paradigma analítico sobre Minas Gerais, que se provou ao longo das décadas seguintes, também, um modelo de intervenção na política. O que já indica a existência de espaços que conformavam determinados consensos em torno da realidade mineira, assim como em um caminho para intervir nela.

3.2 O DESENVOLVIMENTISMO COMO UM PARADIGMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL

Podemos considerar o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947, como a primeira experiência de planejamento regional realizada em Minas Gerais,

pensada em âmbito macro, procurando abranger a produção agrícola e a produção industrial. Por outro lado, no PREFP foram mobilizados esforços para que Belo Horizonte pudesse se consolidar como a região capaz de concentrar recursos e viabilizar a ligação com outras regiões do estado, também cabe destacar que a decisão tinha cunho político, pois vinculava a capital burocrática e administrativa como ponto fundamental de decisão no desenvolvimento econômico (BARBOSA, 2012).

A mesma tendência pessimista que veremos ser acentuada mais adiante no Diagnóstico da Economia Mineira aparece aqui, pois aspectos como o esgotamento, o pauperismo e desaparecimento de seus recursos naturais e sociais estavam tornando a economia mineira desprotegida e abandonada (BARBOSA, 2012). O PREFP propunha o poder público como um agente que viabiliza a iniciativa privada, de tal forma que ele suprisse insuficiências, principalmente na questão energética e de transportes (BARBOSA, 2012). A questão do ensino técnico também era visto com atenção, em especial, para a produção no campo (BARBOSA, 2012).

Essa preocupação com a energia era tamanha que levou o secretário de Viação de Obras Públicas, José Rodrigues Seabra, a solicitar um estudo sobre o setor energético mineiro à Companhia Brasileira de Engenharia, na pessoa de seu então coordenador geral, Lucas Lopes. Daniel Diniz Barbosa (2012) destaca uma importante divergência entre o Plano de Eletrificação de Minas Gerais e o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção quanto às secretarias das quais se originaram, embora na mesma administração Milton Campos (1947-1951): o PREFP foi elaborado pela Secretaria de Agricultura, cujo corpo técnico era ligado à UDN, enquanto o PEMG foi elaborado na Secretaria de Viação e Obras Públicas, que possuía pessoal ligado ao PSD (BARBOSA, 2012).

Embora o Plano possa remeter a um documento de preocupação setorial, sua definição o colocava em meio à noção de planejamento para o desenvolvimento da economia regional, considerando a importância da geografia econômica como meio de conhecimento das potencialidades do estado, de tal maneira que o poder público concatenasse as características locais com a construção de um paradigma de mudança da realidade mineira (BARBOSA, 2012).

É relevante destacar, também, como se voltará a indicar nos capítulos seguintes, que se formou um consenso entre os grupos públicos e privados, políticos e técnicos, de que Minas Gerais deveria usar dos mecanismos institucionais do Estado para mover a economia regional, de modo que ela funcionasse como um indutor do desenvolvimento por meio do planejamento, essa é a característica fundamental do desenvolvimentismo mineiro.

Ambos os documentos da gestão Milton Campos mencionados anteriormente serviram de partida para o programa de ação com metas determinadas pelo governo subsequente, encabeçado por Juscelino Kubitschek (1951-1955), conhecido por Binômio Energia e Transportes.

Esse binômio seria consolidado com a fundação de duas novas instituições: as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), com a responsabilidade acrescer 200 mil kW à capacidade instalada e a construção de novas usinas hidrelétricas; e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), cuja missão era abrir 2 mil km de novas rodovias e pavimentar outros 500 km (BARBOSA, 2012).

A mensagem do Executivo é bastante reveladora de como se reconhecía o papel da intervenção estatal para o interesse público, sendo capaz de fomentar inversões que o capital privado não faria (BARBOSA, 2012). O binômio consolidou o arranjo que caracteriza o desenvolvimentismo mineiro, o planejamento regional visando a solução de entraves infraestruturais a partir da ação de um grupo de técnicos cujo trabalho foi viabilizado pela ação política. Também é bem revelador que a força desse discurso levou figuras do contexto mineiro para o âmbito nacional, casos de JK à presidência (1956-1961) e de Lucas Lopes ao Ministério da Fazenda (1958-1959).

3.3 DESENVOLVIMENTO MINEIRO APÓS 1964

Cabe uma breve discussão acerca das controvérsias sobre o conceito de desenvolvimentismo, seja para o caso mineiro ou de modo mais geral como um paradigma de modernização da periferia subdesenvolvida. Isso se deve à controvérsia causada pela ruptura institucional deflagrada pelo golpe civil-militar de 1964.

Ricardo Bielschowsky (2011) indicou, mais recentemente, que o desenvolvimentismo possui dois ciclos ideológicos – 1930-1964 e 1964-1980 – que configuram uma perspectiva de superação do subdesenvolvimento pelo projeto de industrialização integral conduzido pelo Estado. O autor indica que após 1980, o desenvolvimentismo se torna uma forma difusa e pouco coesa de anti-neoliberalismo ou contra hegemonia da perspectiva de primazia do mercado consagrada pelo Consenso de Washington (1989) e pelas medidas de política econômica de caráter privatista que seriam recorrentes nos anos 1980 e 1990 (BIELSCHOWSKY, 2011).

Uma interpretação alternativa a esse processo é dada por Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury (2012). Segundo o autor, o projeto de nação sobre o qual o consenso

desenvolvimentista dos anos 1940 e 1950 havia sido construído, dissolveu-se após 1964, de tal maneira que o milagre econômico e a noção de Brasil potência legitimavam um novo arranjo de classes entre as elites que governavam o país nos anos 1970. Dito de outra forma, mesmo que o Estado atuasse em prol da diversificação produtiva e da defesa do mercado interno, o novo padrão de desenvolvimento – feito pelo alto, excludente e sem perspectiva de mudança social material – impossibilitaria classificar o período como desenvolvimentismo, sendo adequado, no máximo, falar em pós-desenvolvimentismo (BARBOSA; KOURY, 2012, p. 1076-1077).

Para o caso de Minas Gerais, Daniel Diniz Barbosa (2012) indica que a percepção de atraso relativo e da condição de subdesenvolvimento regional foi arregimentado pelas elites mineiras que passaram a propor um esforço de superação dessas posições a partir de um pacto entre dirigentes políticos, econômicos e técnicos em torno do Estado, leia-se regionalmente, como organizador e promotor do desenvolvimento. Tendo como ponto de partida a modernização produtiva, a defesa do interesse regional contra a espoliação externa e o reconhecimento do poder público como o ponto de equilíbrio do arranjo das elites de Minas Gerais (BARBOSA, 2012).

Dentro desse esquema se legitimaram iniciativas como o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947), o Plano de Eletrificação (1952), o Binômio Energia e Transportes (1950-1955), a fundação da CEMIG (1952) e do BDMG (1962). Podemos considerar que o Diagnóstico da Economia Mineira foi um expoente muito significativo desse entendimento sobre o desenvolvimento regional. O próprio Diagnóstico trazia em suas considerações gerais que “a análise da realidade econômica de Minas Gerais [...] evidencia uma situação típica de subdesenvolvimento” (BDMG, 1968a, p. 21). Essa percepção foi um instrumento para mover as forças endógenas de desenvolvimento.

3.4 BREVE COMPARAÇÃO INTER-REGIONAL

Como pode ser lido ao longo deste trabalho, o desenvolvimentismo mineiro foi formulado a partir de uma perspectiva de atraso relativo, sendo a solução a mobilização de recursos institucionais internos a partir do planejamento para promover o desenvolvimento. Dito isso, cabe analisar, utilizando-se da valiosa análise de Otávio Dulci (1999) três casos paradigmáticos com relação ao caso mineiro: o Rio Grande do Sul, onde o percurso do emprego de forças endógenas guardou semelhanças com Minas; o Paraná, no qual houve um processo de

desenvolvimento complementar a São Paulo; e a Bahia, em que o desenvolvimento se deu a partir de forças exógenas.

O esquema de poder da Primeira República (1889-1930) marcou uma política de isolamento dos gaúchos em relação à política nacional. O desenvolvimento regional, nesse caso, derivava do positivismo, que havia marcado a formação do Partido Republicano Riograndense (PRR). No entanto, foi a partir da gestão Getúlio Vargas (1928-1930) como presidente do estado que houve uma mobilização institucional pela modernização do estado. Adiante, o processo nacional de industrialização levou as elites estaduais a usarem novos mecanismos, como o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul e o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para o desenvolvimento industrial. A diferença em relação a Minas se deu por conta das décadas, já que a prosperidade agrária gaúcha não admitia a mesma visão de atraso relativo, como era o caso dos mineiros (DULCI, 1999).

O caso do Paraná corresponde a um esquema de subordinação ao centro econômico, isto é, São Paulo. O tipo de povoamento do estado, de imigração europeia, levou à construção do paranismo enquanto uma terra de imigrantes orientados para o trabalho. O desenvolvimento do estado, muito ligado à cafeicultura, portanto, seria fruto da iniciativa privada e da burguesia paulista. A partir dos anos 1950, houve a percepção em estudos governamentais de que o estado vivia uma dependência e um atraso em relação a São Paulo e isso deveria ser superado por meios institucionais que moveriam o estado para a diversificação produtiva. Ademais, a fundação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), em 1962, pretendia investir em pequenos empreendimentos locais para esse fim. No entanto, houve uma ruptura com a inauguração de um novo regime em 1964, que levou as elites paranaenses a optarem por atrair empresas de grande porte vindas de São Paulo ou estrangeiras. Tal estratégia levou ao fato de que o Paraná tenha se beneficiado consideravelmente pela desconcentração industrial na transição para os anos 1970 (DULCI, 1999).

O terceiro caso a ser explorado é o do estado da Bahia, isto, porque, tratou-se de um modelo de desenvolvimento mobilizado a partir de forças exógenas. A Bahia possui uma característica geográfica semelhante a Minas, no sentido de possuir um território de grandes dimensões e consideravelmente disperso do ponto de vista demográfico. O ponto de atuação dessas forças externas ao estado ocorre a partir da fundação da Petrobras (1953) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959), essas instituições passaram a articular os núcleos econômicos da Bahia com a tecnocracia federal (DULCI, 1999).

Por meio dos casos analisados, podemos ver que as décadas situadas entre 1930 e 1970 foram bastante relevantes não apenas para o processo de industrialização em si, mas, também,

da mobilização de determinados esquemas regionais característicos, que, como vimos, poderia ser realizado por meios endógenos, complementares ou exógenos. Para além disso, o paradigma desenvolvimentista foi apropriado de diversas formas pelas elites locais espalhadas pelo país. A condição econômica, em muitos casos, exigia uma determinada atuação política que respondesse às demandas regionais. Como veremos no capítulo a seguir, o empresariado encontrou nesse esquema político um dos seus principais alvos para pressionar por seus objetivos.

4 EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS

O capítulo que se inicia pretende conceituar a capacidade de atuação do empresariado mineiro no âmbito da política. Como reiteradamente se afirma nesta pesquisa, havia uma percepção de atraso relativo e de condição de subdesenvolvimento pelas elites mineiras acerca das condições de Minas Gerais. Dito isso, também ocorreu um grau de coesão entre esses grupos no entendimento do que deveria ser essa superação, que coincide com desenvolvimentismo mineiro, analisado no capítulo anterior.

Cabe aqui entender como o processo de recuperação econômica de Minas possui importantes nuances políticas, na medida em que os entraves econômicos ou sociais encontravam na dimensão governamental algum nível de solução. Destaca-se que a política é abordada em seu âmbito representativo, no qual o empresariado industrial mineiro buscou meios de se organizar e agir como um grupo de pressão, assim como a figura do político não esteve alheio aos processos de modernização que são discutidos no trabalho.

Para cumprir seu objetivo, o capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, procura-se estabelecer algumas linhas interpretativas sobre o empresariado, isto para compreender como tal grupo foi visto pela literatura especializada em vista de sua capacidade de atuação e de seu papel no processo de modernização. A segunda seção se dedica à análise da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), tendo em vista aspectos de sua origem, a partir de seu vínculo com instituições públicas mineiras, sua atuação e a dimensão da sua influência no campo político.

4.1 LINHAS INTERPRETATIVAS DO EMPRESARIADO

De forma geral, podemos afirmar que as linhas hegemônicas da leitura sobre o empresariado no Brasil consistem em duas: uma que tendeu a observar o empresariado em vista de sua fragilidade de constituir-se enquanto classe e promotor do desenvolvimento e da industrialização do país, e uma outra que entende que a ação do Estado e do capital estrangeiro não retiraram do empresariado nacional a possibilidade de constituir mecanismos que lhe desse autonomia.

A primeira linha é caudatária da chamada teoria da dependência, que encontra respaldo nos trabalhos clássicos de Luciano Martins, *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*, publicado em 1965, e *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1966. Martins deu ênfase aos fatores

externos do desenvolvimento nacional em relação ao capitalismo mundial e suas mudanças com a crise do setor exportador após 1930. O empresariado manteria uma relação subordinada com outras forças sociais, principalmente com o intervencionismo estatal, e seria desprovido de um projeto definido para a sociedade brasileira, o que tornaria improvável a consolidação da consciência de pertencimento a uma classe, de modo que o Estado se tornava o promotor e ator do desenvolvimento industrial (DELGADO, 1997; DULCI, 1999).

No mesmo sentido argumentativo, Fernando Henrique Cardoso entendeu o comportamento empresarial como reativo, empírico e incapaz de uma ação sólida e coesa. Sua justificativa foi a de que o empresariado teria se mantido resistente à inovação nas primeiras décadas do processo de industrialização e ficado isolado politicamente pelas condições de mercado do modelo agrário exportador. A partir dos anos 1950, teria havido uma abertura em relação à sociedade, mas o empresariado não se consolidaria como um agente da inovação pela ausência dos antagonismos entre os setores industriais e os setores agrários no processo de formação do capitalismo brasileiro, culminando no regime de monopólios e na dependência do capital estrangeiro, que teria maior preponderância nesse período (DELGADO, 1997; DULCI, 1999).

A partir dos anos 1970, trabalhos como os de Eli Diniz, Renato Raul Boschi, Otávio Dulci e Marisa Saenz Leme procuraram demonstrar que as postulações de Martins e Cardoso contribuíram em aspectos importantes para o entendimento do papel ocupado pelo empresariado no processo de industrialização do país, todavia, acabaram por cometer o equívoco de replicar os modelos europeus de sucessão de estágios de desenvolvimento para o caso brasileiro, enquanto capitalismo tardio, e em ignorar os mecanismos e aparelhos desenvolvidos pelo empresariado (DELGADO, 1997, p. 17- 18).

Em *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*, obra publicada em 1978, Eli Diniz e Renato Raul Boschi fizeram uma abordagem do desenvolvimento do capitalismo nacional evitando polarizar e isolar os aparelhos estatais dos interesses de classe. Mas sim, demonstram o papel da articulação de interesses formulados nos setores tecnocráticos do empresariado e sua ligação com setores da burocracia estatal. Os autores consideraram, neste sentido, que a constituição de um espaço de atuação não foi simplesmente cooptado pela atuação do Estado no processo de transição de um modelo agrário exportador para uma base industrial e urbana após 1930. Levando em conta que estudos, diagnósticos e programas de planejamento econômico contaram com agentes ligados aos setores privados. A partir dos anos 1950, o empresariado não se debilitou mediante a inserção e importância das multinacionais e do capital estrangeiro no país, mas produziu modelos de desenvolvimento integrado (DINIZ;

BOSCHI, 1978).

No sentido do papel da tecnocracia no desenvolvimento industrial e sua relação com o Estado e o capital estrangeiro, vale destacar os trabalhos para o caso de Minas Gerais realizados por Clélio Campolina Diniz em Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira, de 1981 e Política e recuperação econômica em Minas Gerais de Otávio Soares Dulci, publicado em 1999. Diniz chamou a atenção para o caso específico da industrialização mineira, que diferentemente do eixo São Paulo e Rio de Janeiro, não conseguiu engendrar as bases de acumulação do setor exportador que poderiam resultar na expansão do setor industrial, sobressaindo os elementos da presença do Estado e do capital estrangeiro para a dinâmica industrial. Com a crise dos anos 1960, os setores tradicionais (como têxteis e alimentícios) tenderam a sofrer a fusão de empreendimentos, enquanto setores como siderúrgicos, eram liderados por estatais ou pelo capital estrangeiro. Assim, um papel determinante foi desempenhado pela tecnocracia ligada à FIEMG, ao formular as bases do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), além de diagnosticar a potencialidade da alocação de recursos em setores estratégicos para a recuperação econômica para a superação de seu atraso relativo (DINIZ, 1981).

Neste sentido, a contribuição de Otávio Soares Dulci veio no sentido de destacar as oportunidades econômicas com os recursos políticos, sustentando a tese da relação entre o grau de atraso e grau de politização no processo de desenvolvimento econômico do estado, a demonstrar que a coesão entre a elite econômica e a elite política de Minas Gerais abordava de forma estrategicamente estratégica e politicamente orientada a questão do atraso relativo mineiro em relação ao eixo São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, havia a possibilidade de mobilizar condições do lado político para suprir as insuficiências da economia regional, concomitantemente ao elevado nível de coesão das elites que possibilitou o esforço de recuperação econômica. Em suma, formou-se, no caso mineiro, uma tecnoburocracia ligada às entidades de classe, como a FIEMG e a Associação Comercial de Minas, que ocupou funções influentes em órgãos estratégicos do aparelho governamental. Houve, portanto, uma correspondência entre o atraso econômico e o sentido político-institucional do processo de desenvolvimento por meio da direção organizada e da convergência estratégica (DULCI, 1999). Quanto ao papel das associações institucionais do empresariado em torno de projetos de desenvolvimento econômico, destacamos o trabalho de Marisa Saenz Leme, publicado em 1978, A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945). Tomando como premissa que a classe industrial se constituiu como força autônoma somente a partir da década de 1950, apoiada pelo próprio processo de consolidação do

capitalismo industrial, a autora, ao fazer uma interpretação do comportamento dos industriais brasileiros, adverte para a necessidade de se basear nas especificidades internas. De modo que o pensamento industrial, mesmo ao assumir uma ação pragmática ao invés de grandes postulações teóricas, não deixou de constituir uma formulação ideológica. Grosso modo, entende-se que o campo de atuação do empresariado filiado às entidades de classe, em especial às Federações regionais, atuaram de formas distintas entre o campo econômico e social, de modo que enquanto no primeiro, mantiveram uma posição de defesa de um projeto modernizador de base industrial e urbana para o país, no segundo, mantiveram uma posição conservadora, na medida em que instrumentalizaram as instituições de representação de classe como grupo de pressão avessa aos movimentos operários (LEME, 1978).

Ainda em relação às instituições de representação empresarial, tomamos, para o caso mineiro, o trabalho de Ignacio Godinho Delgado, *A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas Gerais*, publicado em 1997. Utilizando-se das fontes produzidas pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e pela Associação Comercial de Minas, Delgado propõe uma investigação histórica das relações do empresariado com os governos de Milton Campos e Juscelino Kubitschek no estado e propõe uma análise dessas relações em áreas estratégicas como a Secretaria da Agricultura sob o governo do primeiro e o projeto do binômio energia e transportes durante o governo do segundo. O empresariado mineiro convergia com o projeto econômico e com a concepção política das elites industriais do país, mantendo inclusive aproximação com muitas unidades de outros estados, e, concomitantemente, procurando a promoção de um projeto de desenvolvimento regional que tinha como eixo principal o setor siderúrgico, dominante na direção da FIEMG na passagem dos anos 1940 para os anos 1950. O auge dessa proposta foi a implantação de uma grande siderúrgica no estado – desejo que havia sido frustrado durante o Estado Novo com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda - com a instalação da USIMINAS. Todavia, a estratégia resultou, paradoxalmente, em um revés, na medida em que, no panorama industrial mineiro, o peso econômico da siderurgia tornou-se crescentemente inferior aos capitais estatais e das multinacionais que davam sustentação ao modelo industrial mineiro (DELGADO, 1997).

Adiante, será bastante valioso para este trabalho a questão da polivalência das elites, conceito que emprestamos do trabalho de Otávio Dulci (1999) para se referir à presença de agentes entre instituições públicas e privadas de Minas Gerais, possibilitando a compreensão do compartilhamento de visões e projetos em comum no estado.

Como vimos, alguns desses trabalhos consideraram estratégias em busca da construção

de consensos em torno de discursos, projetos, ideologias e práticas que possibilitavam a integração entre a própria classe, interferindo em círculos externos a ela, como no planejamento econômico estatal ou nos diagnósticos sobre os entraves a ser enfrentados. Isto para alertar que a atuação empresarial não possuía somente um caráter reativo ou mesmo de subordinação ao Estado ou ao capital estrangeiro.

Sendo assim, a atuação da classe industrial compõe um fator importante para a compreensão dos projetos de modernização do país e, especialmente neste trabalho, de um ente federativo, que àquela altura apostava na industrialização como uma redenção no esquema de concorrência capitalista.

4.2 A FIEMG E A POLÍTICA MINEIRA

Antes de discutir a atuação política da FIEMG, cabe fazer uma análise da formação do empresariado mineiro. Segundo Sérgio Birchal (1998), as principais influências econômicas na formação da classe empresarial de Minas Gerais mostram notáveis divergências em relação às classes empresariais de São Paulo e do Rio de Janeiro. A participação dos cafeicultores, também conhecidos como imigrantes burgueses, e dos comerciantes envolvidos no comércio de importação e exportação era consideravelmente menor em Minas Gerais se comparado a São Paulo e Rio de Janeiro. Na região da Zona da Mata, que era uma área de grande produção de café, os cafeicultores tiveram pouca participação na criação de empreendimentos industriais locais. Foram os imigrantes com recursos muito limitados, portanto não enquadrados como imigrantes burgueses, bem como os brasileiros sem envolvimento na cafeicultura, que foram responsáveis por estabelecer mais de 90% das indústrias fundadas em Juiz de Fora no século XIX (BIRCHAL, 1998).

Enquanto isso, os recursos destinados às indústrias siderúrgica e têxtil, que estavam concentradas no centro de Minas Gerais, provinham principalmente da agricultura, mais especificamente de atividades agropecuárias desvinculadas do café, do comércio geral do interior e do negócio de diamantes. Ao analisar a indústria mineira de geração de eletricidade, observou-se que os recursos vinham de diversas fontes, incluindo agricultura, cafeicultura, em especial, manufatura, instituições bancárias e profissões liberais. No entanto, ao comparar esses recursos com os investimentos feitos nas empresas de geração de energia de São Paulo e do Rio de Janeiro, percebeu-se que enquanto os recursos alocados nas empresas mineiras provinham de fontes locais, os investimentos nas empresas dessas outras regiões vinham de fontes

estrangeiras (BIRCHAL, 1998).

Empresários, como Bernardo Mascarenhas e Mariano Procópio Ferreira Lage, estavam dispostos a enfrentar riscos. Além disso, os empresários de Minas Gerais introduziram novos produtos, como a eletricidade, ou trouxeram melhorias na qualidade de produtos já existentes, como a construção de estradas pavimentadas. Eles também implementaram novos métodos de produção, especialmente na indústria têxtil, e exploraram novos mercados, como o mercado de produtos de ferro que antes era praticamente inacessível (BIRCHAL, 1998).

A análise de Birchal é bastante importante no sentido de indicar que a debilidade de investimentos pelo empresariado local, comumente referida na literatura especializada, não pode ser confundida com falta de atuação. Dito de outra forma, os investimentos locais tinham potencial reduzido em relação aos investimentos estatais, por exemplo, mas não significa que não tinham relevância, pois, como vimos, possuíam impacto em setores infraestruturais e nos ditos ramos tradicionais, vide têxteis e alimentícios.

Outro aspecto relevante é tratado no trabalho de Marshall Eakin (2001). Para ele, formou-se em Minas Gerais uma profissionalização política das elites, de tal forma que a influência política foi o caminho possível para o empresariado se beneficiar, sendo assim, o desenvolvimento econômico estava vinculado ao sucesso político. Isso reafirma a tendência de vínculo desses grupos empresariais com as instituições públicas, não somente com os grupos políticos, mas, também, pela chamada tecnocracia. Outro aspecto do problema reside na divergência regional do estado, que, segundo Eakin foi centralizada em favor da região central em Belo Horizonte. Assim, a capital e a área metropolitana passaram a ser o cerne da burocracia, da administração e da elite política (EAKIN, 2001).

Segundo Marshall Eakin (2001), houve uma espécie de ajuste das elites políticas, empresariais e tecnocráticas entre a década de 1930 e a década de 1960, isto, por conta do fenômeno da política de massas, do espectro político nacionalista e do desenvolvimentismo, assim, havia consenso de que era necessária a intervenção estatal para modernizar a economia do estado (EAKIN, 2001).

Cabe destacar que esse ajuste das elites a esse contexto não significava uma adesão ao ideário popular nacionalista. Essa advertência pode ser feita, inclusive, com a pesquisa de Heloísa Starling (1986). A tríade ideológica entre mineiridade, anticomunismo e antipopulismo foi mobilizada por grupos contrários ao governo e às reformas de base de João Goulart, formado por empresários, militares, profissionais liberais, ala conservadora da Igreja Católica, latifundiários e parlamentares. Ações públicas, como manifestos, reuniões e produções cinematográficas foram realizadas por meio de grupos ligados ao Instituto de Pesquisa e

Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), contando com a participação de duas figuras de grande relevância na FIEMG, Fábio de Araújo Motta e Nansen Araújo.

Vale ainda destacar o papel que Minas teve no desfecho golpista em 1964, já que se formou um dispositivo formado pela Polícia Militar, pelas tropas do General Luís Carlos Guedes e com o apoio do Departamento de Estado dos EUA, que foi precipitado em 31 de março de 1964 pela ação ativa do governador Magalhães Pinto, homem que possuía relação estreita com o empresariado (STARLING, 1986).

Paralelamente, a FIEMG e a Associação Comercial de Minas (ACM) produziram no período mencionado relatórios que apontavam para problemas que limitavam e tolhiam o desenvolvimento econômico de Minas Gerais: escassez de bens intermediários, como cimento, gasolina e eletricidade; altas taxas de frete e serviço de transportes ruins; impostos elevados; insuficiência de crédito e escassez de moeda (EAKIN, 2001, p. 125).

Como veremos mais detalhadamente no Capítulo 5, a constatação desses entraves foi realizado pelo Diagnóstico da Economia Mineira, estudo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Ou seja, demonstrando a correlação entre o ideário político e econômico das lideranças públicas e privadas no estado.

Podemos ver que a FIEMG, enquanto uma instituição sindical patronal, funcionava como uma rede de poder – emprestando a perspectiva de Eakin (2001) – em relação à classe, organizando-a em condições de confrontar forças de oposição em contextos de tensão social e política, mas também em sentido exógeno à classe, isto é, capaz de exercer pressão sobre políticas e instituições públicas, considerando que membros da federação transitavam em grupos políticos e tecnocráticos em algumas ocasiões, casos de Mauro Thibau, Nansen Araújo, Fábio de Araújo Motta e Américo Gianetti. A isso, inclusive, cabe a polivalência das elites referida por Otávio Dulci (1999), que se explorará no capítulo seguinte.

5 FIEMG E BDMG NOS ANOS DE CRISE ECONÔMICA (1962-1968)

O presente capítulo discute o papel desempenhado pela FIEMG e pelo BDMG durante os anos 1960. O pano de fundo da recuperação econômica no contexto econômico desfavorável fortaleceu a visão de um atraso relativo estadual, do subdesenvolvimento mineiro e da perda de potencialidade de Minas em relação aos seus vizinhos.

A primeira seção analisa os principais vetores da crise econômica dos anos 1960. A segunda seção discute o trânsito entre o setor público e o setor privado de indivíduos envolvidos em órgãos decisórios do estado. Tendo em vista que são analisadas duas instituições diferentes, entende-se que os pontos de inflexão, ruptura, transformação, ou seja, os divisores de águas para elas sejam distintos. Por isso, a terceira seção discute a FIEMG entre 1961 e 1964, entendendo que o momento sócio-político do país foi bastante definidor de uma coesão empresarial na entidade dentro desse ciclo, que viveu seu momento decisivo no contexto do golpe civil-militar de 1964.

Por outro lado, a quarta seção, que analisa os anos iniciais de atuação do BDMG, bem como a quinta seção, que se ocupa da leitura do Diagnóstico da Economia Mineira, alcançam o ano de 1968, quando da publicação do estudo. Isso porque tal documento foi extremamente relevante para a definição da proeminência, atuação e projeção do banco no contexto do planejamento global da política econômica estadual.

A principal consideração do capítulo consiste em apontar a convergência do empresariado industrial mineiro, filiado à FIEMG, e do BDMG em torno da recuperação econômica do estado, que pode ser avaliada tanto pela direção das propostas desenvolvidas quanto pela correspondência institucional entre as entidades, que compartilharam, inclusive, alguns quadros. Considerando a atuação e representação da federação nos projetos do banco.

Para o caso da FIEMG, as fontes analisadas foram a revista Vida Industrial, publicação oficial da entidade, enquanto no caso do BDMG, utilizou-se os dois volumes do Diagnóstico, bem como um balanço comemorativo lançado em 1977, chamado BDMG: 15 anos desenvolvendo Minas.

5.1 A CRISE DOS ANOS 1960

Se o período que coincide com a presidência de Juscelino Kubitschek pode ser considerado o auge do desenvolvimentismo, o período subsequente entre 1961 e 1964 foi

caracterizado pela instabilidade política, pela mobilização acerca das reformas sociais ou reformas de base, grandes dificuldades monetárias, financeiras, cambiais e, a partir de 1962, por um acentuado declínio das taxas de crescimento. Com isso, o projeto de industrialização planejada, principal orientador do pensamento econômico dos desenvolvimentistas, deu lugar a problemas conjunturais pela pressão inflacionária e pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos, assim como deu lugar às soluções de curto prazo e à inserção dos debates acerca das reformas sociais – principalmente a agrária – e as reformas institucionais – como a bancária e administrativa (BIELSCHOWSKY, 2000).

Na leitura do economista Pedro Paulo Zahluth Bastos (2011), os problemas macroeconômicos legados pelo fim do Plano de Metas podem ser reunidos em cinco questões: a desaceleração do crescimento, o conflito distributivo, o desequilíbrio no balanço de pagamentos, o déficit público e a aceleração inflacionária.

A desaceleração do crescimento no período, causada pelo aumento da capacidade ociosa após a maturação dos investimentos, obrigava a que o empresariado tomasse decisões de acumulação de capital, ocasionando a diminuição do gasto privado, assim como a diminuição do número de empregos criados. A partir desse primeiro entrave, podemos salientar que se, de um lado, o empresariado precisava acumular capital mediante corte de gastos, por outro, os trabalhadores procuraram defender sua renda real exigindo aumento nos salários. Assim se configurava um conflito distributivo entre empresários e trabalhadores (BASTOS, 2011).

Ao passo que o Plano de Metas acumulou queda de 20% nas exportações levado, sobretudo, pela queda do preço do café, as importações de insumos básicos e bens de capital puderam ser financiados pelo influxo de investimentos externos e créditos comerciais. Assim, na conclusão do Plano, as remessas de lucro, juros e dividendos pressionavam remessas cambiais e a taxa de câmbio do cruzeiro, gerando o desequilíbrio no balanço de pagamentos (BASTOS, 2011).

A aceleração inflacionária se apresentava como outro problema, dado que o déficit público e o estrangulamento da oferta eram os seus grandes motivos, sendo este último mais decisivo para Furtado. Isso ocorria por conta da diversificação produtiva para o caso de uma economia periférica, na qual a oferta não era ampliada por conta das barreiras de ordem tecnológica e financeira. A superação desse problema viria com a correção da demanda, por meio de imposto e subsídios orientados pelo governo. A inflação corroía tributos, o que fazia com que os contribuintes atrasassem o recolhimento e, dessa forma, a desaceleração do crescimento era proporcional à queda na arrecadação tributária. Para além da alta geral de preços, o déficit fiscal era outra preocupação do planejamento econômico (BASTOS, 2011).

Vale a pena a reflexão sobre a relação do processo de industrialização com o modelo político e econômico projetado pelo desenvolvimentismo a partir da tese clássica de João Manuel Cardoso de Mello (2009), *O Capitalismo Tardio*. Segundo o autor, o que se exigiu do Estado era uma ação estritamente solidária com os interesses privados que coexistiam entre bases técnicas limitadas e o ensejo por um esquema de acumulação privada. Dessa forma, forte proteção contra importações concorrentes, contenção do sindicalismo independente e do poder de barganha dos trabalhadores e um pesado investimento em infraestrutura aos empreendimentos industriais, formavam as demandas do empresariado industrial em relação aos aparelhos governamentais (MELLO, 2009).

Com a implantação do bloco de investimentos públicos e investidores financeiros, houve um padrão de acumulação nos quais os níveis de oferta de bens duráveis de consumo (como o setor automobilístico) e de bens de produção (como a indústria metalúrgica) obteve uma expansão acima de seus mercados. Nesse sentido, coube ao Estado garantir a demanda para esses setores, o que explica a inserção de grandes empreendimentos privados no país (MELLO, 2009).

Seguindo o esquema interpretativo de Mello, chegamos ao entendimento de que a opção pelo capital estrangeiro se deu não só pelas potenciais formas de inovação tecnológica, mas, por outro lado, pela dificuldade do capital privado interno brasileiro em mobilizar montantes significativos de investimento até o início dos anos 1950. E, mais que isso, que esta opção fosse mais viável do que seria uma possível estatização de setores estratégicos, o que resultaria em um comprometimento dos interesses de acumulação de capital pelos agentes privados.

No sentido da defesa da acumulação privada, vale o destaque para o interesse na manutenção das margens de apropriação empresarial sobre os rendimentos na produtividade. Esse quadro, que conduziu a um conflito distributivo, se configurou em um período em que a pressão inflacionária era crescente, e que em havendo uma escassez de crédito e pela insuficiência em se manter os níveis de crescimento do produto interno bruto, a manutenção do lucro dar-se-ia em contraposição à apropriação da produtividade pelos trabalhadores, ou seja, opondo a manutenção das margens de ganho empresarial ao aumento no nível salarial da mão de obra empregada. Poderia ser limitada a ideia de que somente o modelo de modernização apontado anteriormente fosse suficiente para explicar a natureza da disparidade social, mas como salienta Felipe Loureiro (2012):

para agravar esse quadro. Os trabalhadores que recebiam remuneração com base no salário mínimo, por exemplo, apresentaram no período perda de seu poder de compra. Isso porque a aceleração do ritmo inflacionário não foi acompanhada por uma maior regularidade em termos de reajustes salariais, fazendo com que os ganhos reais obtidos nos períodos de correção fossem corroídos entre os intervalos entre os reajustamentos (LOUREIRO, 2012, p. 47).

Pode-se considerar, a partir desta reflexão, como a pressão inflacionária se tornava um agravante para a negociação entre os grupos de trabalhadores, conseqüentemente para a própria solidez de um planejamento econômico mais aprofundado que pudesse superar os entraves macroeconômicos e estruturais que apresentamos até aqui.

Tomando o caso mineiro de modo mais específico, segundo a leitura de Clélio Campolina Diniz (1981), os problemas de capital social básico como energia e transportes puderam ser expandidos, o que poderia diversificar sua produção e consolidar a estrutura de seu parque industrial ao final da década de 1950. Com o advento da crise econômica e com as incertezas na direção política da primeira metade da década de 1960, houve uma retração dos investimentos e um retardamento da expectativa da expansão do parque industrial no estado (DINIZ, 1981).

Nesse sentido, setores de bens de consumo não duráveis sofreram com a descapitalização, o que ensejou decisões de fusão de empresas em um momento de falência de muitos desses empreendimentos, sobretudo no gênero alimentício. Por outro lado, o setor de bens intermediários, como a metalurgia e a indústria química, cresceram no nível da participação no produto interno do estado. A tendência geral verificada foi a de um acelerado processo de concentração de capital, entre 1962 e 1967 (DINIZ, 1981). Os técnicos ligados à FIEMG, nesse sentido, participaram da formulação do projeto de criação do BDMG, como importante órgão institucional que pudesse propor investimentos nos empreendimentos do estado.

5.2 A POLIVALÊNCIA DAS ELITES

Para os objetivos deste capítulo, torna-se bastante relevante o conceito, a categoria desenvolvida por Otávio Dulci: a polivalência das elites. O autor chamou a atenção para o fatode que

É comum a circulação de quadros do setor privado para o setor público e vice-versa. Trata-se de quadros executivos que atuam segundo uma lógica empresarial tanto a serviço da administração pública quanto da administração do capital privado [...] encontramos nas elites mineiras um número significativo de personalidades polivalentes – empresários/técnicos/políticos –

que vão da empresa privada à administração pública e/ou partidária. Ou, alternativamente, seguem o caminho inverso da política ou da área técnica estatal para a empresa privada (DULCI, 1999, p. 160).

Sendo assim, encontramos um trânsito entre os setores públicos e privados, o que permite apontar o compartilhamento de perspectivas e leituras entre as instituições, sendo este um ponto bastante relevante para a análise empreendida neste trabalho. Otávio Dulci salienta em sua análise personagens como Lucas Lopes (1913-1994), Américo Rene Gianetti (1896-1954), José de Magalhães Pinto (1909-1996), Israel Pinheiro (1896-1973) e Mauro Thibau (1923-2005).

Pode-se verificar no Quadro 1 a seguinte trajetória desses indivíduos:

Quadro 1 - Empresários, técnicos e políticos polivalentes

(contina)

Nome	Atuação
Lucas Lopes	<ul style="list-style-type: none"> - Rede Mineira de Viação (engenheiro); - Prestação de serviços às empresas privadas; - Cia Vale do Rio Doce (colaborador); - Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas (secretário); - Secretaria de Viação (secretário); - Comissão do Vale do São Francisco (técnico); - Companhia Brasileira de Engenharia (coordenador do Plano de Eletrificação de Minas); - Centrais Elétricas de Minas Gerais (presidente); - Ministério da Viação e Obras Públicas; (ministro); - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (presidente); - Ministério da Fazenda (ministro); - CONSULTEC (dirigente).
Américo Rene Gianetti	<ul style="list-style-type: none"> - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (presidente); - Confederação Nacional da Indústria (secretário); - Associação Comercial de Minas (diretor e vice-presidente); - Comissão Federal de Comércio Exterior (membro); - Conselho da Companhia Siderúrgica Nacional (membro); - Conselho da União Democrática Nacional (membro); - Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas (secretário); - Prefeitura de Belo Horizonte (prefeito).

Quadro 1 - Empresários, técnicos e políticos polivalentes

(conclusão)

Nome	Atuação
José de Magalhães Pinto	<ul style="list-style-type: none"> - Banco da Lavoura (diretor); - Associação Comercial de Minas (presidente); - Banco Nacional de Minas Gerais (fundador); - Deputado Constituinte (1946); - Secretaria de Finanças (secretário); - União Democrática Nacional (presidente); - Governo do Estado de Minas Gerais (Governador) - Câmara dos Deputados (deputado) - Senado Federal (senador)
Israel Pinto	<ul style="list-style-type: none"> - Companhia de Cerâmica João Pinheiro (proprietário); - Vereador em Caeté; - Conselho Consultivo do Estado (presidente); - Companhia Vale do Rio Doce (presidente); - Partido Social Democrático (presidente); - Deputado Federal; - NOVOCAP (diretor); - Governador do Estado de Minas Gerais.
Mauro Thibau	<ul style="list-style-type: none"> - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (engenheiro); - Goodyear (engenheiro); - Comissão do Vale do Rio São Francisco (engenheiro assistente) - Servix Engenharia SA (engenheiro); - Centrais Elétricas de Minas Gerais (diretor); - Sindicato de Indústrias Hidro e Termelétricas de Minas Gerais (presidente) - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (diretor e vice-presidente); - Ministério de Minas e Energia (ministro) - Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (membros); - Banco do Estado de Minas Gerais (presidente); - Associação Brasileira de Normas Técnicas (presidência).

Fonte: Elaborado com base em Dulci (1991).

Como é possível observar, há casos como Israel Pinheiro e Magalhães Pinto que acabaram tendo maior proeminência em cargos públicos, apesar da origem das atividades remeter ao setor privado, enquanto temos o caso de Lucas Lopes como alguém que ocupou cargos públicos relevantes, mas fez um trânsito posterior para o setor privado. Em todo caso, essa polivalência mostra um pouco da relação entre setores públicos e privados em Minas Gerais.

No caso da FIEMG e do BDMG, dois exemplos são bastante significativos: de alguns integrantes do Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG e de Nansen Araújo, em particular. O Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG, por meio de alguns de seus membros, participou diretamente da equipe reunida pelo deputado Saulo Diniz, em 1957, responsável pela feitura do projeto de um banco regional de desenvolvimento. Entre esses sujeitos ligados à Federação, temos Silvano Cançado Azevedo, Jayme Andrade Peconick e José Vianna de Assis (DINIZ, 1981).

Silvano Cançado se tornou membro da diretoria do BDMG na ocasião da realização do Diagnóstico, enquanto Jayme Peconick ocuparia o cargo de diretor adjunto. Cançado viria a ser presidente do banco entre 1970 e 1971. Seu caso também se inclui, não apenas no trânsito entre FIEMG e BDMG, mas também em outras passagens por órgãos privados e públicos, a saber: professor da Escola de Minas de Ouro Preto, diretor industrial e diretor financeiro do FRIMUSA (indústria de abate), presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e da Companhia de Distritos Industriais (CDI) (BDMG, 1977).

José Vianna de Assis, engenheiro, mantinha vínculo com a FIEMG e com o BDMG, sendo ele um dos idealizadores da realização do Diagnóstico da Economia Mineira. Em 1961, foi responsável por um artigo na revista *Vida Industrial*, edição de novembro, intitulado *Bancodo desenvolvimento, justificativa e repercussão na economia mineira*.

O objetivo principal apontado por Vianna consistia na

Criação do Banco do Desenvolvimento, proposta pela FIEMG, visa dotar o estado de Minas Gerais de um estabelecimento creditício capaz de, pelo crédito a médio e longo prazo, financiar projetos industriais, agropecuários ou produtores de serviços que objetivem o desenvolvimento econômico do estado (VIDA [...], 1961a, p. 24).

Esse objetivo se ancorava na insuficiência dos estabelecimentos já existentes em darem conta de suprir as necessidades particulares de Minas Gerais. Com relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), indica-se a preferência pelos grandes estabelecimentos em detrimento das pequenas e médias indústrias, tendência que se repetia na preferência pelo apoio às grandes redes de armazéns e frigoríficos, não favorecendo os pequenos e médios estabelecimentos agropecuários. Quanto ao Banco do Brasil, destaca-se o comportamento da instituição em financiar empreendimentos de médio e longo prazo, estipulados em pelo menos três anos de atividade, o que não responderia às demandas existentes em Minas (VIDA [...], 1961a).

A preocupação com o aproveitamento do potencial mineiro também aparece no

sentido de que cidades turísticas, por exemplo, precisavam de apoio para o artesanato, reforçando a relação entre o turismo e a venda de souvenirs. O setor energético é visto com preocupação, na medida em que seria necessário consolidar a implantação de novas indústrias para corresponder à oferta realizada pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), sem a qual, haveria um processo de transferência desse potencial energético para os estados vizinhos (VIDA [...], 1961a).

A fonte de financiamento do banco ficaria por conta da adoção do Adicional Reembolsável, que seria um valor cobrado sobre apólices da dívida pública estadual. Essa fonte era vista em destaque à Taxa de Recuperação Econômica, que, embora tenha contribuído para a arrecadação do estado e como fonte de financiamento, estava atendendo em mais da metade para despesas de custeio do governo, sendo necessárias outras saídas. Mais adiante, veremos que outros tributos sobre a produção foram criados para financiar as atividades do banco (VIDA [...], 1961a).

Vale destacar que essas questões apresentadas por Vianna voltariam a ocupar parte das preocupações presentes no Diagnóstico, o que inclusive indica a existência de entendimentos correspondentes entre os responsáveis pela análise do desenvolvimento mineiro.

Outro caso bastante interessante é o de Nansen Araújo (1901-1996). Araújo apresenta uma longa trajetória relacionada ao ambiente empresarial em Minas Gerais, envolvendo, assim como outros personagens mencionados, presença em espaços públicos e privados.

Formado em medicina pela Universidade do Brasil, Nansen Araújo era fundador e presidente da Nansen SA – Instrumentos de Precisão, responsável pela produção de hidrômetros, luvas galvanizadas e aparelhos de precisão. Foi presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas de Minas Gerais, assumindo a partir de 1960, o cargo de vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), que ocupou até 1983, quando passou à presidência da entidade, onde ficou até 1989. Passou a fazer parte do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais em 1966, quando se tornou diretor do Conselho Deliberativo da instituição, do qual chegou a ser presidente interino no mesmo ano (BDMG, 1977; GONTIJO, 2001).

Vale o destaque para o fato de que Nansen Araújo era diretor da revista *Vida Industrial*, sendo responsável pela redação de editoriais e artigos de opinião ao longo de diversas edições do periódico³. Ao longo deste trabalho, faz-se a análise de alguns desses textos, pois expressam uma visão bastante valiosa para a compreensão empresarial do desenvolvimento econômico em

³ Diretor da *Vida Industrial* desde 1961, a participação de Araújo na revista vai se tornando gradativamente maior. Por volta de 1965 em diante, os artigos se tornam recorrentes em todas as edições.

Minas Gerais.

5.3 ENTRE AS 'REINVINDICAÇÕES' E A 'VIGÍLIA CÍVICA: A FIEMG NA CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 1960

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) foi fundada em 1933 por uma iniciativa liderada por Euvaldi Lodi, Alvimar Carneiro de Rezende e Américo René Gianetti. A reunião de empresários vinha de associações comerciais, como a de Juiz de Fora, e ainda no esteio dos Congressos das Classes Conservadoras, em 1928 e 1929. A partir de 1930, a implantação do sistema sindical corporativo levou à filiação dos empresários às federações de indústria. De tal forma que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi sucedida pela formação das entidades estaduais. (GONTIJO, 2001).

Otavio Soares Dulci (1999) aponta que a função das entidades patronais assumiu uma determinada importância por conta dos critérios para a escolha de representantes de classe na Constituinte de 1934, pela qual só teriam representatividade as instituições formalizadas. Com isso, para o caso de Minas, a Federação das Indústrias foi montada como um órgão sindical e a Associação Comercial de Minas se manteve como uma entidade civil (DULCI, 1999).

A FIEMG alcançou projeção nacional coincidente com a gestão de Américo Gianetti, provavelmente o empresário mineiro de maior proeminência em seu tempo. Durante sua gestão (1939-1946), transcorrida no contexto da criação do SESI e do SENAI, ele implantou as primeiras unidades no estado, sendo que também se dedicou à realização do Congresso das Classes Produtoras, bem como liderou a campanha pela construção da Cidade Industrial de Contagem (1942).

Como expõe Ignácio Godinho Delgado (1997), temos um ponto de virada na federação durante a gestão Lídio Lunardi (1954-1960). Ocorreu o que o autor chamou de estratégia de um revés, isto é: a fundação da USIMINAS, em 1956, foi uma vitória para o esforço reivindicatório da entidade, no entanto, a gestão da empresa ficou vinculada à tecnoburocracia, enquanto o empresariado local ficou isolado da grande siderurgia, tida como o setor dinâmico da indústria (DELGADO, 1997, p. 97-98). Com isso, setores tradicionais e de pequenos e médios empreendimentos passaram a controlar a federação. Em 1960, Fábio de Araújo Motta assumiu a presidência da federação, na qual teria sucessivas reeleições, deixando o cargo apenas em setembro de 1983, por ocasião de sua morte (GONTIJO, 2001).

Em abril de 1961, a FIEMG lançou, em conjunto com outras 8 entidades patronais⁴ um documento reivindicatório das classes produtoras endereçado ao então presidente Jânio Quadros. A preocupação se dava pelos possíveis efeitos da Instrução 204 da SUMOC⁵, que, na visão dos redatores do documento, iria beneficiar os setores exportadores, mas poderia aumentar os custos de produção para o mercado interno, devido à desvalorização cambial de 100%. Assim, traziam de forma sumária um conjunto de providências a serem tomadas para se reduzir essas disparidades econômicas: redução das despesas de custeio do governo e maior disciplinadas despesas de investimentos; reestruturação do sistema bancário nacional, visando sua atuação de suporte ao desenvolvimento; descentralização do Banco do Brasil, para melhorar sua política creditícia; uso dos efeitos da Instrução 113 da SUMOC para a entrada de capitais estrangeiros em áreas menos desenvolvidas; estreitar o contato entre governadores; reorganização do sistema de promoção de vendas no exterior; uso do BNDE para captação de linhas auxiliares de financiamento; reorganização da produção cafeeira, para que ela seja mais ajustada à demanda, evitando a superprodução; busca de novos mercados consumidores potenciais, caso dos países socialistas; reestruturação do sistema agrário do país (REIVINDICAÇÕES, 1961).

Por outro lado, o documento ressalta que problemas locacionais e de exploração do potencial produtivo do estado poderiam encontrar encontravam superação com a instalação de empresas como USIMINAS e ACESITA, enquanto as rodovias federais BR-31 e BR-040 atenderiam o escoamento produtivo (REIVINDICAÇÕES, 1961). Sendo assim, Minas poderia superar sua condição de subdesenvolvimento – termo igualmente empregado em outros documentos analisados neste trabalho – na medida em que pudesse contar com o apoio de inversões do governo.

Destaca-se, indubitavelmente, o papel reivindicatório da FIEMG. Em novembro de 1961, ocorreu o Encontro dos Governadores com o então presidente João Goulart, salientando as reivindicações da indústria. Momento oportuno, mais uma vez, para a participação ativa do Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG. É conveniente também, de nossa parte, apontar algumas especificidades que marcaram a conjuntura do evento. Justificava-se, logo de início, o atraso de um mês para a realização do encontro (VIDA [...], 1961a). A motivação

⁴ A saber: Associação Comercial de Minas, Centro de Indústrias da Cidade Industrial, Club dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte, Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais, Sociedade Mineira de Agricultura, Sociedade Mineira de Engenheiros e União dos Varejistas de Minas Gerais.

⁵ Grosso modo, a medida extinguiu a diferenciação cambial que existia anteriormente, quando o governo subsidiava a importação do produto na medida em que mais indispensável ele fosse (LOUREIRO, 2012, p. 79).

para esse atraso era a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto daquele ano⁶.

A indústria mineira, representada pela Federação, entregou uma série de reivindicações. Vale o destaque para a recorrência e a ênfase à política creditícia novamente afirmada no documento entregue ao presidente da República João Goulart: a descentralização bancária em unidades regionais, a desburocratização dos meios de financiamento e o incentivo à indústria e à agropecuária (VIDA [...], 1961b). As características do documento seguiam a linha de um documento com assessoria técnica formulada pelos economistas do Departamento de Estudos Econômicos, seguindo o mesmo formato que destacamos nas reivindicações ligadas à Instrução nº 204 da SUMOC. As transferências para o estado da Companhia Siderúrgica Nacional e da ACESITA e da instituição do Fundo do Minério também foram mencionadas.

A intenção em relação à primeira era interiorizar as instalações da CSN para a região do Vale do Paraopeba, próximo ao município de Conselheiro Lafaiete, de modo que ela atuasse na produção de aço em parceria com a empresa Mannesmann e com suporte energético oferecido pela CEMIG, a partir de estudos realizados pelos departamentos técnicos das entidades patronais, bem como do Conselho de Economia e Administração do governo de Minas Gerais (VIDA [...], 1961b).

Em relação à instituição do Fundo do Minério, sua proposição era resultante da proposta de alocação das instalações da CSN apontada acima. A intenção era que os recursos obtidos pelo empreendimento compusessem um fundo que pudesse ser administrado por estabelecimentos de créditos, sob a administração estatal por meio do banco do desenvolvimento estadual (VIDA [...], 1961b).

Essas proposições apareciam com a justificativa de que deveria haver em Minas Gerais um esforço de superar o semicolonialismo de algumas de suas regiões. A ideia empregada tende a dar relevo a uma característica atrofiada da economia estadual que deve expandir-se, na medida em que essa via seria concretizada pelos caminhos da industrialização (VIDA [...], 1961b). Essa visão vale uma digressão, pois, a referência a Minas como uma semicolônia dentro do país desponta de forma explícita, pela primeira e única vez nas fontes aqui analisadas, embora – de forma implícita – essa noção possa ser identificada na perspectiva do subdesenvolvimento mineiro: região de alto potencial produtivo que atende o desenvolvimento de outras unidades federativas em detrimento do próprio desenvolvimento do estado.

⁶ Segundo Jorge Ferreira (2011), o motivo mais aceito para a renúncia de Jânio seria sua intenção de dar um golpe de Estado. Com o conflito entre o Congresso e a presidência por conta dos inquéritos sobre casos de corrupção, sua ideia era conseguir o apoio dos ministros militares para seu retorno ao poder, dado, inclusive, à rejeição pelo vice-presidente João Goulart (FERREIRA, 2011, p. 227-228).

Com isso, temos a demonstração da preocupação da FIEMG com o desenvolvimento regional na fase em que se iniciava a desaceleração do crescimento no conjunto da economia brasileira. Uma das medidas adotadas pelo governo João Goulart para combater esse quadro negativo foi o lançamento do Plano Trienal, que também seria discutido pela federação.

Durante o período de transição da solução parlamentarista e a retomada do presidencialismo como sistema de governo⁷, que conferiu plenos poderes executivos a João Goulart, houve o lançamento de um novo plano econômico: o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

No campo econômico, embora o Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek tivesse cumprido alguns de seus propósitos, tendo diversificado os bens de produção, tanto duráveis quanto não duráveis, deixou em sua conclusão alguns problemas conjunturais à macroeconomia brasileira, mencionados em seção anterior.

Diante disso, em 6 de janeiro de 1963, aconteceria o plebiscito para a escolha entre presidencialismo ou parlamentarismo: João Goulart precisava de uma bandeira forte. Assim, em setembro de 1962, ocorre a criação do Ministério Extraordinário do Planejamento. Essa pasta seria liderada pelo superintendente geral da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o economista Celso Furtado (FERREIRA, 2011).

Seriam três meses para a elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que deveria ser implementado ao longo de três anos, 1963 a 1965. João Goulart anunciou o Plano Trienal na noite de 31 de dezembro de 1962 no programa A Voz do Brasil. Em suma, o Plano era apresentado como um programa de estabilização econômica de médio a longo prazo, tendo em perspectiva a redução gradual da inflação, um estímulo gradual no salário e reformas estruturais como a reforma agrária e a reforma bancária, as quais Furtado acreditava que levaria o Brasil a um novo ciclo de desenvolvimento (FERREIRA, 2011).

Os objetivos gerais do Plano podem ser agrupados em dois, segundo consta da sua introdução formulada por Celso Furtado: medidas ligadas à orientação no processo de formação de capital e compatibilização da direção dos investimentos com a poupança interna disponível (BRASIL, 2011).

O primeiro objetivo estava ligado à articulação entre os investimentos públicos e os setores privados com ênfases diferentes entre os setores da economia nacional, destacando-se projeções e estimativas da produção e incrementos requeridos. A segunda medida buscava

⁷ Rejeitado pelas forças militares e pelo empresariado paulista, João Goulart aceitou que uma emenda parlamentar limitasse seus poderes presidenciais. Eles só voltariam a ele após o plebiscito em 6 de janeiro de 1963, quando se decidiu pelo retorno do presidencialismo.

adequar a relação entre produção estimada e investimento requerido visando um equilíbrio do sistema econômico em aspectos fiscais, monetários e cambiais, tendo em vista que à época havia dois entraves que fundamentavam as próprias ações do Plano: os prazos curtos e médios da dívida externa que pressionavam o desequilíbrio no balanço de pagamentos e a pressão inflacionária decorrente do desequilíbrio fiscal que exigia uma política de crédito ao setor privado e uma elevação de salários calcada no nível de crescimento do produto real do país (BRASIL, 2011).

Como um programa que trazia enquanto objetivo principal avançar no desenvolvimento econômico e na industrialização, mantendo estabilidade econômica. O Plano Trienal lançava mão de medidas que impunham restrições tanto aos empresários quanto aos trabalhadores: os primeiros em relação ao lucro e ao crédito, e os segundos em relação ao aumento salarial. A partir da implementação do Plano, salários e a margem de crédito poderiam evoluir em acordo com o crescimento do produto interno e com o controle da inflação (LOUREIRO, 2012).

O Plano Trienal foi debatido no decorrer do primeiro semestre de 1963 no Fórum Política em Defesa da Livre Iniciativa – organizado pela FIEMG e pela Associação Mineira de Imprensa – realizado entre janeiro e maio daquele ano, e que teve como tema central Desenvolvimento econômico com justiça social sob o regime da livre iniciativa, contando com a presença de representantes empresariais, políticos, representantes sindicais e estudantes (VIDA [...], 1963a).

Destaca-se em primeiro lugar a presença de Celso Furtado, reportada na edição de abril/julho de 1963 com o título Plano Trienal não é revolucionário nem audacioso. Em apresentação,

A visita do Ministro Celso Furtado a M. Gerais constituiu um dos pontos de interesse do Fórum Político em face das controvérsias na interpretação do Plano Trienal. Com a opinião dividida entre seus afirmadores e negadores, a palavra do Ministro veio tornar claro o que estava sendo interpretado de maneira diferente e ainda mostrar aspectos relacionados com sua aplicação como medida de combate à inflação (VIDA [...], 1963a, p. 6).

O trecho indica que a presença de Furtado no Fórum pretendia contrapor uma visão negativa sobre as propostas do programa tomada pelo empresariado, já que logo no início o ministro procurava negar determinadas interpretações correntes sobre o programa:

O Plano Trienal nada encerra de “revolucionário” nem de “audacioso”, eis que se inspira na mais desapaixonada realidade nacional, suas diretrizes econômicas constituem adaptações às convenções de uma política como que tradicional. Acentuou que, ao início da elaboração do Plano, teve certas perplexidades, eis que, nada encontrou de objetivo, no terreno governamental, no sentido de uma infraestrutura que correspondesse aos anseios das populações, para um início de partida (VIDA [...], 1963a, p. 6).

A negação de que existam objetivos revolucionários ou audaciosos quanto ao Plano pode nos auxiliar a indicar a posição dos interlocutores de Furtado àquela altura, em que toma a posição de rejeitar os adjetivos empregados diante de questões estruturais e reformistas. Com essa postura, insiste em outro momento que não se considera um político porque não está filiado a nenhuma corrente política nem a qualquer grupo político. Em que pese as considerações, superar a interpretação antecipada e superficial do empresariado consistiu em uma estratégia de Celso Furtado em dialogar sobre o Plano.

No mesmo Fórum, Fábio de Araújo Motta, presidente da FIEMG, fez uma fala antecedendo a fala do então governador de Minas, Magalhães Pinto, que vale o destaque:

Livres de quaisquer paixões, temos batido, os industriais de Minas, por soluções legítimas e urgentes para os problemas que afligem todas as classes. Mas, devemos afirmar temos nos oposto com toda a tenacidade às soluções inspiradas em postulados espúrios e danosos às liberdades humanas. Apoiamos Senhor Governador, e isto reiteradas vezes afirmamos, todas as reformas sociais, há muito preconizadas pelo povo desde que orientadas no pensamento basilar que adotamos como lema deste Fórum: desenvolvimento econômico com justiça social dentro do regime da livre iniciativa. Julgamos, todavia, Senhor Governador, urgente e inadiável transformar a mentalidade reformista em reformas de consciências, para depois, dentro dos postulados das liberdades executar as reformas denominadas de base (VIDA [...], 1963a, p. 20).

Na impossibilidade de pensarmos um embate direto entre a posição defendida acima pelo presidente da entidade e pelas postulações do ministro Celso Furtado colocadas anteriormente – Celso Furtado foi o único dos convidados do Fórum que não foi recebido pelo presidente da FIEMG – temos que a proposição das medidas reformistas é interpretada e reduzida a paixões, criando uma falsa dicotomia entre uma posição técnica e não ideológica com uma posição apaixonada, demagógica e populista.

Quando a edição sobre o Fórum Político foi lançada, Celso Furtado já havia deixado a função de ministro, o Ministério do Planejamento sido extinto e o Plano Trienal abandonado. Com o abandono do Plano, abandonou-se a último programa de estabilização econômica do governo João Goulart, e o presidente se voltaria para as reformas de base (FERREIRA, 2011). No decorrer de 1963 e no início de 1964, ocorreu uma tomada de posição mais clara da entidade em contraposição ao governo Goulart. Em outubro de 1963,

a FIEMG lançou, em parceria com outras entidades patronais, o Manifesto das Classes Produtoras, que condenava o sindicalismo revolucionário, a inflação desenfreada, a indisciplina e as espúrias organizações, acusando o Governo Federal de condescendência com esses movimentos (VIDA [...], 1963b).

Em pesquisa recente, Costa e Danieli Neto (2021) indicam que o consenso empresarial em torno do rompimento absoluto e decidido da FIEMG com o governo Goulart veio em janeiro de 1964, tendo como marco a reeleição unânime de Fábio de Araújo Motta à presidência, sob um discurso de defesa das instituições livres contra as forças desagregadoras, que perturbavam a ordem, concomitantemente a uma série de eventos como a saída de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda – último elo governo-empresariado – e os decretos de monopólio da Petrobrás e regulamentação das remessas de lucro (COSTA; DANIELI NETO, 2021).

Na ocasião da derrubada de João Goulart, o editorial da Vida Industrial veio com o título da vigília cívica à advertência na vitória, expressando que o empresariado jamais se ausentou de seu papel de alerta na defesa das instituições e liberdades democráticas, remontando à participação no Manifesto dos Mineiros, ainda no Estado Novo, passando pela realização de fóruns políticos e manifestos em prol de uma causa nacional (VIDA [...], 1964a). A mobilização política funcionava, assim, como um fator de consenso de classe.

Pode-se considerar a FIEMG como uma instituição de papel reivindicatório, isto é, o alcance de suas ações se limitava a promover suas pautas junto às instituições decisórias, funcionando como um grupo de pressão por seus interesses. No entanto, o que se procura demonstrar neste texto é que esse poder de reivindicação se ampliava na medida em que indivíduos e departamentos da federação conseguiam acesso ao setor público, como foi o caso do BDMG, no qual a participação de agentes da entidade patronal se fez presente desde a fase de criação do banco e, posteriormente, em sua atuação.

5.4 OS PRIMEIROS ANOS DO BDMG

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) foi oficialmente fundado em 5 de janeiro de 1962 pela lei n. 2607, durante a gestão de José de Magalhães Pinto à frente do executivo estadual. Inspirando-se na experiência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no âmbito nacional, procurando financiar pequenas e médias empresas em projetos de médio e longo prazo, bem como a feitura de estudos e programas regionais e

setoriais se atentando às características inter-regionais presentes no território Mineiro (BDMG, 1977).

A forma de financiamento inicial foi estipulada em 0,05% sobre os 2,25% da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica – cobrada sobre transações de qualquer natureza realizadas em Minas -, que havia sido criada na gestão Milton Campos (1946- 1950). Outros recursos adicionais viriam com a taxa de desenvolvimento metalúrgico (TDM) – incidindo em 20% sobre o 1% da produção de aço -, o fundo Mínero-Metalúrgico (FMM) – 1% sobre a produção de metais não ferrosos, gusa e transformação de minerais não metálicos – e do Fundo de Investimentos da Pequena Empresa e do Artesanato (FIPEA) – taxa de corretagem dos seguros de bens patrimoniais das empresas de economia mista, das autarquias, dos departamentos autônomos e do patrimônio público estadual (BDMG, 1977).

Como veremos a seguir com o Diagnóstico da Economia Mineira, há uma diferenciação entre dois segmentos da indústria mineira. O setor tradicional se caracteriza pelo perfil empresarial familiar, de pequeno ou médio porte, que mira o suprimento de um mercado regional ou local. Já o setor dinâmico ou moderno consiste em unidades de grande porte, com alto aporte de capital, investimentos que exigem um longo prazo de maturação e o atendimento de um mercado nacional. O primeiro pode ser exemplificado pelos ramos têxtil e alimentício, enquanto o segundo tem representantes como cimento, siderurgia e mineração. (BDMG, 1977). Essa distinção entre tradicional e dinâmico aparece tanto no Diagnóstico quanto no balanço BDMG: 15 anos desenvolvendo Minas.

Do ponto de vista financeiro o banco iniciou suas operações, efetivamente, a partir de março de 1963, beneficiando 89 projetos, especialmente o alimentar e o metalúrgico, que possibilitaram a geração de 2941 novos postos de trabalho. Buscando o contato com os agentes produtivos, foram criadas as jornadas de desenvolvimento, nas quais se apresentavam esclarecimentos sobre a atuação e a consistência dos serviços que poderiam ser prestados e os modos de obtenção das linhas de crédito (BDMG, 1977).

Em 1964, foi criado o Departamento de Estudos e Planejamento, que ficou responsável pela elaboração de diversos estudos, sendo realizados até 1967 os seguintes trabalhos: Análise Regional de Desenvolvimento de Minas Gerais, Estudo sobre a Economia Mineira em Convênio com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná- Uruguai (CIBPU), Pesquisa sobre o Empresariado (em parceria com a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais), Reforma Tributária Nacional, Definição de Polos de Desenvolvimento no Estado, Importações de Minas Gerais no Mercado Interno, Estudo sobre o Setor Açucareiro, Estudo sobre a Indústria de Cimento, Estudo sobre a Indústria de Óleos

Vegetais, Estudo Setorial da Indústria Têxtil, Estudos para o Setor Siderúrgico, Estudos sobre a Indústria Química, Levantamento da Indústria Mecânica e Mecano-Metalúrgica do Estado, Estudo sobre o Setor de Curtume e Plano de Industrialização da Pecuária (BDMG, 1977).

Esses estudos, além de servirem de ensaio geral para a realização do Diagnóstico da Economia Mineira, embasaram ações concretas do banco, como é o caso da implantação do Frigorífico Mucuri (FRIMUSA) – com o apoio do BNDE – e o Frigonorte, com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), projetos que visavam a industrialização do setor pecuário mineiro (BDMG, 1977).

Na edição de maio de 1965, a revista *Vida Industrial* trazia o destaque para iniciativas como Frimusa e Frigonorte, bem como destacava o projeto de ampliação do capital do banco (de Cr\$ 500 milhões para Cr\$ bilhões), endereçado por Magalhães Pinto à Assembleia, naquela ocasião. A justificativa se baseava nos obstáculos para as operações de repasse, pois, o andamento de negociações no mercado internacional, por exemplo, exigia margens mais abastadas nas linhas de crédito. O meio para isso veio da dotação orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Econômico (VIDA [...], 1965a).

Ao levarmos em conta esses anos iniciais, temos que o BDMG atuava em iniciativas setoriais, chamando a atenção das entidades privadas para a captação de recursos. Em 1968, o banco lançaria o Diagnóstico da Economia Mineira, documento que ocupa muita atenção deste trabalho, pois permite examinar a formulação da mineiridade, do desenvolvimentismo mineiro e da polivalência das elites, que circulavam em âmbito técnico e político.

5.5 O DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA MINEIRA (1968)

O Diagnóstico da Economia Mineira foi lançado em 1968 em seis volumes. Como seu nome indica, por meio dele, pretendia-se um estudo bastante detalhado da economia do estado. Cada volume possui um conjunto de monografias sobre temas concernentes à situação econômica naquela ocasião. Nas análises setoriais, há sempre uma análise histórica quanto a sua evolução, para isso, há o destaque de que foram consultadas obras de Antonil, Diogo de Vasconcelos, Rodolpho Jacob, Simonsen, Francisco Iglesias, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Afonso Arinos, Mafalda Zamella, Silvio de Vasconcelos, entre outros.

O estudo foi feito durante 20 meses, com a participação de aproximadamente 40 técnicos, comandados pelos economistas Fernando Antônio Roquette Reis, Élcio Costa Couto e Álvaro Fortes Santiago, os quais também foram idealizadores do projeto, junto ao engenheiro

José Vianna de Assis. Sua formulação pelo BDMG contou com o apoio da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU). No Quadro 2 abaixo, é possível detalhar os participantes.

Quadro 2 - Autores do Diagnóstico da Economia Mineira

Dos quadros do BDMG	Abílio Santos, Álvaro Fortes Santiago, Angelina Rezende Dias, Antônio Luiz Portugal Moura, Carlos Eduardo Codo Aroeira, Clélio Campolina Diniz, Dalmar Chaves Ivo, Eduardo Beluco Marra, Elcio Costa Couto, Fernando Antônio Roquette Reis, Geraldo Sebastião da Silva, Gelmar B. J. Costa, Henrique Oswaldo de Andrade, João Ribeiro Filho, José Cummings Abubakir, Luiz Carlos Vieira da Silva, Luciano Rogério de Castro, Marneu Ferreira Starling, Oto Jacob, Ronald Castello Branco, Sérgio C. Miranda Lana, Teodoro Alves Lamounier e Wilson Castello Branco.
Da CIBPU	Hilton Liviero Pezzoni.
De outras entidades	Carlos Alberto Macedo da Rocha, David Márcio S. Rodrigues, Fernando Correia Dias, Fabiano Marques dos Santos, Feliciano Costa Araújo, Getúlio Vargas Barbosa, José Armando de Souza, José Murilo de Carvalho, José Birchal Wanderley e Paulo Roberto Haddad.
Colaboradores do BDMG	Álvaro da Costa Pelegrino, Chaquik Abdo Haddad, Flávio Saliba Cunha, Hugo Mazzochi, Ivo Andrez Horta, Leon Menache, Maria Augusta Roque da Silveira, Maria Malta Dutra Reis, Márcio Augusto de Meneses, Marcus Eolo de Lamounier Bicalho, Mário de Abreu Castello Branco, Ronaldo Barreto, Vilma Maria Tessele e Zélia Maria de Moura Mello
Colaboradores externos	Antônio Afonso Carrara de Melo, Antônio Pereira Dias, Edmar Rodrigues, Edson Medeiros, José Alberto Magno de Carvalho, José Mendonça de Almeida Filho, Maria do Carmo Ottoni, Magno Pavlowsky, Manuel Arruda, Paulo Henrique Sampaio Vianna, Rogério P. P. Mascarenhas, Walter Fuad Couri e Walter Lopes.

Fonte: Elaborado a partir de BDMG (1968a).

O primeiro volume procura ser uma espécie de volume síntese, cujo subtítulo é Diagnóstico. Nele, também se encontram a metodologia, a justificativa e os nomes dos participantes, como indicado no quadro anterior. O segundo volume trata do espaço natural,

sendo ele composto por mapas que indicam as características morfológicas, fitogeográficas, hidrográficas, climáticas e pedológicas do estado. Este último tópico procura indicar as riquezas minerais presentes no solo mineiro, em especial.

O terceiro volume, cujo subtítulo é População e Infraestrutura, trata de temas relacionados à demografia, ao ensino, à saúde, aos transportes, à energia elétrica e ao abastecimento. O quarto volume é dedicado à agropecuária, consistindo na análise da situação agrícola, da produção, a distribuição de terras, o nível de mecanização e a pecuária. O quinto volume é dedicado à indústria, sendo este o que contém o maior número de páginas, 350. Os setores analisados são o extrativista mineral – metálicos e não-metálicos –, metalurgia – ferrosos e não-ferrosos –, mecânico, de material elétrico, madeireiro, têxtil, de calçados, alimentício, açucareiro, de laticínios e de abate. O sexto e último volume trata dos serviços e setor público, que envolve monografias sobre a área de comércio, de serviços, das comunicações, financeira e de instituições, como a CEMIG.

Para os objetivos deste trabalho, a análise será dedicada ao primeiro volume, por conta do papel abrangente do material, e ao quinto volume, por conta do aprofundamento das questões concernentes à indústria mineira, o que justamente envolve o foco desta pesquisa.

Em um artigo que se dispõe a analisar algumas das monografias presentes no Diagnóstico, Marcelo Godoy, Daniel Barbosa e Lidiany Barbosa (2010) apontam que desde o início do período republicano havia uma percepção de que a recuperação econômica era uma tarefa técnica a ser mobilizada pelo Estado. Sendo assim, os autores remontam ao I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial (1903) o primeiro esforço nesse sentido, passando pela atuação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas (1933), pelo Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947), pelo Plano de Eletrificação de Minas Gerais (1950), pelo Binômio Energia e Transporte (governo JK, 1951-1955), alcançando o surgimento do BDMG em 1962, sendo o Diagnóstico um marco fundamental dessa tradição (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2010).

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção – lançado durante o governo Milton Campos (1946-1950) – é mencionado no Diagnóstico como uma lúcida tentativa de interpretação do processo econômico e social do estado. Porém, algumas lacunas ainda apareciam como um obstáculo para o entendimento de uma série de questões, as quais justificavam o esforço de produção do Diagnóstico. Dessa forma, um minucioso estudo era tratado como fundamental para responder algumas perguntas, como:

- a) Como definir uma coerente política de financiamento à indústria, sem conhecer a realidade deste setor ou as suas inter-relações com os demais setores da economia?
- b) De que modo alocar racionalmente os recursos, espacial ou setorialmente, sem uma visão ampla da economia mineira?
- c) Como definir as necessidades de investimento sem se ter sequer uma ideia do volume de inversões anuais realizadas no estado?
- d) De que maneira prever a capacidade de reação do setor privado sem se ter pelo menos uma avaliação das suas possibilidades para formar poupanças?
- e) Como dimensionar a capacidade de absorção de investimentos da economia sem o conhecimento de seus recursos naturais e humanos?
- f) De que maneira medir os efeitos multiplicador e acelerador das inversões realizadas sem conhecer a magnitude das componentes de renda e do produto?
- g) Como avaliar a sua própria capacidade para captar recursos senão através de um conhecimento mais perfeito das fontes financiadoras, especialmente o Estado?
- h) De que modo elaborar medidas coerentes sem um conhecimento sistemático do aparelho administrativo governamental e de seu funcionamento?
- i) E, finalmente, como definir o seu esquema de atuação sem o conhecimento preciso da forma como tradicionalmente atua o governo em Minas? (BDMG, 1968a, p. 8-9).

A justificativa do estudo estava calcada, portanto, na necessidade presente – àquela ocasião – da correta identificação das capacidades e dos recursos disponíveis no estado, ao passo que se ambicionava ampliar as possibilidades de investimento no estado. No entanto, havia certas limitações vindas a partir da ausência de algumas estatísticas, cuja ciência potencializaria as condições para a recuperação econômica e desenvolvimento no estado. Caso da não existência de um sistema de contas do estado, bem como de dados sobre o comércio internacional (BDMG, 1968a).

Ao todo, dezenove são as principais considerações apresentadas pelo Diagnóstico. De modo geral, a leitura é a de que Minas Gerais possui todas as características de subdesenvolvimento, sendo indicativos importantes disso o predomínio da atividade agropecuária, a enorme diferença de produtividade entre o obreiro rural e urbano, o baixo grau de urbanização e a prevalência de um código de valores patrimonialista, o que indica um modelo arcaico (BDMG, 1968a).

Parte da análise é dedicada aos fatores remetentes à formação histórica, integrando a evolução econômica à evolução social. A formação econômica é vista a partir do ciclo do ouro, quando a exploração aurífera atrai contingentes populacionais com bastante rapidez, sendo que, para além da atividade mineradora, houve a mobilização de um mercado interno, tendo em vista que as atividades econômicas se encontravam bastante dispersas pelo espaço colonial (BDMG, 1968a).

Na transição para o século XIX, o contexto de esgotamento da atividade mineradora

leva a região à caracterização como economia de subsistência, com o deslocamento dos contingentes populacionais para a Zona da Mata e para o Sul de Minas, em especial. No entanto, a produção de algodão e a atividade pecuária ainda integravam Minas ao comércio exterior. Em números de 1818/1819, 55% da pauta se referiam aos derivados pecuários e 43% aos derivados agrícolas, desse último, 33% vindos do algodão (BDMG, 1968a).

No entanto, uma tendência de inflexão econômica e populacional viria com a expansão da lavoura cafeeira, identificada no intervalo 1820-1835. A expansão da atividade acarretou um novo movimento de crescimento populacional, que remete, nesse caso, à mão-de-obra escrava. Emprestando números do estudo de Affonso de Taunay em *Pequena História do Café no Brasil*, observa-se que Minas tinha o maior contingente cativo entre as três principais províncias cafeeiras – posição dividida com São Paulo e Rio de Janeiro – com 370 mil escravizados em 1872 (BDMG, 1968a).

Uma terceira fase pode ser identificada a partir dos anos 1920, quando há a introdução gradual do setor industrial, ainda que a dinâmica seja mais perceptível a partir/após, depois dos anos 1930. Em 1939, por exemplo, o estado contribuía com 6,7% da produção industrial nacional – ante 5,7% em 1920 – ficando atrás apenas de São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. A Segunda Guerra Mundial produziu efeitos diferenciados entre os ramos produtivos: o têxtil sofreu com a superutilização que sobrecarregou seu maquinário, causando efeitos negativos verificados até o período de realização do Diagnóstico; o siderúrgico apresentou bom desenvolvimento com a produção de ferro gusa, aço e laminados, embora se verifique uma queda na posição de vanguarda nacional a partir da entrada em funcionamento da Usina de Volta Redonda; quanto ao mineral não-metálico se destaca a produção de cimento, no qual o estado atingiu a 3ª posição na produção nacional, superado apenas por São Paulo e Rio de Janeiro (BDMG, 1968a).

No intervalo 1947-1960, verifica-se que o setor industrial cresceu 147,7%. Comparativamente, a agricultura cresceu 46%, enquanto os serviços cresceram 74,6%. Ainda que essa expressividade chame a atenção, o estudo destaca que o menor dinamismo de Minas em relação às outras unidades da Federação levou ao recuo na participação mineira no produto industrial nacional: de 7,1%, em 1947, para 6,6%, em 1959 (BDMG, 1968a). Os anos 1950 se tornaram mais expressivos para os ramos de minerais não-metálicos e metalúrgicos, que passaram a contribuir com 40,1% do valor de transformação industrial em Minas Gerais, em 1959, contra 27,7%, em 1949 (BDMG, 1968a).

Bastante correlacionada à evolução econômica estava a evolução social. Para além dos movimentos populacionais indicados pouco antes, três pontos merecem destaque especial: a

formação de uma cultura sub-regional, o patriarcalismo e a modernização. A cultura sub-regional formada em Minas Gerais, chamada no Diagnóstico de mineirismo – embora mais comumente seja chamada de mineiridade – se refere a uma espécie de mentalidade coletiva formada a partir das regiões mineradoras, que acabaram, por fatores históricos e demográficos, espalhando-se para outras regiões do estado, na qual se criou o estereótipo do mineiro como alguém desconfiado, introvertido e austero, o que precipita na preferência pelo equilíbrio e na rejeição ao autoritarismo ou a supressão de liberdades (BDMG, 1968a).

Nesse sentido, o regional e o nacional estão relacionados aos momentos decisivos da consciência de Minas – tal qual do Brasil – como nos tempos dos Inconfidentes e da Arcádia, no período da implantação da República, no movimento modernista (BDMG, 1968a).

Apointa-se, dessa forma, o espaço da mitologia da mineiridade no sentido da afirmação da posição do regional em relação ao nacional, na qual se procura determinar uma imagem homogênea e essencialista do que seria ser mineiro em relação à Nação: como aquela que opta pelo equilíbrio.

De acordo com Maria Arminda do Nascimento Arruda (1990):

Gestou-se em Minas Gerais uma cultura política própria que ganha relevo nos momentos de transição no Brasil, visível no chamado fenômeno da conciliação. Travestida em roupagens várias como sói acontecer, essa concepção nasce no bojo de um novo pacto político-social, no qual os representantes mineiros sempre foram parceiros poderosos. Nessas ocasiões surge muitas vezes o reconhecimento de que a subcultura de Minas, frequentemente denominada “*mineiridade*”, conteria os princípios do “entendimento nacional” (ARRUDA, 1990, p. 14).

É interessante destacar o aspecto conferido a Minas Gerais, primeiro como um corpo sociopolítico homogêneo, e segundo como uma vanguarda de um projeto de Nação. Apropriando-se das contribuições de Otávio Dulci (1999), este elenca seis traços que, discursivamente, caracterizam uma identidade regional, sendo estes: o senso de continuidade pelo apego à tradição, a valorização da ordem, o senso de naturalidade sobre a organização social, o centrismo, a acomodação de interesses e a habilidade para conseguir objetivos políticos a menor custo (DULCI, 1999).

O fator patriarcal e familiar sobre a formação histórica e social do estado guarda relações que, mais uma vez, não se dissociam da experiência histórica brasileira:

Em toda a vigência da sociedade tradicional no Brasil, a família patriarcal constitui o eixo do sistema institucional, assumindo uma série enorme de funções, tanto as estritamente domésticas, quanto as de educação formal, as políticas, as econômicas (a produção para o autoconsumo), as religiosas (não

havia grande fazenda sem capelão e sem devoções em comum). É provável, embora se trate de assunto aberto aos estudos, que a família em Minas Gerais, no processo de ruralização que se seguiu à decadência do período mineratório, se tenha enclausurado mais [...] Talvez se encontre em muitas dessas velhas famílias enclausuradas a semente do tradicionalismo ideológico (BDMG, 1968a, p. 89).

O patriarcalismo desponta como um fator bastante relevante para pensar o arcaísmo identificado pelo Diagnóstico como um fator do atraso e do subdesenvolvimento mineiro. Isto é, a prevalência das relações familiares legou uma estrutura patrimonialista, na medida em que atua como um entrave à modernização.

Nesse sentido, cabe vincular o que se comentou anteriormente acerca da construção do estereótipo do mineiro como alguém equilibrado e avesso às mudanças. Cabe analisar que a mineiridade era (ou é) um conceito em disputa, na medida em que as elites, sejam elas tradicionais ou modernas, procuravam construir uma projeção de Minas Gerais a partir de seus próprios interesses. Dito isso, não teria a diferença entre tradicionais e modernos sido um entrave para a modernização? Provavelmente, Otávio Dulci foi o autor que encontrou uma resposta bastante plausível para responder a essa questão.

As elites tradicionais se envolveram no processo de modernização por uma questão de sobrevivência, todavia, a transformação realizada pelo alto permitiu que ficasse intacta a estrutura de poder desses grupos por meio das máquinas partidárias e eleitorais. O projeto pessedista de modernização, coincidente com o governo JK, por exemplo, baseava-se em uma dualidade cidade/campo, em que a primeira, símbolo das transformações, rupturas e advento do moderno, contrapunha-se a segunda, que era conservada como um espaço privado a partir de um pacto agrário (DULCI, 1999).

Quanto à modernização, são considerados dois os vetores principais para sua realização: a urbanização e a industrialização. Para o caso da urbanização se destaca o fato de que aproximadamente metade da população do estado se localizava em cidades abaixo de 50 mil habitantes, sendo considerável a vida nos pequenos núcleos abaixo de 5 mil habitantes (BDMG, 1968a).

Por seu turno, sobre a industrialização se destacam seus efeitos sociológicos, a saber, o sistema de estratificação social e a modificação da mentalidade empresarial no sentido da perspectiva do futuro. Todavia, vale o alerta para que os dois não sejam tratados em um esquema de causa e efeito, de modo que não se pode ser taxativo no sentido de que o desenvolvimento industrial seja capaz de ocupar os trabalhadores emigrados do campo para a cidade (BDMG, 1968a).

Parte da justificativa da condição de subdesenvolvimento identificada pelo Diagnóstico

pesa sobre o fator geográfico, de modo que o perfil topográfico acidentado pelas serras e morros impediu a formação das plantações de alta produtividade, prevalecendo a pequena e média propriedade, que se voltavam mais para a subsistência do que para o mercado (BDMG, 1968a). No que se refere ao crescimento industrial, remontado à primeira metade do século XX, pesaram as carências infraestruturais, em especial, energia e transportes.

Para o caso energético, temos uma leitura que expõe o ponto de virada no início dos anos 1950. Desde anos 1920, o potencial hidrelétrico mineiro era visto como pouco aproveitado. Dava-se isto por conta do modo isolado com que funcionavam as 117 usinas fio d'água para atender 89 empresas pelo estado. A ausência de um modelo integrador foi identificado no Plano de Eletrificação, em 1950. O documento refletia sobre a questão energética do estado em três sentidos: a necessidade da alocação de recursos para projetos hidrelétricos, dado seu potencial em Minas Gerais; a possibilidade da utilização de uma empresa de economia mista – possuindo esta a característica flexível do setor privado e a atenção ao interesse público; e a defesa da importância da intervenção estatal quanto à questão (BDMG, 1968a).

A empresa referida viria a se concretizar em 1952, quando da fundação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Como empresa de capital misto, a contribuição do setor público veio, principalmente, da Taxa de Recuperação Econômica (TRE), que fora criada durante o governo Milton Campos (1946-1950). A estratégia adotada pela CEMIG foi a de superar os pontos de estrangulamento da indústria, de tal maneira que – em números de 1966 – o setor industrial correspondia a 70% da demanda energética (BDMG, 1968a).

O ponto crítico da política industrial da CEMIG despontou com a queda na taxa de procura por energia, no biênio 1961/1962, justamente quando a economia mineira – tal qual a brasileira – começava a apresentar sinais de crise. A abundância energética, vinda do amadurecimento de projetos herdados da segunda metade dos anos 1950, como é o caso da Usina de Três Marias, teve que ser compensada a partir da exportação de energia para São Paulo e Guanabara. Com isso, houve um reforço da tendência locacional preexistente. Isso pode ser verificado quando se observa que o usufruto da capacidade instalada em Minas fica em 51% por conta dos estados vizinhos (BDMG, 1968a).

Ainda no âmbito da infraestrutura, o setor de transportes é destacado, principalmente, pela sua limitação para integrar as diferentes ilhas de atividade econômica do estado. A história dos transportes no estado é dividida em duas fases: a fase de expansão do modal ferroviária (1870-1920) e a fase de expansão do modal rodoviário (desde 1950). A principal consideração se dá pela descontinuidade e pela ausência de um projeto integrador dos transportes que viesse atender o fluxo entre diferentes regiões e suas atividades econômicas, que, por conta

dos limites do sistema de transportes, apresentavam um caráter isolado em ilhas.

A justificativa para essa situação estava, para o caso das ferrovias, nas dificuldades geográficas para sua implantação, em especial, o relevo. Além disso, há uma crítica quanto à política tarifária de proteção às matérias-primas: esse princípio discriminava tarifas em detrimento dos produtos acabados e em favor dos insumos (BDMG, 1968a).

A tendência de orientar a implantação do modal ferroviário para o escoamento de produtos para o litoral foi repetida para o modal rodoviário. O Diagnóstico indica que o problema é que houve polarização favorável aos centros externos a Minas Gerais, enquanto, internamente, não havia integração entre os mercados mineiros, o que acarretava na diminuição da competitividade das unidades produtivas (BDMG, 1968a).

A situação demográfica do estado também mereceu atenção na análise, de tal maneira que ela é vista com um forte indício de atraso de Minas em relação às outras unidades da Federação. Dois fatores indicavam o problema: o índice de evasão e as diferenças de população relativa entre as regiões do estado.

Segundo o Diagnóstico, entre 1940 e 1950, foi registrado um aumento aproximado de 65% na emigração, identificados principalmente enquanto uma população rural e de pequenos povoados que sai em busca de melhores condições de vida em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Goiás, Espírito Santo e Paraná. Este último, em especial, por contada expansão das lavouras de café. Em uma comparação entre não mineiros residentes em Minas, cuja ordem era de 7,7%, e mineiros residentes em outros estados, que atingia 64,8%, demonstra-se que o cômputo das migrações desfavorecia Minas Gerais (BDMG, 1968a).

Se observada a densidade demográfica, tendo como base os dados de 1960, ela estava no patamar de 16,5 habitante/km². Campos da Mantiqueira, Sul de Minas, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Zona Metalúrgica eram as únicas 4 entre as 17 regiões do estado que apresentavam números acima da média. A Zona Metalúrgica, por exemplo, possuía a maior população relativa por conta da expansão industrial, enquanto no Vale do Rio Doce, tínhamos que a variação entre pecuária, indústria e lavoura garantia um bom padrão demográfico comparado. Ao passo que áreas pouco povoadas, como Alto- Médio São Francisco, sofriam com o isolamento de outros centros econômicos e a predominância da economia de subsistência (BDMG, 1968a).

Em relação à demografia, ainda cabe salientar o processo de urbanização, no qual se destaca o patamar de alocação populacional nas cidades abaixo da média nacional e de outros estados, sendo que Minas alcançou, em 1960, 40% de população urbana, ao passo que Brasil, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul atingiam 45,08%, 62,8%, 44,8% e 44,8%,

respectivamente (BDMG, 1968a). A correlação entre urbanização e grau de instrução era bastante coerente, na medida em que – segunda dados de 1950 – 70% da população rural era analfabeta, enquanto 75,6% das pessoas acima de 10 anos de idade residentes em áreas urbanas eram alfabetizadas (BDMG, 1968a). Esse dado, para os objetivos do Diagnóstico, leva à preocupação com o nível de qualificação da mão de obra, dado que o ensino técnico seguia uma tendência insatisfatória, expondo uma situação de atraso quanto à profissionalização voltada para a indústria, sobretudo.

A indústria ocupa um papel de grande importância no Diagnóstico, pode-se ir até um pouco além, e dizer que é o tema protagonista do estudo. Isso porque não apenas é vista como um fator de modernização, como expresso anteriormente, mas por seu peso para a recuperação econômica do estado na ocasião da realização das monografias que estão sendo analisadas.

O volume V do Diagnóstico é inteiramente dedicado ao setor secundário em Minas Gerais. Ao longo de suas 350 páginas, à evolução histórica se segue o seu comportamento – então – recente, para tratar de forma específica dos ramos extrativo mineral, metalúrgico, mecânico, elétrico, madeireiro, têxtil, de calçados, alimentício, açucareiro, de laticínios e do abate. Para os limites desse texto, não serão tratados todos com a mesma importância. A justificativa se dá pelo objetivo de correlacionar a atuação do BDMG com a atuação da FIEMG, por isso trataremos dos ramos que tanto exerciam um peso relativo maior na economia do estado, bem como são mais destacados pela federação empresarial. Dito isso, analisa-se a indústria extrativa mineral, a siderurgia, a metalurgia de materiais não ferrosos, bem como os ramos tradicionais, têxteis e alimentícios.

Com relação à indústria extrativa mineral, admitia-se que sua importância para a formação do produto industrial era mais elevada em Minas do que no conjunto do país, no entanto, o setor evoluiu tanto no caso regional, 20%, quanto no caso nacional, 42%, entre 1950 e 1960. O principal recurso analisado é o minério de ferro, sendo que a contribuição de Minas atingia o patamar de 99% da produção, a despeito dos outros cinco estados produtores, com suas reservas localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Itabira, em Andrade e em Morro Agudo (BDMG, 1968e).

Outro recurso bastante relevante é o minério de manganês, utilizado para a produção de aço. Sendo as principais reservas localizadas em Urucum, Mato Grosso, em Minas Gerais, nos municípios de Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Mariana, Congonhas e Itabira. Observado o intervalo 1950-1965, quando o Brasil alcançou o 3º lugar como produtor mundial de manganês, o crescimento produtivo nacional se deu no patamar de 614%, a exportação, 619%, enquanto o

consumo alcançou 596%, contando com a atuação produtiva de USIMINAS e COSIPA a partir de 1963 (BDMG, 1968e). Naquele momento, levando em conta um recorte mais recente, Minas Gerais havia perdido a posição de principal produtor nacional de manganês para o Amapá, o que levou à estatística de que a média anual na taxa de crescimento estadual ficou abaixo da nacional, 3,6% contra 13%, respectivamente (BDMG, 1968e).

O ramo de transformação de minerais não metálicos inclui análises sobre o calcário, os refratários e o cimento. Com relação ao calcário, entre os seus usos estava a calagem, procedimento para resolver a acidez de solos e a sua baixa fertilidade, essa estimada em 70% do solo mineiro (BDMG, 1968e). A tendência – recorrente no Diagnóstico – de que o estado produzia mais em benefício de outras unidades federativas do que para consumo interno se repete para o caso do cimento, no qual o estado ocupava o 2º lugar na produção nacional, contra uma posição de 5º lugar enquanto consumidor. Minas Gerais possuía algumas vantagens comparativas no ramo de produção de cimento como qualidade e quantidade de matéria-prima, as jazidas mineiras se encontravam próximas aos mercados consumidores, disponibilidade de energia elétrica e a operação da Refinaria Gabriel Passos, o que barateava os derivados do petróleo necessários à fabricação do cimento (BDMG, 1968e).

Sobre os refratários, indica-se que, no intervalo 1952-1964, a produção triplicou, sendo 70% vendido ao ramo siderúrgico e 30% às indústrias de cimento, químicas, entre outras. De toda a produção, somente a Magnesita SA contribuiu com 90%, fábrica localizada na Cidade Industrial de Contagem. A tendência de escoamento produtivo de Minas para outras unidades federativas identificada em outros setores se repete aqui: 37% são absorvidos internamente, 25% para São Paulo, 34% para o conjunto formado por Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santo, e 4% para outros estados (BDMG, 1968e).

Na metalurgia dos metais ferrosos, indica-se que o parque siderúrgico nacional possui três fases distintas. A primeira é demarcada pela fundação da Belgo-Mineira, em 1921, cujo processo de produção usava carvão-vegetal, de tal maneira que era necessário a manutenção de plantações de eucalipto. A segunda fase veio com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1943, lançando mão dos mais modernos aparelhos da época e capaz de concentrar a produção de minério de ferro de outras regiões, especialmente de Minas Gerais. A terceira fase se deu com surgimento da USIMINAS e da COSIPA, que, apesar do potencial para o mercado interno e externo, ainda não conseguiam superar a hegemonia da CSN (BDMG, 1968e).

Minas Gerais, de fato, aparecia como a principal fornecedora de matéria-prima da Companhia Siderúrgica Nacional, como se observa no Quadro 3.

Quadro 3 - Fontes de fornecimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Especificação	Fonte	Meio de Transporte	Consumo anual (1000 t)
Minério de ferro	Congonhas-MG	Ferrovias	1500
Minério de manganês	Congonhas-MG	Ferrovias	18
Carvão nacional	Criciúma-SC	Marítima e ferroviária	352
Carvão importado	EUA	Marítima e ferroviária	478
Calcário	Barroso-MG	Ferrovias	342
Dolomita	Burnier-MG	Ferrovias	130

Fonte: BDMG (1968e).

Observando-se o papel produtivo da siderurgia no Brasil, cabe destacar as características do setor, tendo em vista a diferenciação entre os números obtidos em relação ao ferro-gusa, ao aço e aos laminados:

No que se refere à produção de ferro-gusa, a indústria mineira apresentou um acréscimo de 344,6% em relação a 1950, enquanto o estado do Rio crescia apenas 173,4% e São Paulo sofria um decréscimo de 24,8%. Com referência à produção de aço em lingotes, o ritmo de crescimento foi bem maior, pois enquanto a indústria mineira agregou à produção de 1950 57%, o Estado do Rio agregava [no conjunto do país] 202,5% e São Paulo 105,6%, e, no conjunto geral da nação, vê-se um aumento de 267,2%. Quanto aos laminados, os índices são, também, bastante animadores, com a produção mineira aumentando de 380,9%, em contraposição com 166,6% e 94%, respectivamente, para o estado do Rio e São Paulo (BDMG, 1968e, p. 104).

Com isso, pode-se compreender melhor a visão presente no Diagnóstico da siderurgia como um setor modernizador e dinâmico, de modo que o setor ampliou seu peso relativo para Minas Gerais e para a participação de Minas Gerais no conjunto do produto industrial brasileiro.

Com relação à demanda de aço no país, o Diagnóstico destaca a baixa produção do país em termos mundiais, sendo, em 1964, de apenas 0,64%. Os setores destacados por conta da demanda de aço são de máquinas e implementos agrícolas – principalmente tratores -, máquinas e equipamentos industriais – tido como estratégico por conta da nacionalização de bens de capital -, máquinas e equipamentos para terraplanagem, equipamentos elétricos, construção naval – na qual o fornecimento de chapas se tornou totalmente nacional – e indústria automobilística – que insistia em importar chapas apesar da capacidade nacional de fornecê-las (BDMG, 1968e).

Para a projeção com relação aos insumos, entende-se que Minas Gerais, dada a abundância de todas as matérias-primas necessárias à siderurgia, à exceção do carvão mineral,

deveria se tornar um grande produtor de aço, no entanto, essa tendência poderia ser confirmada com a expansão das atividades das unidades existentes, como era o caso da USIMINAS (BDMG, 1968e).

O ramo siderúrgico, a despeito dos tradicionais alimentícios e têxteis, é tratado como o setor moderno e dinâmico da economia mineira. Nesse sentido, havia uma preocupação quanto ao contexto recente, àquela ocasião, já que a relação capacidade ocupada-capacidade ociosa estava tendendo para a segunda, com uma recuperação em 1966: em 1963, 70%-30%, em 1964, 49%-51%, em 1965, 40%-60%, e 52%-48%, em 1966. Essa tendência ocorria por conta da inevitabilidade do grau de estocagem, mesmo com a produção sob encomenda. (BDMG, 1968e).

A Descrição das Principais Usinas Produtoras destaca que USIMINAS ocupava o 2º lugar entre as siderúrgicas brasileiras, superada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por conta de seu consumo dos insumos, bem como por sua produção, contudo a siderúrgica mineira, por conta de sua tecnologia considerável, poderia catapultar o desenvolvimento do setor em Minas (BDMG, 1968e).

Referente à metalurgia dos não-ferrosos, destacam-se o alumínio e o níquel. Quanto ao alumínio, seu uso se dava principalmente na área de transportes e na construção civil. No ramo, a demanda brasileira não era suprida inteiramente de forma interna, sendo necessária sua importação. Em Minas Gerais, a atuação da Aluminas cresceu sua produção em 22,9% entre 1962 e 1965. Ao passo que em 1967, havia começado a ser implantada, em Poços de Caldas, a Companhia Mineira de Alumínio (Alcominas) (BDMG, 1968e).

Quanto ao níquel, duas empresas mineiras foram responsáveis pelo Brasil ter atingido a autossuficiência desse recurso: a Companhia Níquel do Brasil e a Companhia Morro do Níquel. Em 10 anos, contando-se a partir da fundação da primeira, a produção já havia aumentado cerca de 14 vezes (BDMG, 1968e).

Em seu conjunto, a metalurgia era vista como um motor importante do desenvolvimento mineiro, de modo que uma política para o setor deveria ser tratada com ênfase. O objetivo deveria ser aumentar a demanda por matérias-primas e pela produção dentro do próprio estado, ampliando-se as capacidades das unidades instaladas e criando condições para a instalação de outras (BDMG, 1968a).

Sendo considerado um ramo tradicional, o setor têxtil conheceu sua expansão no Brasil nas primeiras décadas do século XX, em especial, em São Paulo. Entendido como um setor de abastecimento interno e de baixo desenvolvimento tecnológico, desempenhava, no entanto, 21% do total de salários pagos no país, em 1965. Em Minas Gerais, a tecelagem

chegou em 1962 representando 1,4% dos estabelecimentos industriais, 12,9% do volume de emprego e 14,3% do valor da produção industrial, sendo, neste último quesito, ultrapassado apenas pela metalurgia e alimentícia. Com relação à localização no estado, é interessante observar que a produção se localizava distante dos locais de produção das matérias-primas, na medida em que a Zona da Mata e a Zona Metalúrgica tinham a maioria dos estabelecimentos, enquanto o Triângulo e o Norte forneciam o algodão. O Diagnóstico também indicava a tendência do setor decrescer, por conta de seu obsolescimento e do avanço tecnológico a ser impulsionado pela industrialização (BDMG, 1968e).

Outro setor tradicional, o alimentício, registrava 13,6% de operários ocupados e 24,3% de participação relativa no produto da indústria de transformação, ao passo que em Minas Gerais os dados apresentados apontam 15,6% da mão de obra industrial do estado e 34% da produção industrial, sendo suas principais atividades: a produção de laticínios (32,8%), beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares (30,6%) e abate de animais, conservas de carne e banha de porco (14,6%) e açúcar (5,5%). O Sul (28,75%) e a Zona da Mata (24,93%) eram os mais importantes para o setor por conta dos laticínios (BDMG, 1968a).

De modo geral, as monografias procuravam conectar o passado, o presente e o futuro. O passado, por meio de uma leitura das condições de formação e evolução de Minas Gerais até a década de 1960. O presente, por conta do entendimento de que o estado se encontrava em uma posição de atraso em comparação às outras unidades da federação. O futuro, pois o Diagnóstico se pretendia como um recurso analítico útil para o planejamento econômico regional.

Fundamentalmente, o documento possuía a intenção de caracterizar o subdesenvolvimento mineiro, sendo os problemas na qualificação da mão de obra, a urbanização irregular, o déficit demográfico, a prevalência do setor tradicional e de relações patrimonialistas e familiares, o atraso relativo da indústria no conjunto nacional e a dependência do setor agropecuário seriam importantes indicativos.

Os problemas locais, a questão energética e de transportes favoreceram a potencialização de Minas Gerais como um espaço de alta capacidade expropriada em benefício do desenvolvimento das unidades federativas em sua vizinhança – o que mereceu a caracterização de semicolônia em dado momento pela FIEMG, como vimos – em detrimento de impulsionar a si própria.

Interessante observar que o subdesenvolvimento como uma condição periférica de uma determinada economia guarda considerável correlação com a teoria cepalina tão cara ao pensamento desenvolvimentista construído no Brasil. Para explicar a tese da deterioração dos

termos de troca⁸, Ricardo Bielschowsky (2000) destaca que

O progresso técnico se desenvolveu de forma bastante desigual nos dois polos. Foi mais rápido no centro, em seus setores industriais, e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão dos seus sistemas produtivos. Na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16).

Minas Gerais era percebida pelo Diagnóstico como uma periferia frente aos centros produtivos das unidades federativas vizinhas. Como se viu, com os problemas identificados na formação de ilhas isoladas de outros centros produtivos, na disparidade técnica e de produto entre as regiões do estado e no próprio atraso relativo, traduzido em uma região supridora de matérias-primas e insumos que serviam ao desenvolvimento externo.

Como diagnóstico, digamos que o documento percorreu de forma bastante detalhada – apesar da dificuldade com o acesso às estatísticas – os sintomas, identificando a doença, a condição de subdesenvolvimento. A partir de então, caberia mobilização política, econômica e técnica que fosse capaz de fazer do processo de planejamento global a cura.

Considera-se que as percepções do Diagnóstico foram gestadas dentro de uma leitura mais geral sobre o desenvolvimento regional em Minas. A visão de atraso e subdesenvolvimento era compartilhada pelo empresariado filiado à FIEMG, na medida em que sua reivindicação e acesso ao BDMG se davam pelo entendimento tomado pelo setor privado quanto ao papel do setor público, o que Daniel Diniz Barbosa (2012) chamou de verticalidade do desenvolvimento econômico, no qual o planejamento formulado pelas estruturas técnicas – vide o BDMG – era manejado pelos grupos de interesse – vide os setores empresariais – como força propulsora.

Em seu estudo *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*, Wilson Cano critica os estudos, programas governamentais e diagnósticos regionais que se assentaram sobre alguns mitos. Essa perspectiva que vimos quanto ao aspecto semi-colonial com a qual Minas é tratada, parte de uma leitura de que sua riqueza, potencial e produção servia para atender aos interesses de outras unidades, São Paulo, em especial. O autor adverte que não foi a partir da espoliação de outros estados que o desenvolvimento paulista pode ser explicado, mas, sim, pelas relações capitalistas de produção. De tal maneira que, na

⁸ Em linhas gerais, essa tese diz que o centro amplia a disparidade em relação à periferia por conta da especialização dessa última em produtos primários, na medida em que o centro cria as condições técnicas de suprir, por conta própria, esse segmento. Com isso, as taxas de crescimento periféricas se tornam bem mais modestas que as centrais (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16-17).

década de 1920, São Paulo concentrava a indústria produtora de bens-salário e, após 1929, lançou a indústria produtora de bens de capital, que se consolidou na década de 1950. O mercado consumidor localizado na região permitiu a concentração de indústria de bens de consumo durável e de capital. A integração do mercado nacional ocorreu quando a economia industrial paulista já estava consolidada (CANO, 1998).

Para o almejado na análise deste capítulo, foi possível compreender que o estudo das questões regionais que embasariam futuros programas de planejamento não se dava à parte do empresariado, mas em conjunto com ele, por meio de seus indivíduos e departamentos. De modo mais geral, isso se assimilava a uma perspectiva generalizada das elites mineiras sobre o desenvolvimento regional e o papel da política para a definição de seus objetivos.

6 FIEMG E BDMG NOS ANOS DE EXPANSÃO ECONÔMICA (1968-19740)

O capítulo que se inicia tem o objetivo de discutir a atuação da FIEMG e do BDMG nos anos de recuperação econômica e expansão industrial em Minas Gerais. Pelo recorte escolhido, levou-se em conta a correlação com o período comumente conhecido como milagre econômico ou ainda milagre brasileiro, concomitante aos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), em âmbito nacional, e Israel Pinheiro (1966-1971) e Rondon Pacheco (1971- 1975), na esfera estadual.

Na primeira seção, a temática será a atuação da FIEMG nos primeiros anos do Regime Militar e a análise da política econômica adotada por Castello Branco (1964- 1967). Na segunda seção, trata-se do desenvolvimento regional encampado pelas duas instituições na transição dos anos 1960 para os anos 1970. A terceira seção procura avaliar a política econômica nos anos do milagre, tendo em vista o crescimento econômico bastante considerável de que Minas Gerais se beneficiou, em especial, o setor industrial.

6.1 A FIEMG E O NOVO REGIME

O apoio decidido da FIEMG à deposição de João Goulart no editorial de março/abril de 1964 em sua publicação oficial foi acompanhado de um panorama negativo sobre a economia brasileira e mineira em suas páginas. O quadro mineiro, naquela ocasião, era caracterizado por

Uma renda per capita inferior à média da população brasileira. A participação de Minas na composição da renda nacional está em ritmo decrescente. A agricultura ainda é a principal fonte de riqueza com taxa de 50%, seguida da indústria com apenas 17%. 60% da população está concentrada na zona rural. 55% da população se encontra abaixo dos 21 anos. 1,3 milhão de mineiros reside em outros estados (VIDA [...], 1964a).

Aliado a essa leitura, havia uma perspectiva de que a situação de Minas Gerais carecia de um planejamento intenso. Com alguns anos de diferença, já era possível identificar dentro do corpo analítico e editorial da federação algumas constatações que apareceriam no trabalho realizado pelos técnicos do BDMG para o Diagnóstico. Algo que corrobora com a existência de uma visão mais ampla compartilhada por diferentes órgãos acerca do atraso relativo e da necessidade do planejamento como resposta.

O apoio da FIEMG ao golpe civil-militar de 1964 foi bastante incisivo. Para além disso, pode-se destacar, desde já, que a sustentação da entidade para o regime seria bastante longa, sendo inclusive resistente ao processo de distensão na passagem para os anos 1980, quando

outras entidades patronais, incluindo as federações de indústrias de outros estados, já não se mostravam dispostas a sustentar os militares no poder e simpatizavam com o retorno à democracia (DULCI; LEITE, 1987).

Todavia, essa fidelidade não significava concordância e alinhamento absoluto e incontestável. Durante os anos de Castello Branco (1964-1967), a exaltação à respeitabilidade do mandatário era contraposta em diversos momentos às discordâncias quanto às decisões de sua equipe econômica. Em especial, na forma como o combate à inflação seria mobilizado e a potencial distribuição de sacrifícios que daí poderia ser necessária.

Eleito indiretamente e empossado em 9 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castello Branco ficou responsável por liderar um governo que se prometia provisório e transitório, mas que se provou o início de um regime militar que só teria fim 21 anos depois.

Castello Branco fazia parte de uma ala mais intelectualizada dentre os militares. Esses, chamados castelistas, defendiam que o governo promovesse reformas institucionais e burocráticas, utilizando-se do aparato autoritário mais para descolar o centro decisório político da sociedade civil organizada, do que para restringir sistematicamente a liberdade de expressão política⁹ (NAPOLITANO, 2014).

Para promover as reformas econômicas, foram empossados Roberto Campos e Octávio de Gouvêia Bulhões, nos ministérios do Planejamento e da Fazenda, respectivamente. Assim, em novembro de 1964, era lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Entre seus objetivos se destacavam: a redução progressiva da inflação, a retomada do desenvolvimento econômico, correção das desigualdades regionais, combate ao déficit do balanço de pagamentos e estruturação da política financeira para que o Estado tivesse condições de captar novas fontes de recursos.

A questão inflacionária foi diagnosticada pelos artífices do PAEG como resultado de uma série de desequilíbrios na política monetária que conduzia à pressão da demanda sobre os preços, o que exigia, portanto, uma resposta de contenção da demanda para reconduzir os preços a patamares aceitáveis. Esses desequilíbrios da política monetária podem ser reconhecidos pelos déficits governamentais, pelo mecanismo de excesso de emissão e liquidez causado pelas políticas de crédito farto aos setores empresariais privados e aos reajustes salariais acima da produtividade, levados a cabo, em especial, pelo populismo trabalhista.

⁹ Isso ajuda a explicar porque a força das obras artísticas da esquerda entre 1964 e 1968 não tornam a ditadura uma ditadura. Elas apenas não eram o foco nos primeiros anos, já que o interesse repressivo estava concentrado na capacidade de organização da oposição, por isso os ataques aos líderes de oposição e aos movimentos sociais, como sindicatos e ligas camponesas.

Aos problemas dos déficits governamentais, a equipe econômica entendeu que a solução residia no rearranjo da política tributária, descartando impostos que pouco arrecadavam e instituindo impostos sobre o consumo, além de reajustar impostos e tarifas públicas. De fato, tal medida contribuiu para a queda do déficit público, saindo de 4,2% em 1963 para 1,1% em 1966.

No âmbito da política creditícia, sua condução se mostrou bastante errática. Entre 1964 e 1965, as indústrias sofreriam uma queda de produtividade graças ao aperto causado pela política restritiva, o que levou, ainda em 1965, a uma reversão na tendência do governo, ao elevar a liquidez. Novas restrições foram colocadas em 1966, fazendo com que empréstimos privados pudessem ser captados pelo setor privado junto ao Banco do Brasil.

Havia boa vontade dos industriais com o governo Castello Branco, na medida em que ele significava, pelo menos no campo político, uma reversão dos temores empresariais com relação ao governo João Goulart. O discurso, nesse sentido, indicava que os industriais mineiros não se oporiam ao intervencionismo, pura e simplesmente, mas aos seus malefícios vindos de pressões demagógicas sobre o Estado para intervir (VIDA [...], 1964b).

A crítica se voltava para alguns subsídios, como em relação ao petróleo, ao trigo e ao papel de imprensa. Além disso, a subvenção ao consumidor, oferecendo a oportunidade de adquirir um artigo ou usufruir um serviço por preço abaixo do custo, o que estimularia exageradamente o consumo, conduzindo ao abuso e ao desperdício, fatores que estariam conduzindo à inflação. O crédito deveria ser dosado de modo a estimular os aumentos reais de produtividade e induzir o crescimento do produto bruto (VIDA [...], 1964b). Com relação à política salarial, demonstra-se um dos pontos mais polêmicos do PAEG. Na concepção da dupla Campos e Bulhões, a pressão inflacionária tinha entre seus principais vetores os aumentos salariais concedidos ao longo do intervalo 1946- 1964, de tal maneira que os reajustes, firmados acima da produtividade, forçavam a elevação geral de preços. Assim, foi proposto um novo mecanismo de ajuste salarial, em que eram considerados os índices inflacionários dos 24 meses passados com a expectativa inflacionária prevista para os 12 meses futuros. O resultado foi uma queda considerável no salário mínimo real médio, apontado em menos 7% entre 1964 e 1965 e menos 7%, novamente, entre 1966 e 1967.

Além do impacto significativo, a política salarial do PAEG se torna ainda mais polêmica considerando sua concepção inicial de que os salários estavam sendo reajustados acima da produtividade. Como demonstra Colistete (2009), levando em conta o intervalo entre 1958 e 1968, o crescimento do salário-produto foi de 1,8% ao ano, enquanto os índices de produtividade tiveram média de 5,2% ao ano. Sendo assim, a produtividade foi traduzida

em lucros empresariais e não em ganhos salariais. Tal política tinha larga margem de ação em um contexto de repressão do movimento sindical e da proibição de direito à greve, reduzindo a possibilidade de negociação e barganha entre trabalhadores e patronato.

Reajustes salariais incomodaram a federação também quando estiveram ligados, mesmo que exclusivamente, à esfera pública. Caso da aprovação da lei 4863/65, que dispunha sobre abono família, tempo integral, incentivo à produtividade, participação de multas, composição do Serviço de Assistência e Seguro Social e da quota de previdência. Tal medida indicava para o empresariado que os assessores da presidência dotados de capacidade eram orientados por uma bússola descalibrada (VIDA [...], 1965b).

Outras reformas institucionais fundamentais conduzidas a partir do PAEG não podem passar despercebidas. Em especial, a fundação do Banco Central. Dado que até aquele momento, as funções estavam divididas entre a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), como órgão executivo das políticas monetária e cambial, e o Banco do Brasil, como banqueiro comercial, do Tesouro e do Sistema Bancário.

Tais considerações sobre a política econômica mais geral em torno do PAEG levam a considerar em que medida ele foi ou não um instrumento ortodoxo de enfrentamento aos problemas de seu período de execução. Em sua leitura clássica da política econômica após 1964, Albert Fishlow (1974) defende que a política de combate à inflação mediante contenção da demanda caracteriza o teor ortodoxo do programa de estabilização.

A incorporação da inflação corretiva anulou os primeiros esforços de estabilização, levando à liberdade de fixação de preços nos setores públicos, habitacional e de insumos importados, sendo incompatível com a estabilização. Sendo assim, Fishlow aponta que o objetivo mais geral do PAEG e da própria administração castelista era, não a estabilização, mas sim a implementação de um efetivo capitalismo de mercado no Brasil.

Em análise posterior, André Lara Resende (1990) expõe que o desequilíbrio no balanço de pagamentos impedia o retorno ao nível de crescimento verificado nos anos 1950, o que levou o governo a se orientar por uma política ortodoxa para ganhar confiança dos credores externos, conduzindo um influxo de capitais estrangeiros em forma de investimentos e empréstimos, permitindo compensar a debilidade da capacidade de investimento de agentes privados internos. Tal política, inclusive, causou uma grande descapitalização e quebra de pequenas e médias empresas.

Além das reformas institucionais, o profundo arrocho salarial é um ponto de convergência ao caracterizar o PAEG. Tanto Fishlow, Resende e Colistete apontam como a política salarial causou uma perda substancial no nível de renda dos trabalhadores, de tal

maneira houve queda da participação dos 30% mais pobres de 27,9% para 22,8% entre 1960 e 1970.

A política anti-inflacionária teve influência direta, também, sobre o ritmo de formação bruta de capital fixo, na medida em que a desaceleração da expansão industrial atingiu 24% ao ano em meados da década de 1960, segundo Fishlow (1974). O que atingiu pequenos e médioempresários situados nos setores ditos tradicionais, como alimentícios e têxteis.

Pelo ponto de vista da FIEMG, esse ônus sentido no âmbito produtivo foi visto como resultante de uma contradição, pois o combate inflacionário feito, em parte, sobre a tributação da indústria e do comércio era contrastada, por outro lado, pela emissão monetária, que segundo periódico atingia 1 trilhão e trezentos bilhões de cruzeiros em 21 meses. O editorial indicava que o governo impunha aos industriais mais impostos que os governos anteriores (VIDA [...], 1966a).

Como é possível observar, o alinhamento político ao golpe civil-militar de 1964 e mesmo a composição da base de apoio do governo Castello Branco, não limitava a postura crítica do empresariado industrial mineiro filiado à FIEMG em relação ao programa econômico do novo regime. A política contracionista e ortodoxa ensejava o descontentamento dos industriais em pontos como reajustes tributários e concessões de subsídios, ainda que o conflito distributivo tenha sido resolvido à base de forte contenção salarial e limitação da atuação organizada dos trabalhadores.

Para pensarmos sobre o PAEG, a gestão Bulhões e Campos e o governo Castello Branco de modo mais amplo tendo em vista seus impactos em longo prazo, cabem algumas reflexões. Como salientado no texto, o período estabeleceu uma ruptura institucional-burocrática de muita relevância. Esquemas que possuem reflexos até os dias atuais, como reajustes anuais de preços em diferentes setores, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), títulos públicos no mercado de capitais enquanto mecanismo de arrecadação do governo, sistema financeiro nacional, Banco Central, entre outros, são realizações do período.

As reformas institucionais dizem respeito não apenas a visão reformista e intelectualizada da ala castelista¹⁰ dos militares, mas também ao próprio pensamento econômico dos artífices do PAEG. Octávio Bulhões fora o mais relevante defensor da fundação de uma instituição que concentrasse os poderes executivos, comerciais e operatórios da moeda no Brasil, tendo participado da fundação da SUMOC em 1945, foi fundamental para o surgimento do Banco Central. Por seu turno, Roberto Campos, desde os anos 1950, quando esteve como

¹⁰ Referência aos militares mais próximos do liberalismo econômico, reconhecidos no governo Castelo Branco, em detrimento do industrialismo presente entre a chamada linha dura.

Lucas Lopes à frente do Plano de Metas, defendia a função do Estado, que, por meio do planejamento, poderia captar recursos estrangeiros em forma de investimento direto ou empréstimos capazes de suplementar a debilidade do investimento privado interno (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como aponta José Serra (1982), o período Castello Branco condicionou o crescimento vertiginoso que seria verificado entre 1968 e 1973, por meio do aumento da capacidade da poupança, do restabelecimento da credibilidade com os credores estrangeiros e pela ampla possibilidade de maturação dos investimentos sobre a capacidade ociosa.

Já no início do governo Costa e Silva, o empresariado mineiro entrega ao presidente um conjunto de reivindicações que são publicadas na íntegra na edição de agosto de 1967 da *Vida Industrial*. Compunham o documento algumas propostas como a liquidação pelo governo e entidades estatais ou de economia mista das suas dívidas para com as empresas mineiras¹¹, isenção de taxas aduaneiras para importação de matérias primas inexistentes em território nacional, entrega da distribuição de energia elétrica em Belo Horizonte à CEMIG, auxílio à formação de polos de desenvolvimento em território mineiro, adoção de providência para redução de preços de derivados de petróleo, dinamização de financiamentos para empresas mineiras, entre outros.

A justificativa geral do documento procura caracterizar Minas Gerais da seguinte forma:

A partir de 1930, Minas vem sofrendo um lento trabalho de consunção interna, aliada à interferência de espoliações e do enfraquecimento, comandados de fora [...] De nosso subsolo sai a estrutura de quase toda a atividade produtora, encontrada nas fábricas do país. Daqui vai o ferro, o aço, o alumínio e, nos últimos tempos, a energia, que acelera a maquinaria da mais rica região industrial brasileira, situada no centro e compreendendo a Guanabara e S. Paulo [...] O grande Estado vai-se transformando em exportador de matérias primas, num clima de passividade do estado; sobre pontos de estrangulamento para a economia mineira, em desesperada tentativa de recuperação; sobre as encruzilhadas, dispersando e drenando as concentrações de riquezas, que deveriam frutificar aqui mesmo, em nosso território (VIDA [...], 1967c).

Assim como iniciamos pontuando nessa seção sobre um dos artigos que compunham a edição imediatamente lançada após o golpe civil-militar e início do governo Castello Branco em março/abril de 1964, vemos em uma das primeiras edições concomitantes ao governo Costa e Silva reafirmar o caráter semicolonial, espoliado e de atraso relativo em Minas Gerais.

Mesmo que apareçam em outras palavras, há a perspectiva de que o território mineiro é repleto de riquezas naturais, humanas e de enorme potencial, que são tolhidas por décadas ou

¹¹ O documento cita 36 empresas, entre elas, Petrobrás, SUDENE, COSIPA, Fábrica Nacional de Motores, Banco do Brasil, Departamento dos Correios e Telégrafos, entre outras, totalizando pouco mais de 28 milhões de cruzeiros em dívidas com empresas privadas do estado

séculos, reforçando o peso do passado como um determinante para que esse potencial seja drenado pelas unidades federativas vizinhas, principalmente São Paulo, que se beneficiava das matérias-primas, insumos e recursos energéticos.

Passemos para a seção seguinte, na qual a discussão sobre o atraso relativo de Minas Gerais se conforma na relação entre as duas instituições que são objeto deste estudo: a FIEMGe o BDMG. Como veremos, essa visão não apenas explica o que era compartilhado sobre o desenvolvimento regional e a importância do planejamento, como já exposto, mas também como um modelo explicativo do desenvolvimento regional, que acusava São Paulo de ser uma sanguessuga por conta da concentração industrial, ao passo que foi justamente na transição dos anos 1960 para os anos 1970 que a desconcentração industrial passa a ocorrer em favor de outras regiões, como Minas Gerais.

6.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO

A marca característica do desenvolvimentismo mineiro residiu na procura por recursos políticos para aproveitar as potenciais condições de mercado. O atraso relativo identificado corriqueiramente pelas elites do estado possuía dois alvos de superação: a projeção exógena pela especialização produtiva do estado no conjunto da economia nacional e a projeção endógena de desenvolvimento produtivo da potencialidade das regiões do estado. Nesse sentido, houve uma complementaridade entre o desenvolvimento regional e o fortalecimento político no contexto nacional (DULCI, 1999).

Otávio Dulci (1999) expõe que a influência do empresariado sobre o jogo político ocorria nas formas de pressão corporativa, nos anéis burocráticos e na inserção em postos do governo, sendo uma espécie de contraponto para a ausência de condições desse grupo em mobilizar as forças industrializantes, ficando essas a cargo do Estado e do capital estrangeiro. Por esse motivo, a capacidade de interferência do empresariado local no desenvolvimento regional não deve ser subestimada (DULCI, 1999).

Clélio Campolina Diniz (1981) propõe que o atraso relativo de Minas Gerais possuía suas origens em duas situações ocorridas na transição do século XIX para o século XX, concomitante à própria transição da escravidão para a mão de obra assalariada. A primeira se relacionava ao fato de que em São Paulo se estabeleceram relações capitalistas com o surgimento do colono, ao passo que em Minas se mantinham relações escravistas ou o sistema de meação. A segunda era indicada pelo desenvolvimento em São Paulo de um setor comercial exportador, em atividades como as casa de exportação, rede bancária e sistema ferroviário

(DINIZ, 1981).

Na transição dos anos 1960 para os anos 1970, Diniz (1981) aponta que houve uma série de condições como a existência de recursos naturais, disponibilidade de infraestrutura econômica (energia, transportes e comunicações), existência de indústria básica (metalurgia e cimento) para atrair outras indústrias básicas, indústrias de bens de capital, que poderiam ser atraídas pelas indústrias básicas e pela mineração. Além disso, a posição geográfica do estado, o aparato institucional para apoiar a industrialização, os incentivos fiscais para a manutenção de investimentos e dos lucros, as áreas potencialmente beneficiadas como alternativa para localização industrial (investimentos da SUDENE no norte, Sul de Minas para a desconcentração industrial de São Paulo) e força política de negociação dos mineiros formam essas condições positivas para Minas Gerais (DINIZ, 1981).

Em análise posterior, o mesmo autor viria a relativizar a desconcentração industrial desse período. Na área metropolitana de São Paulo passou a ocorrer aumento do preço da terra, dos aluguéis, dos salários relativos e da infraestrutura, no mesmo momento em que estados vizinhos de São Paulo e o próprio interior paulista passaram a fazer investimentos públicos em infraestrutura, a conduzir políticas de incentivo fiscal e se beneficiar da ampliação da oferta de transportes e das telecomunicações, fatores que favoreceram a concorrência interempresarial. O que o autor destaca, no entanto, é que isso não significou uma efetiva desconcentração industrial para diversas regiões do país, mas, sim, um desenvolvimento poligonal, pois se deslocou da Área Metropolitana de São Paulo, todavia se confinou no polígono Belo Horizonte-Uberlândia- Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos, ou seja, no centro sul do país (DINIZ, 1993).

Wilson Cano (1998) apresenta uma visão bastante crítica ao que considera mitos bastante recorrentes em estudos, programas de governo e diagnósticos regionais. A própria noção de atraso relativo, tão cara às elites mineiras, parte de uma ideia de utilizar São Paulo e seu desenvolvimento industrial enquanto paradigma. O desenvolvimento regional, nessa perspectiva criticada pelo autor, possui um problema bem grave ao ser analisada de forma compartimentada, gerando uma série de desdobramentos, como a dificuldade de identificar a causa dos problemas para focar em efeitos particulares, a formulação de uma concepção de guerra entre estados, e o mais grave, escamotear questões de ordem social, como a desigualdade, os problemas urbanos ou a falta de acesso à terra.

Como foi indicado ao longo do texto, havia uma perspectiva compartilhada pela FIEMG e pelo BDMG de que Minas Gerais possuía um atraso relativo por conta de uma série de problemas que se punham como um entrave no desenvolvimento do estado. Questões como

sistema rodoviário e ferroviário, a evasão populacional e a queda na competitividade.

A melhora do sistema de transportes era vista como a solução que apoiaria a produção, por exemplo, caso da construção da estrada de ferro em Leopoldina, sendo parte do sistema ferroviário que atenderia à economia siderúrgica do Vale do Rio Doce, possibilitando o escoamento de 300 mil toneladas de laminados da produção da USIMINAS. Isso, segundo a federação, iria conectar o Ruhr brasileiro diretamente à Guanabara (VIDA [...], 1964a).

A integração econômica era vista como um ponto fundamental para agregação de diferentes áreas do estado, no sentido de que Minas se apresentava com regiões em estágio produtivos bastante diferentes. Sendo assim, em muitas ocasiões, a Federação procurava atender demandas particulares de determinadas regiões. Caso do I Seminário sobre o Triângulo Mineiro realizado em Belo Horizonte entre 2 e 5 de dezembro de 1969, com a participação de representantes dos municípios de Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba, Campina Verde, Patos de Minas, Tupaciguara, Abadia dos Dourados, Serra do Salitre, Ibiá, Pirajuba, Conceição das Alagoas, Sacramento, Guinhatã, com a participação de prefeitos, vereadores, líderes classistas, profissionais liberais e deputados. As reivindicações se dirigiram sobretudo ao DNER (execução da BR 364, rodovia Uberaba-Delta, ponte para escoamento na BR 050, pavimentação Araguari- Catalão-Cristina, ligação de asfalto entre Patos de Minas e Patrocínio, implementação Uberaba-Frutal, Ituiutaba-Uberaba, Ituiutaba-Iturama, Uberlândia-Araxá, ligação Frutal- Itapagipe-São Francisco de Sales-Iturama-Porto Alencastro e ponte sobre o rio Parnaíba. Suprimento de petróleo no Triângulo e Alto Parnaíba. Melhora da viação férrea Centro-Oeste que liga Uberaba e Divinópolis.

Houve, também, a expectativa de maior aporte de recursos no Triângulo e no Alto Parnaíba. Destaque também para a crítica ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, como um entrave para a competitividade que leva à perda de potencial em relação aos estados vizinhos (VIDA [...], 1969a).

A região norte do estado também era vista com bastante atenção, inclusive por conta do papel da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em relação à área conhecida como Polígono das Secas. A inclusão do norte de Minas nessa área possibilitou sua inclusão nas ações da SUDENE, a partir de 1963, pois no projeto inicial da entidade, a região não era incorporada (MESQUITA; ARAÚJO, 2018). Havia iniciativa para a implantação de indústrias, como a desoneração de tributos, para atrair o fortalecimento do setor na região. Em conjunto, o BDMG e a FIEMG lançaram campanhas como a Figura 1 que segue:

Figura 1 - Campanha BDMG e FIEMG

O Nordeste começa em Minas.



Não é preciso ir longe para aplicar o 34/18

Imagine o Nordeste (com todas as suas vantagens) a quase 200 km da 3ª capital brasileira. Para verdade.

A região do Polígono da Sécua, sob rigoroso incentivo da SUDENE, começa logo acima de Belo Horizonte. 120 mil quilômetros quadrados do território mineiro fazem parte dela. Não é preciso ir longe para beneficiar-se dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelos artigos 34/18 da SUDENE.

E em Minas, além da SUDENE, V. encontra o BANCO DE

DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS com financiamento integral para seu empreendimento; para as despesas de elaboração de projetos industriais e agro-pecuários; com a antecipação de recursos para a integração da parcela do empresário; com a fiança e financiamentos externos para a aquisição de máquinas e equipamentos; com financiamento para a instalação e ampliação de pequenas indústrias, através de convênio com o BNB. Com o BDMG é muito mais fácil e vantajoso instalar sua indústria no Nordeste.

Tem mais: a área mineira do Polígono é dotada de excelentes reservas naturais. Conta com energia da CEMIG. E cortada por mais de 2.000 km de estradas. Está ligada aos grandes centros consumidores do País, através de Belo Horizonte - o maior entroncamento rodoviário nacional. Os mercados ficam às suas portas. Com tudo isso, o BDMG está à sua espera.

 Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais Governo do Estado de Minas Gerais

Fonte: Vida [...] (1971).

A campanha, no caso, foi veiculada longamente, estando presente em edições da revista Vida Industrial ao longo de vários anos. Chama atenção não apenas o incentivo tributário para a efetivação de novos projetos, mas, também, o destaque para o potencial visualizado na região, com vistas a sua integração com outros estados e a sua proximidade com a capital do país.

Outra estratégia era o potencial de diversificação produtiva visto na região. Atividades produtivas como beneficiamento de couros e pele, fertilizantes, exploração de minérios, produção de óleos vegetais, têxteis, produtos alimentícios, cordas e mantas, embalagens em geral, tintas e óleo de freio, vidros, móveis, fibra sintética, entre outros, já que a região além de contar com as matérias primas indicadas para as referidas indústrias, possui em alguns setores, mercado de boas dimensões, com possibilidades de expansão (VIDA [...], 1966b).

A relação entre o BDMG e a FIEMG não criou uma nova dimensão do que seria o desenvolvimento regional na perspectiva do que, neste mesmo trabalho, chamou-se desenvolvimentismo mineiro, mas, no entanto, a consolidou em um período bastante relevante para a indústria mineira. Retomemos que no contexto de surgimento do banco, o empresariado organizado sob a federação possuía pouco poder de influência sobre a USIMINAS e a CEMIG, as duas mais importantes instituições públicas mineiras à época. Assim, a instituição de fomento ao desenvolvimento serviu como um novo espaço para que os industriais organizados conseguissem, por meio da função planejadora do estado, fomentar novos estabelecimentos e beneficiar um novo período de expansão econômica em Minas.

No contexto imediatamente posterior à ruptura democrática e início do governo Castello Branco, o então presidente do BDMG, Paulo Camillo de Oliveira Penna, compareceu à FIEMG para esclarecer alguns pontos sobre a atuação da instituição, bem como a forma de colaboração financeira que seria realizada entre elas. Assim, até 60% do capital era aportado para investimentos em capital fixo, como maquinário e infraestrutura, mas que beneficiava empreendimentos que pudessem superar ou diminuir a necessidade de importações de outros estados, que aproveitassem a matéria-prima presente no território mineiro, que de preferência se localizassem no interior do estado e que fossem preferencialmente de setores como industrialização de alimentos, produção de bens para a agropecuária, indústria mecânica, óleos e gorduras vegetais e animais, indústria metalúrgica, indústrias de transformação de minerais não metálicos, indústrias químicas, indústrias de material elétrico e de comunicações, couros e peles, papel, reequipamento, modernização, implantação e expansão de indústria têxteis, matadouros industriais e frigoríficos (VIDA [...], 1964b).

Como é possível notar, a visão de independência econômica mineira era ambicionada. Importante destacar que o presidente do banco falava para os industriais não apenas em relação aos incentivos, mas por outro lado, sua fala foi muito mais incisiva justamente na necessidade de que Minas favorecesse seu potencial produtivo a partir das condições preestabelecidas pela natureza mineira e que seriam consolidadas pelas condições institucionais do estado.

Sucessor de Paulo Camillo na presidência da entidade, bem como seu mandatário na

época da feitura do Diagnóstico da Economia Mineira, Hindemburgo Pereira Diniz foi à federação fazer um discurso que cabe reproduzi-lo em boa medida a seguir. Em 1969, banco já contava com uma diversidade de fundos que indicava um nível considerável de complexidade e atividade após pouco mais de seis anos de atividade:

O BDMG opera, no momento, treze fundos especiais e são os seguintes: FIPEME, para financiamento de projetos de instalação ou ampliação de empresas industriais de pequeno e médio porte; FINAME, para aquisição ou venda de máquinas e equipamentos; FUNDECE, financiamento para capital de giro, objetivando a democratização do capital das empresas; GERCA, financiamento de empreendimentos industriais e obras de infraestrutura localizados nas áreas onde houve ou está havendo erradicação de cafezais; BNB, financiamento de projetos localizados na área do Polígono das Secas; IAA, financiamento destinado à ampliação, modernização e realocação de usinas açucareiras; BNH, financiamento para instalação ou ampliação de indústrias de material de construção; REGIR, capital de giro para as indústrias de material de construção; FEFUA, com recursos próprios, destinado ao financiamento às indústrias açucareiras do Estado, através da Cooperativa dos produtores de açúcar de Minas Gerais, assistindo-as, principalmente, no período entre-safra; PROPEQ, recursos próprios para financiamento de pequenos projetos (VIDA [...], 1969c).

Indica-se que os objetivos iniciais do BDMG, expostos no capítulo anterior, de apoiar pequenos e médios empreendimentos, já dividiam o capital do banco para atender outras situações, como o fundo para capital de giro o BNB – que atuava em conjunto com a SUDENE – e a ligação com estabelecimentos envolvidos com o setor primário.

Mais uma vez, destacava-se na fala de Hindemburgo o atraso relativo do estado, para quem havia muito potencial a ser explorado

Minas Gerais perdeu para Rio e São Paulo a primeira arrancada industrialista da década de 40-50 por não ter o estado as infraestruturas necessárias, especialmente, energia elétrica e estradas. Hoje, porém, já dotado dessas infraestruturas e contando com recursos naturais praticamente inesgotáveis [...] a posição estratégica de Minas Gerais, que é a porta que se abre para o nordeste e, ao mesmo tempo, a fronteira do polo de desenvolvimento da região centro-sul ligada aos maiores centros de consumo do país (VIDA [...], 1969c).

Importante se atentar como foi recorrente na fala de Hindemburgo, como em diversas ocasiões entre os industriais, assim como vimos presente no Diagnóstico, o potencial mineiro sendo visto como motor do desenvolvimento vizinho, sendo que essa proximidade aos estados era também em si um potencial, a ser resolvido por uma malha ferroviária e rodoviária eficiente.

Por fim, o mandatário do banco prometia um desdobramento bem claro para os estudos que vinham sendo realizados pela instituição

Estudos regionais ou do grande *Diagnóstico da Economia Mineira*, que está servindo de roteiro para os técnicos do ILPES, Instituto Latino Americano de Planificação Econômica e Social. Esses técnicos, associados aos técnicos do BDMG e do Conselho de Desenvolvimento, estão elaborando para Minas Gerais a mais ampla e pormenorizada carta de planejamento regional já feita no Brasil, devendo ser concluída a primeira etapa em novembro, contendo o Plano Bienal de Desenvolvimento no período 70/71. Em dezembro de 70, será concluído o documento final, que é o Plano Quadrienal de Desenvolvimento de Minas para o período de 71/74 (VIDA [...], 1969c).

Vale destacar que o ILPES era uma instituição ligada à Comissão Econômica para a América Latina e então dirigida pelo fundador da CEPAL, o economista argentino Raul Prebisch. O ILPES foi fundado em 1962 no contexto da Aliança Para o Progresso, sendo pensado para fomentar o planejamento econômico para o desenvolvimento regional na América Latina (FRANCO, 2013, p. 120). Já o Plano Bienal de Desenvolvimento e o Plano Quadrienal de Desenvolvimento passaram a integrar um programa planificador mais amplo da gestão Rondon Pacheco (1971-1975), o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), que se vinculava a outras ações institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana. Esses programas acabariam se tornando marcas da gestão Pacheco, junto à instalação da FIAT, a hidrelétrica de São Simão, as instalações da CEMIG no Vale do Jequitinhonha e outras 479 instalações industriais de médio e grande porte (REIS, 2008).

Essa proximidade com o ILPES se insere em um contexto mais amplo em que instituições públicas, como o BDMG e a Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, tinham interação com instituições que encabeçavam discussões sobre desenvolvimento, sobre o planejamento e sobre a atuação do Estado na superação do subdesenvolvimento. Além do ILPES, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a própria CEPAL (PAULA, 2016).

O potencial econômico de Minas era reconhecido por figuras de âmbito nacional, como foi o caso do então ministro da Indústria e Comércio, Edmundo Macedo Soares,

Nada justifica uma perda de posição da indústria mineira no contexto nacional. Até pelo contrário, uma série de vantagens relativas oferece oportunidade para crescimento do parque industrial de Minas Gerais em ritmo igual ou superior à média do país. O Estado dispõe hoje de uma boa infraestrutura sobretudo no suprimento de energia elétrica, graças ao excelente trabalho da CEMIG que planeja uma oferta de eletricidade capaz de atender, com folga, à demanda do futuro próximo [...] sua recuperação terá que ser feita e, para isso, precisam ser mobilizados recursos próprios e de órgãos de financiamento (VIDA [...], 1969b).

A mobilização era lida pelas elites dirigentes de Minas a partir do reconhecimento do planejamento, capaz de superar o atraso e a debilidade do setor privado local em consolidar o parque industrial do estado. O papel da tecnocracia mineira, assim como nos anos 1940 e 1950, voltou a ser decisiva para o período de crescimento que a economia do estado registrou na passagem para os anos 1970.

A conclusão dos estudos regionais e do Diagnóstico como um plano econômico elucidava a visão do desenvolvimentismo mineiro, ou seja, uma perspectiva de superação do atraso relativo a partir de uma perspectiva regional. Aparece bem menos Minas como um estado com diferenças e desequilíbrios internos, para ser apresentada Minas como um corpo social e econômico uno, cujo potencial natural deve ser institucionalmente potencializado por meio de planejamento.

6.3 É A HORA E A VEZ DOS MINEIROS

O crescimento econômico do país na virada dos anos 1960 para os anos 1970, comumente conhecido como milagre econômico, possui abordagens distintas, que podem se referir aos seus efeitos econômicos, políticos, sociais ou mesmo culturais. Os trabalhos aqui destacados tratam, de forma geral, dos aspectos econômicos do período.

Uma das contribuições pioneiras para a análise crítica da política econômica e da Economia Política dos governos militares pós-64 encontra-se na obra *O grande salto para o caos: política econômica e economia política*, de autoria de Maria da Conceição Tavares e José Carlos de Assis. Publicada em 1984, a obra foi revista e ampliada em 1985, quando o país já passava para um período democrático, mas adentrava o abismo econômico da hiperinflação, herança, segundo os autores, da condução errática da economia brasileira durante os anos do Milagre (TAVARES; ASSIS, 1985).

De acordo com Werner Baer (2002), o período notável de expansão da economia brasileira foi o ano de 1968, tendo como carro chefe o setor industrial, cuja taxa de crescimento anual girou em torno de 12,6% até 1974. Parte deste crescimento do setor industrial pode ser atribuído à capacidade ociosa existente desde o início dos anos 60 e que persistiu até 1967. Ainda conforme Baer,

[...] a constância do coeficiente de capital, isto é, a formação de capital bruto como porcentagem do PIB, tem sido atribuída ao significativo excesso de capacidade que existiu durante toda a década de 1960 possibilitando, portanto, que muitos setores expandissem a produção sem necessidade de muitos

investimentos (BAER, 2002).

Comparando-se com o início do regime civil-militar, a orientação de política econômica implantada no período 1968-73 parece ser carente de fundamentos teóricos consistentes, deixando à deriva importantes pontos da estratégia do período anterior como, por exemplo, o controle da inflação. Tal controle, só voltaria a ser buscado pelo governo quando a economia do país já dava sinais de crise, em 1971-72. De acordo com Munhoz,

Iniciam-se os anos 70 com a economia brasileira mantendo as altas taxas de crescimento do produto registradas a partir de 1968, e que seriam as mais elevadas da história do país. O que ocorria paralelamente a uma persistente queda na taxa de crescimento dos preços, dando a impressão de que, finalmente, o país conseguiria aliar dinamismo econômico de médio e longo prazo com a estabilidade monetária. Mas já em 1973 a economia se ressentia de uma forte pressão sobre os níveis de preços [...] (MUNHOZ, 1997, p. 64).

A condução econômica conduzida por Delfim Netto foi bastante contestada por analistas posteriores ao Milagre, que viram nesta falta de planejamento os princípios que levaram aos abalos econômicos da década de 1980. Tavares e Assis, por exemplo, não deixam escapar que a síntese do milagre econômico se revelou na irreverência, beirando o deboche, com que Delfim Netto promoveu a defesa do capitalismo selvagem – expressão cunhada por ele próprio, e não pelos economistas de oposição, para descrever a fase de acumulação acelerada do capitalismo e de concentração de renda que patrocinou (TAVARES; ASSIS, 1984).

Mais recentemente, José Pedro Macarini (2006) problematizou o período por meio de uma análise detalhada das estratégias econômicas adotadas entre 1967 e 1969, quando comandava o país o General Artur da Costa e Silva. Para o autor, de 1967 a 1968 a direção econômica foi heterodoxa se distanciando da condução implementada durante o PAEG.

Por sua vez, o ano de 1969 foi um momento de redirecionamento para a volta do combate à inflação comandado por Delfim Netto. No entanto, esse foi um episódio de curta duração, pois a posse de Emílio Garrastazu Médici provocou uma nova orientação de política econômica sob o comando do mesmo Delfim Netto; desta vez, seguindo um receituário bastante diverso do que fora feito no ano anterior.

Para este autor, havia clara percepção em 1969 de que o controle inflacionário era fundamental para manter a legitimidade e autoridade do regime, ao menos em termos da condução da economia, mesmo contando com o acelerado crescimento do período. Conforme salientou o próprio Ministro da Fazenda na ocasião,

O importante, na atual fase do combate à inflação, é que o ímpeto altista foi

controlado simultaneamente com uma expansão na atividade econômica. Seria o caso de manifestarmos satisfação pela performance, mas esta postura é falsa, porque uma inflação de 20% ou mais ao ano é também um recorde, mas negativo (MACARINI, 2006, p. 465).

Neste sentido, a condução da política econômica na esfera militar não era consenso, havendo grupos que propunham alçar o país a um período de forte crescimento e desenvolvimento em bases nacionalistas, e outros que pareciam desconfiar ou não ter convicção deste caminho, devido à permanência dos problemas de controle de preços. Não obstante esse impasse, a trajetória econômica adotada por Delfim em 1969 visava conter o processo inflacionário por meio dos remédios conhecidamente ortodoxos: restrições ao crédito, controle do déficit orçamentário, disciplina na condução da política monetária e rígido controle dos salários. Repentinamente, a partir do governo do general Médici, a direção econômica mudou completamente, lançando o país em seu período de maior crescimento econômico e superando, inclusive, a época do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Conforme Macarini,

Com o início do governo Médici a política econômica havia experimentado uma novainflexão. A modéstia até então dominante (expressa, por exemplo, no PED) dá lugar a uma notável ampliação das ambições político- econômicas. Delfim Netto captaria muito bem o novo clima, propondo como meta central do novo governo uma taxa de crescimento de 9% ao ano e a consequente duplicação da renda per capita na década de 1970. Começara, então, o “milagre”, sepultando por um longo período qualquer aventura de estabilização (MACARINI, 2006, p. 479).

A mudança de direção rumo ao desenfreado crescimento dos anos 1968-73 consolidou a estratégia do governo militar, fundada nos pilares da segurança e do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que mascarou a violência do regime, escondida sob o lema do avanço econômico como solução para os problemas do país. A ideia de que a sociedade se beneficiaria dos frutos dessa expansão da atividade econômica era propagada pelo governo, embora o próprio ministro da fazenda, Delfim Netto, declarasse sem nenhum pudor, o caráter desigual deste desenvolvimento. Com poderes de superministro, Delfim Netto adotou, naquele momento, um discurso de grande confiança, demonstrando, por outro lado, o desprezo do governo pelas classes subalternas.

No entanto, é inegável, ao observarmos o PIB do Brasil durante os anos do milagre, que o desempenho foi superior em todos os momentos correspondentes aos anos de 1950 a 1999. (BAER, 2002). Entretanto, tal desempenho espetacular não se refletiu em melhorias efetivas nas condições socioeconômicas do país. A disparada rumo ao crescimento não teve

contrapartida quanto ao fator distribuição de riqueza, por exemplo. Na realidade, o período do milagre acentuou sobremaneira a já perversa concentração de renda existente na economia brasileira.

Em trabalho recente, Marcos Napolitano (2014) mostrou como o comportamento da economia nos anos do milagre configurou um aprofundamento da dependência do país frente ao capitalismo monopolista. Comparando-se o desempenho econômico dos anos 1970 principalmente, com os períodos anteriores, vê-se que se trata de um crescimento feito à custa da desestabilização de preços, aprofundamento do endividamento externo (principalmente ao final do II PND) e perversa concentração de renda. Heranças que as vozes que ainda teimam em defender o regime autoritário ocultam das gerações atuais, em clara atitude demagógica e antidemocrática.

Ainda em dezembro de 1965, o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, nomeou o diretor da FIEMG, Nansen Araújo para o cargo de presidente do conselho deliberativo do BDMG. Nos primeiros meses do ano seguinte, Nansen Araújo viria inclusive a assumir a presidência da entidade por três meses. No ato de sua posse, apontou que no ponto de vista de autoridade pessoal, ninguém poderia esperar muito de si. No entanto, dizia se configurar como uma espécie de força coesiva entre o banco e a indústria (VIDA [...], 1965b).

O elo entre o empresariado industrial organizado e o banco de desenvolvimento, como vimos até aqui, foi expresso em outros momentos, mas, sobretudo, na natureza da perspectiva de desenvolvimento regional das instituições. Em 1967, ao analisar Aspectos da Economia Mineira, o periódico da federação trazia uma constatação de que o estado possuía o 5º maior território e a 2ª maior população, com a vida média do mineiro inferior à média nacional, além do fato de Minas ter sofrido com a perda de recursos humanos (VIDA [...], 1967d).

As Tabelas 6 e 7 elucidavam a situação:

Tabela 6 - Distribuição regional da renda nacional (%)

Região ou estado	1950	1955	1958	1960
Nordeste	16,4	13,9	14,3	15,9
São Paulo	32,3	32,9	32,3	32,3
Rio Grande do Sul	8,7	9,8	9,2	9,2
Minas Gerais	10,8	11,1	10,3	9,7

Fonte: Vida [...] (1967d).

Tabela 7- Renda per capita no Nordeste e em alguns estados (% da média nacional)

Região ou estado	1950	1955	1958	1960
Nordeste	48,5	42,9	44,7	50,8
São Paulo	188,6	187,2	180,5	177,7
Rio de Janeiro	101,8	95,5	96,9	95,0
Guanabara	334,0	308,2	326,0	291,0
Minas Gerais	74,5	78,9	74,2	70,9

Fonte: Vida [...] (1967d).

Preocupava, naquela ocasião, o padrão de vida que ficava abaixo da média nacional, resultante do baixo aproveitamento do potencial do estado, como reiteradamente vimos as instituições aqui estudadas veicularem. No âmbito de fomentar o desenvolvimento industrial do estado, o BDMG prometia em abril de 1967 um incremento de 25 bilhões de cruzeiros em investimentos no estado, o que assumiria para aquele ano mais de 50 bilhões de cruzeiros de inversões em projetos (FIEMG, 1967a).

O periódico da federação em diversas ocasiões veiculava anúncios conforme Figura 2:

Figura 2 - Como obter financiamento no BDMG

O prazo de carência, incluindo neste o período de carência, varia de quatro a seis anos, sendo estipulado tendo em vista as necessidades e características de cada empresa.

* O Banco cobra juros de 8% ao ano, incidindo sobre os saldos devedores, aplicando sobre o mesmo uma correção monetária, com um teto máximo de 25% ao ano e mais uma taxa de focalização de 9,5% ao ano. Estas taxas, considerando a correção monetária máxima) dão um juro de 28% ao mês.

O Banco exige uma das seguintes formas de garantia:

1 — Hipoteca de imóveis de propriedade do mutuário ou de terceiros;

II — Hipoteca de conjunto industrial;

III — Fiança industrial de maquinários, aparelhos e outras instalações para fins industriais.

PERFIL DO PROJETO

Este projeto, devido a sua natureza e extensão não é somente um instrumento necessário à obtenção do financiamento, mas um planejamento global para a indústria, um minucioso e seguro roteiro para as suas atividades técnicas, econômicas e financeiras. Do ponto de vista técnico abrange o processo de produção, "layout" da indústria, tendo em vista a produtividade máxima.

O estudo econômico e financeiro, incluindo uma completa e extensiva pesquisa de mercado abrange os seguintes, entre outros itens: área de influência da indústria, estudo da concorrência, mercado potencial, política de preços de compra e venda e variação dos custos-médios.

1 — Introdução

O Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais concede financiamento para indústrias novas que desejam se instalar em Minas Gerais, bem como para indústrias antigas que pretendam sua ampliação e modernização.

O financiamento abrange: construção civil, instalações industriais, aquisição de máquinas, equipamentos, matéria-prima e capital de giro.

2 — Obtenção do Financiamento

A obtenção do financiamento se faz em duas etapas:

1 — Enquadramento

Consiste no fornecimento do Banco de informações sobre o empreendimento, bem como de dados econômicos e financeiros da indústria.

Enviados estes dados ao Banco, o mesmo, no prazo aproximado de 30 dias julga a viabilidade e o enquadramento do empreendimento em suas normas operacionais.

2 — Apresentação do "Perfil de Projeto"

Julgado enquadrado pelo Banco o pedido de financiamento, isto é, após a receber o financiamento, é necessário a apresentação do "Perfil de Projeto", ou seja, um projeto, abrangendo aspectos técnicos, econômicos, sociais, financeiros e jurídicos do plano a ser executado.

Este "Perfil de Projeto" é então examinado e aprovado pelo Banco, sendo então liberado o financiamento.

3 — Condições do Banco

* Do empreendimento total, o Banco financia 80% do investimento fixo, entrando a indústria com 20%.

* Há um prazo de carência, variando com a natureza da firma, iniciando o pagamento ao Banco a partir da rentabilidade da indústria.

1 — Introdução

O Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais concede financiamento para indústrias novas que desejam se instalar em Minas Gerais, bem como para indústrias antigas que pretendam sua ampliação e modernização.

O financiamento abrange: construção civil, instalações industriais, aquisição de máquinas, equipamentos, matéria-prima e capital de giro.

2 — Obtenção do Financiamento

A obtenção do financiamento se faz em duas etapas:

1 — Enquadramento

Consiste no fornecimento do Banco de informações sobre o empreendimento, bem como de dados econômicos e financeiros da indústria.

Enviados estes dados ao Banco, o mesmo, no prazo aproximado de 30 dias julga a viabilidade e o enquadramento do empreendimento em suas normas operacionais.

2 — Apresentação do "Perfil de Projeto"

Julgado enquadrado pelo Banco o pedido de financiamento, isto é, após a receber o financiamento, é necessário a apresentação do "Perfil de Projeto", ou seja, um projeto, abrangendo aspectos técnicos, econômicos, sociais, financeiros e jurídicos do plano a ser executado.

Este "Perfil de Projeto" é então examinado e aprovado pelo Banco, sendo então liberado o financiamento.

3 — Condições do Banco

* Do empreendimento total, o Banco financia 80% do investimento fixo, entrando a indústria com 20%.

* Há um prazo de carência, variando com a natureza da firma, iniciando o pagamento ao Banco a partir da rentabilidade da indústria.

Fonte: FIEMG (1967b).

Um indício que aponta para a veiculação de campanhas como essa foi a preocupação quanto ao empenho do empresariado em se valer dos estímulos fiscais, creditícios e de importação mobilizados em favor da expansão de estabelecimentos, que – segundo números apresentados pela federação – ainda consumiam pouco mais de 10% da produção de ferro e aço, além do ramo têxtil do estado compor apenas 10% dos projetos apresentados em 1968 (VIDA [...],1969b).

Ao longo de pouco mais de 10 anos de atividades, o BDMG aumentou consideravelmente as operações aprovadas, vide a Tabela 8 a seguir

Tabela 8 - BDMG Valor médio das operações aprovadas

Ano	Nº de operações	Valor	Valor médio das operações
1963	30	Cr\$ 11.850.000	Cr\$ 395.000
1964	58	Cr\$ 41.600.000	Cr\$ 717.000
1965	125	Cr\$ 122.600.000	Cr\$ 918.000
1966	64	Cr\$ 66.800.000	Cr\$ 1.044.000
1967	81	Cr\$ 156.300.000	Cr\$ 1.930.000
1968	224	Cr\$ 577.300.000	Cr\$ 2.577.000
1969	167	Cr\$ 669.200.000	Cr\$ 4.007.000
1970	624	Cr\$ 1.100.000.000	Cr\$ 1.779.000
1971	495	Cr\$ 1.145.000.000	Cr\$ 2.313.000
1972	564	Cr\$ 2.246.400.000	Cr\$ 3.983.000
1973	691	Cr\$ 2.476.000.000	Cr\$ 3.583.000
1974	498	Cr\$ 3.094.000.000	Cr\$ 6.213.000
1975	769	Cr\$ 4.492.000.000	Cr\$ 5.841.000
1976	1162	Cr\$ 6.287.350.000	Cr\$ 5.411.000
Total	5552	Cr\$ 22.496.400	Cr\$ 4.052.000

Fonte: BDMG (1977).

Os esforços institucionais passaram a figurar para o empresariado mineiro organizado sob a FIEMG como uma fase para consolidar o parque industrial do estado, de elevar a participação de Minas no conjunto da renda nacional. Não à toa, em um discurso bastante emblemático do presidente da entidade, Fábio de Araújo Motta, o otimismo se destaca bastante:

A hora é do planejamento, dos programas e das metas, da política realista, dos incentivos fiscais, da conquista de novos mercados, da união de todos em torno de uma causa comum. A hora é dos mineiros e de Minas, onde muita coisa já foi feita e muita coisa resta ainda a fazer (VIDA [...], 1970a).

O contexto em que Motta afirmava isso era coerente não apenas com o crescimento da indústria em Minas, como também da economia brasileira em geral, de tal maneira que esse período acabou marcado pelo nome de milagre econômico. O otimismo com o país aparece com bastante destaque, por exemplo, em uma matéria intitulada ‘Brasil – 1970: grande arrancada para o desenvolvimento’, em que a percepção era de que não há apenas uma esperança, mas a certeza de dias melhores, e mais especificamente sobre Minas Gerais, apontava que

O prosseguimento das obras da Usina de Marimbondo, para alcançar a potência final de 1.400.000 KW de capacidade de geração, localizada na bacia do Rio Grande, a região Centro-Sul será interligada aos principais mercados consumidores por um sistema de transmissão que operará em 500KW. Também a Usina de São Simão beneficiará, preferencialmente, os mercados do Centro-Oeste, com uma potência global de 1.320.000 KW. Tanto no setor de transporte como no de comunicação, Minas Gerais encontrará novas bases para o desenvolvimento. Há, ainda, o Programa Noroeste de Minas Gerais, plano integrado de desenvolvimento dessa região do estado, visando o desenvolvimento e a colonização de extensa área do território, escassamente povoada e economicamente subutilizada, compreendida pelas regiões fisiográficas do Paracatu e Alto-Médio São Francisco. O plano objetiva dotar a região de uma infraestrutura de estradas e eletrificação rural, armazéns e silos, assim como a promoção da reforma agrária. Na região preveem-se, também, a mecanização da lavoura e a promoção da industrialização de parte dos produtos primários da região (VIDA [...], 1970b).

Mais uma vez, o plano de energia e transportes ocupa um espaço de destaque. Por outro lado, cabe notar, também, como a diversidade regional dentro do estado ganha notoriedade. Como expusemos anteriormente, neste capítulo, a FIEMG promoveu encontros específicos para determinadas regiões, como foi o caso da conferência para o Triângulo Mineiro e o Alto Parnaíba, enquanto o BDMG planejou determinados aportes voltados para o Polígono das Secas, por exemplo.

Vale destacar, também, que o ritmo das inversões feitas pelo BDMG variou entre as regiões de Minas, vide a Tabela 9 abaixo:

Tabela 9 - BDMG: aprovações de financiamentos por regiões (1963-1976)

Regiões	Aprovações	Participação relativa (%)
Metalúrgica e Campo das Vertentes	Cr\$ 9.785.934.000	43,5
Mata	Cr\$ 2.272.136.000	10,1
Sul de Minas	Cr\$ 2.632.079.000	11,7
Triângulo e Alto Parnaíba	Cr\$ 4.319.309.000	19,2
Alto São Francisco	Cr\$ 1.079.827.000	4,8
Nordeste	Cr\$ 1.282.295.000	5,7
Vale do Jequitinhonha	Cr\$ 202.468.000	0,9
Rio Doce e Mucuri	Cr\$ 922.352.000	4,1
TOTAL	Cr\$ 22.496.400.000	100,0

Fonte: BDMG (1977).

As disparidades internas de Minas Gerais são elucidadas a partir de algumas condições infraestruturais que conformaram o desenvolvimento industrial em especial na área central próxima à capital do estado, que, por sua vez, seria favorecida pela expansão rodoviária, vide o surgimento da Fernão Dias que ligaria a capital mineira à capital paulista. Em sentido semelhante, o Sul de Minas se beneficiou da desconcentração industrial, registrando elevação de estabelecimentos industriais em suas cidades, enquanto o Triângulo Mineiro se beneficiou da localização em relação à Brasília, mas também a vertiginosa expansão agropecuária do cerrado brasileiro a partir dos anos 1970.

Em 1970, o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – I PMEDES – estabeleceu o planejamento estadual. Os resultados foram bastante significativos: somente em 1972 os projetos de mineração, indústria e agropecuária implicavam em inversões da ordem de Cr\$ 12 bilhões ou 45% da renda interna estadual. A indústria siderúrgica ultrapassou a produção de 2,5 milhões de toneladas de aço em lingote, registrando um acréscimo de 13% contra 8% para o Brasil. A produção mineral representou mais de 85% do volume físico e mais de 80% no valor da produção nacional de minérios. A produção mineira de cimento superou a casa dos 2,8 milhões de toneladas, com um crescimento de 24% em relação a 1971. BDMG e INDI elaboraram a monografia sobre as vantagens locais de Minas Gerais para a FIAT no período em que a empresa italiana iniciava os diálogos com o governo brasileiro. BDMG atuou como acionista majoritário da AÇOMINAS no início das atividades da estatal mineira (BDMG, 1977).

No sentido de se integrar ao programa de planejamento regional, o BDMG pretendia,

não somente ampliar suas linhas de crédito, mas, também atender as diferenças fisiográficas do estado, diferenciando os financiamentos em concordância com as necessidades próprias de cada região do estado, visando, segundo Lúcio Assunção, então presidente do BDMG, a interiorização do desenvolvimento (VIDA [...], 1972b).

Cabe ainda dar destaque quanto ao INDI, instituição mantida por BDMG, CEMIG e FJP, que indicava para os empresários uma série de projetos já viabilizados que poderiam ser implantados no estado. Essa pré-viabilidade se embasava na especificação dos produtos a serem fabricados, descrição das matérias-primas, caracterização do mercado, dimensão do empreendimento, processos de produção, investimentos, custos e receitas e rentabilidade para assegurar aos investidores o aporte (VIDA [...], 1971c). O estudo estava detalhado da seguinte forma (TABELA 10):

Tabela 10 - Relação dos estudos de pré-viabilidade preparados pelo INDI

(continua)

Estudos	Investimento total
Usina de Açúcar	Cr\$ 25.860 mil
Algodão – integração da produção, beneficiamento, comercialização e assistência técnica	Cr\$ 12.190 mil
Produção e abate de suínos	Cr\$ 5.290 mil
Fábrica de rações concentradas e balanceadas	Cr\$ 9.650 mil
Milho e soja – produção, armazenamento e comercialização	Cr\$ 14.720 mil
Fábrica de Queijos	Cr\$ 12.450 mil
Cutelaria	Cr\$ 19.670 mil
Fábrica de Parafusos de Precisão	Cr\$ 31.700 mil
Fábrica de Cabos de Alumínio	Cr\$ 39.920 mil
Fábrica de Botijões	Cr\$ 12.000 mil
Fábrica de transístores	Cr\$ 11.350 mil
Fábrica de ferro-manganês e ferro-silício-manganês	Cr\$ 15.420 mil
Fábrica de ferro-silício e silício elementar	Cr\$ 21.280 mil
Usina de zinco eletrolítico	Cr\$ 60.370 mil
Redução direta de minério de ferro	Cr\$ 100.080 mil
Usina siderúrgica de pequeno porte integrada e produtores de gusa	Cr\$ 29.480 mil
Fábrica de cal	Cr\$ 14.040 mil
Fábrica de azulejos especiais e decorados	Cr\$ 33.010 mil
Fábricas de tubo PVC	Cr\$ 4.540 mil
Fábrica de vidro plano	Cr\$ 35.010 mil
Fábricas de pisos cerâmicos	Cr\$ 56.110 mil
Fábrica de fosfato desfluorizado	Cr\$ 7.770 mil
Fábrica de tripolifosfato de sódio	Cr\$ 30.600 mil
Fábrica de ácido cítrico	Cr\$ 29.570 mil
Fábrica de fumo	Cr\$ 47.860 mil

Tabela 10 - Relação dos estudos de pré-viabilidade preparados pelo INDI

(conclusão)

Estudos	Investimento total
Fábrica de celulose	Cr\$ 246.000 mil
Central de acabamento de tecidos	Cr\$ 9.950 mil
Fábrica de toalhas	Cr\$ 5.940 mil
Fábrica de camisas (Tipo de transporte – média categoria)	Cr\$ 4.160 mil
Fábrica de camisas (Tipo social e esporte – alta categoria)	Cr\$ 1.210 mil
Fábrica de calças (Alta categoria)	Cr\$ 1.690 mil
Fábrica de roupas femininas	Cr\$ 1.320 mil

Fonte: Vida [...] (1971c).

Setores alimentícios, têxteis e de bens intermediários aparecem na imensa maioria, o que indica o perfil potencial dos investidores do estado. O empresariado mineiro – em especial, aquele filiado à federação, como vimos – atuava no setor considerado tradicional, enquanto as inversões de maior ordem ficavam a cargo do Estado e do capital estrangeiro, ao passo que a preocupação com a infraestrutura esteve vinculada à profusão projetos de estabelecimentos voltados à produção de bens intermediários.

Ainda no âmbito dos planos regionais de desenvolvimento, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, durante o governo Rondon Pacheco (1971- 1975), estabelecia dois convênios entre órgãos estaduais. Entre a Secretaria da Fazenda e o BDMG, pelo qual a secretaria passaria 50% dos recursos provenientes da cota do imposto único sobre minerais para o banco, constituindo um fundo para atender a investimentos e financiamentos de obras ou projetos que interessem à indústria de mineração. E outro convênio entre o BDMG e a METAMIG (Metais Minas Gerais S/A) para prestar assistência financeira e técnica às empresas (VIDA [...], 1972a).

Nesse ponto, cabe destacar como em menos de uma década de atuação, o banco de desenvolvimento havia ampliado substancialmente seu campo de atuação entre diversas instituições e projetos, consolidando-se como uma das principais instituições operantes no período na economia do estado.

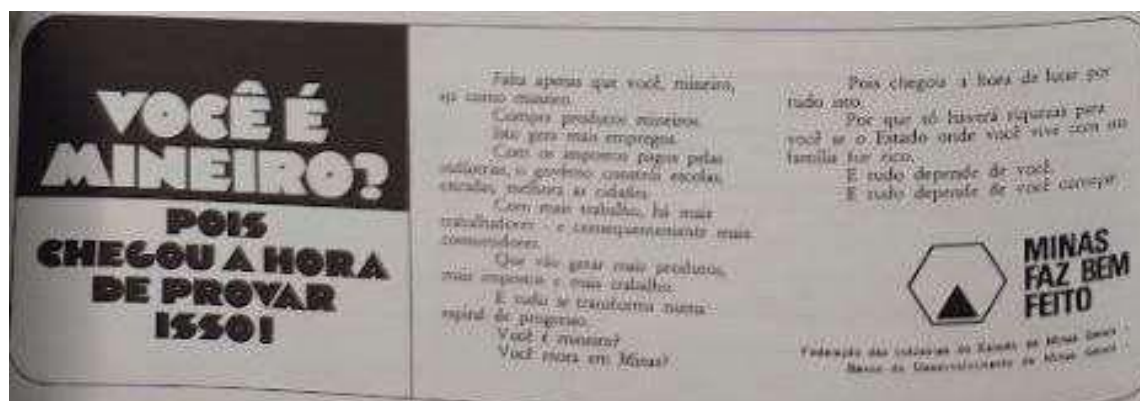
No âmbito do plano do governo Rondon Pacheco, a Companhia de Distritos Industriais (CDI) atuou para a construção da Cidade Industrial de Contagem. A iniciativa era acompanhada pela construção ou ampliação de distritos industriais em Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Montes Claros, além de obras infraestruturais em Juiz de Fora, Pirapora e Três Corações (VIDA [...], 1973).

Em 1971, BDMG e FIEMG passaram a se mobilizar para a campanha de valorização do

Produto Industrial Mineiro. Esta se ancorava em 3 pilares principais. A primeira defendia que as secretarias de estado, as empresas de economia mista e autarquias fixassem norma taxativa de defesa e valorização do produto mineiro em relação à concorrência de outros estados, como São Paulo e Guanabara. A segunda reivindicação consistia em estabelecer, com a Secretaria da Fazenda, um convênio de forma a premiar consumidores de produtos de procedência mineira. A terceira reivindicação pretendia motivar de forma cívica, ética e moral o consumo a partir da desconstrução da imagem do contribuinte como mau pagador ou sonegador de impostos (VIDA [...], 1971b).

Essa campanha, que pretendia contar com o apoio de diversas instituições públicas e privadas, possuía uma característica mais diversa do que se analisou até este ponto, já que a questão tributária aparecia com mais frequência nas reivindicações empresariais. Note-se que nesta campanha, o alvo era o consumidor, de tal maneira que a proposta era completada por outro material mais visual e direto em sua mensagem:

Figura 3 - Campanha: Minas Faz Bem Feito



Fonte: Vida [...] (1972a).

Embora a referência esteja datada, essa campanha esteve presente em praticamente todas as edições analisadas nesta pesquisa. Minas é vista, como em outros momentos, como um corpo uno, do qual consumidores e produtores devem mover forças junto às instituições para ganhar condições de concorrência com as unidades federativas vizinhas.

Por seu turno, no período temos que o Produto Interno Bruto, que aumentava a uma taxa média de 5,6%, aproximadamente, na década de 1960, experimentou um crescimento médio de 10,8% de 1970 até 1976, superior àquela exibida pelo país no mesmo período (BDMG, 1977). Como podemos ver na Tabela 11 abaixo, a evolução do produto interno mineiro esteve, de fato, ataxas próximas ou mesmo superiores às do conjunto do país:

Tabela 11 - Evolução do Produto Interno Bruto Mineiro em relação ao Brasil

Ano	Taxa de crescimento real – Brasil (%)	Taxa de crescimento real – Minas Gerais (%)
1971	11,3	9,7
1972	11,9	8,7
1973	14,0	11,9
1974	8,2	11,5
1975	5,2	12,1
1976	10,3	10,0

Fonte: SESI/PLAN (*apud* BDMG, 1977).

Quanto a essa questão da taxa crescimento mineira em relação à taxa de crescimento do país, chama a atenção o artigo assinado por Silviano Cançado Azevedo – figura tanto do BDMG quanto da FIEMG – mencionado no capítulo anterior. Logo no primeiro parágrafo do texto intitulado Minas Gerais e o crescimento brasileiro, a pergunta realizada foi acompanhará o estado de Minas Gerais o desenvolvimento nacional? Aparece, em um primeiro momento, uma digressão histórica para justificar o distanciamento entre Minas Gerais e outras regiões do país, em especial, o terreno perdido para São Paulo e Guanabara [na] disputa pelo primeiro esforço expressivo de industrialização. Tendo ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, esse processo privilegiou a instalação, tanto das indústrias de bens não duráveis como do mercado consumidor, junto à faixa beneficiada pelo processo de substituição de importações. Nos anos 1950, a infraestrutura ineficiente de energia e transportes, a inexistência de um setor de serviços eficiente e a ausência de urbanização bem estabelecida, afastou de Minas a instalação da indústria mecânica pesada, de autopeças e automobilística. Destacava, entretanto, que as décadas de 1950 e 1960 foram importantes para ampliar a oferta energética da CEMIG a partir da construção de novas usinas hidrelétricas, a abertura de novas estradas e a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (VIDA [...], 1972b). Continuava, no entanto, que as condições políticas permitiram que o estado entrasse na década de 1970 em outro cenário:

A siderurgia local executa programa ambicioso de crescimento; o setor energético continua a apresentar índices e resultados expressivos; o ramo de metais não ferrosos expande-se rapidamente, o mesmo ocorrendo com o de minerais não metálicos. Acha-se em fase de modernização a indústria tradicional, e a de alimentação, especialmente a agroindústria açucareira, de laticínios e frigorífica alcançam dimensões e graus de tecnicidade surpreendentes (VIDA [...], 1972b).

Os setores demonstram que a economia mineira havia atingido em alguns anos uma série de bons resultados graças a algumas vantagens locais, infraestruturais e, considerando o

que foi analisado até este ponto, institucionais, que permitiram o nível de crescimento que pode ser observado na primeira metade da década de 1970.

No editorial de transição entre o governo Médici e o seu sucessor, Ernesto Geisel, Nansen Araújo, outro personagem já mencionado neste trabalho, destacava que o general e mandatário que deixava o cargo havia tido mais vantagens que seus antecessores, que haviam tido suas atividades cerceadas pela necessidade de sanear todas as mazelas deixadas pela subpolítica de seus antecessores mais próximos. Médici, segundo Araújo, teria seu nome lavrado com letras de ouro nas páginas de nossa história. Quanto ao presidente Geisel, este inspirava confiança, pois manifestou intenção de continuar as características políticas de seu antecessor, mas alertando que o Brasil necessita de um governo com sabedoria suficiente para ampliar a vista no domínio dos problemas nacionais e universais (VIDA [...], 1974).

Mais uma vez, o empresariado industrial não colocava dúvidas quanto a sua fidelidade ao regime inaugurado em 1964. Atingindo uma década de existência, o regime encontrava-se em um momento de grandes resultados no crescimento do produto interno, ainda que uma série de contradições possa ser referida, como o arrocho salarial e a ampliação da desigualdade social.

Em um balanço generalizado sobre a década de 1970, a economia mineira apresentou uma taxa de crescimento média de 11,67% contra 8,56% da média nacional, elevou sua participação de 8,28% (1970) para 9,42% (1980), enquanto o setor industrial registrou 38,97% (1980) contra 25,40% (1970) de participação no PIB estadual. 25% dos investimentos estrangeiros foram realizados em Minas Gerais, quando por volta de 30 empresas multinacionais se instalaram no estado, como a FIAT (GARCIA; ANDRADE, 2006-2007).

Após a frustração de expectativas da década anterior, os anos 1970 deram otimismo, reforço e autoridade para o arranjo institucional aqui analisado a partir da FIEMG e do BDMG. Alienada do poder decisório das instituições principais do estado, o empresariado industrial filiado à federação encontrou no banco de desenvolvimento seu acesso aos rumos industriais do estado.

Como vimos, o conjunto de técnicos do BDMG não só não esteve alheio às pressões do empresariado industrial, como, também, era participante desse grupo em muitas ocasiões. Destaca-se que os programas de desenvolvimento, os estudos regionais e o próprio Diagnóstico da Economia Mineira não podem ser compreendidos somente enquanto análises sobre agregados econômicos e sobre as potencialidades produtivas do estado, mas, sim, como aspectos emblemáticos de uma percepção mais geral sobre o desenvolvimento presente em Minas Gerais.

O desenvolvimentismo mineiro foi formulado, endossado e mobilizado publicamente pelas instituições públicas e privadas de Minas Gerais, que, para além análises técnicas, consolidaram uma visão do estado a partir de uma leitura de seu atraso relativo, de sua espoliação por outras unidades federativas vizinhas – em especial, pela burguesia sanguessuga paulista, para emprestar o termo de Wilson Cano –, por sua condição semi-colonial e por seu potencial subaproveitado. Observa-se assim, que o uso dessa visão não é apenas econômico, mas, também, político e social.

Político, pois permite aos partícipes das esferas decisórias dar legitimidade ao seu projeto. E é social, pois permite ignorar as disparidades internas entre as regiões do estado para afirmar Minas como um corpo uno, enquanto, em outros momentos, essas diferenças são acentuadas para reforçar uma espécie de entendimento coletivo para resolução das particularidades. Essas duas naturezas, da unidade e da diversidade, não apenas coexistem, como se retroalimentam, dando uma característica própria ao desenvolvimento e ao desenvolvimentismo mineiro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou contribuir com o vasto e profundo debate sobre o papel do planejamento regional no Brasil. Como se viu, temas como a intervenção do Estado, o grau de potencialidade de inversões pela iniciativa privada, o papel político do empresariado e a atuação da tecnocracia estiveram em destaque ao longo destas páginas. Cabem algumas reflexões ao término dessa dissertação, alertando para a consciência de que o objeto não foi esgotado, permitindo novos adendos, contribuições e ajustes posteriores.

Como vimos, ao longo da primeira metade do século passado, Minas Gerais contou com uma vida política bastante intensa, basta pensar como personagens mineiros protagonizaram momentos na Primeira República, na Revolução de 1930, na Era Vargas e no seu desfecho. O esquema político calcado em esquemas familiares mostrou sinais de ruptura com o ímpeto modernizador, urbanizador e industrialista que se tornou mais potente de 1930 em diante.

O proto-desenvolvimentismo germinado em Minas desde os tempos de João Pinheiro já colocava o estado como um lugar do amanhã, no sentido de que não se teria realizado sua potencialidade, por conta de uma série de limitações, que favoreciam um escoamento das riquezas, como se deixasse escapar pelas mãos uma vocação mineira.

Essas limitações passaram a compor um ideário mais amplo, de tal maneira que a ação política para a formação de quadros técnicos e administrativos passou a levar em conta a força institucional para a mudança. Caso da Escola de Minas de Ouro Preto, responsável pela formação de gerações de engenheiros que ocuparam cargos técnicos. Com a fundação da Secretária de Agricultura em 1933, havia posto um lugar privilegiado para que esses agentes se estabelecessem.

Faltava daí um programa, um plano de ação, que foi sendo moldado ao longo das décadas seguintes, em diferentes formatos, em variados setores, amalgamando setores técnicos e políticos, tradicionais e modernos, públicos e privados, nacionalistas ou não nacionalistas. O Plano de Recuperação de Fomento à Produção, o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, o Binômio Energia e Transportes, a fundação da USIMINAS, a fundação da CEMIG e a fundação do DER compõe a longa trajetória da tecnocracia mineira em busca da superação de seu atraso relativo.

Aspectos esses bastante ressaltados pela literatura especializada e representada neste trabalho por diversos autores. No entanto, o papel das duas instituições aqui analisadas reforçam alguns elementos que merecem mais espaço para discussão. Desde a sua fundação

em 1933, a FIEMG possuía uma atuação mais declaradamente voltada para a classe empresarial, buscando atuar como um sindicato patronal por excelência. Essa atuação, digamos endógena, classista, necessitava também da natureza exógena de sua atuação, isto é, o estabelecimento de vínculos políticos que correspondessem às necessidades empresariais.

Isso ocorreu, por um lado, pela estrutura da federação, com a atuação de seus departamentos, por outro lado, pela polivalência de seus membros. Nomes como Nansen Araújo, Fábio de Araújo Motta, Mauro Thibau, contemporâneos ao recorte aqui trabalhado, fazem parte de uma tradição anterior de homens como Américo Gianetti e Euvaldo Lodi, com ligações políticas e técnicas relevantes.

Como discutido ao longo do trabalho, há também que se valorizar a análise dessa tecnocracia em sua relação com a política. O grupo dos engenheiros, responsável pelos projetos à frente da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Viação entre as décadas de 1930 e 1950, e o grupo dos economistas, a partir da fundação do BDMG, compõem um tipo de ação política que não se assume como tal, no sentido de que a política, aquela de partidos, ideologias e afins tem um lado negativo ou de entrave para o impulso de desenvolvimento imaginado pelos homens à frente dos órgãos como BDMG, DER ou CEMIG.

Sendo assim, a ação política em Minas Gerais foi entendida como uma mobilização conjunta entre setores técnicos, empresariais e burocráticos. Não que se deva ignorar atritos ou dissonâncias entre esses grupos, mas a emergência de um paradigma interpretativo sobre o problema mineiro permitiu um consenso em torno da solução.

O problema veio percorrendo já os capítulos iniciais deste trabalho, isto é, a condição de subdesenvolvimento do estado, em que ocuparia uma posição semi-colonial, sendo espoliado desde o surto da exploração do ouro, passando pela lavoura cafeeira, atingindo recursos minerais e enérgicos que supriam outras unidades da federação, como São Paulo e Riode Janeiro, mantendo Minas em uma posição de atraso relativo.

Essa visão do desenvolvimento regional era um ponto de partida para a solução que percorre diversos estudos e programas de ação do estado, como Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, o Plano de Eletrificação de Minas Gerais e o Binômio Energia e Transportes. No entanto, ela atinge sua forma mais definitiva com o Diagnóstico da Economia Mineira, formulado pelo BDMG em 1968. Como vimos, a solução ficaria calcada no investimento público estratégico, capaz de suprir as insuficiências do setor privado para inversões em setores pontuais, de tal maneira que o estado poderia mobilizar um programa capaz de impulsionar Minas, em especial, em direção à industrialização.

Vide o que foi analisado no último capítulo, nos anos de expansão econômica, Minas

Gerais conseguiu absorver muitos recursos e criar estabelecimentos empresariais, além do grande projeto de instalação da FIAT, a partir da ação do Estado. Isto é, o consenso mencionado ao longo do trabalho tem correspondência com a verticalidade da intervenção estatal. Dito de outra forma: as instituições públicas foram capazes de identificar o conjunto da economia, agentes, recursos, insuficiências, e recorreram a um mecanismo potente para transformar a realidade, o planejamento.

Sendo assim, após a frustração de expectativas na década de 1960, os anos 1970 deram protagonismo e reforço ao arranjo institucional mineiro, identificado, neste trabalho, a partir da FIEMG e do BDMG, inclusive pela polivalência de personagens e ideias entre os dois organismos, de tal maneira que o empresariado industrial representado pela federação encontrou no banco de desenvolvimento um espaço para agir nos rumos industriais de Minas Gerais.

De modo geral, acredita-se que este trabalho colocou em evidência o desenvolvimentismo mineiro por meio de duas instituições de destaque, sendo o BDMG de natureza pública e a FIEMG de natureza privada. Salienta-se, também, a importância das fontes empregadas neste estudo para mais bem compreender essas entidades, sendo o Diagnóstico (1968) e o Balanço (1977) pelo BDMG e a revista Vida Industrial pela FIEMG. Dessa forma, culminando no reconhecimento de que o compartilhamento de uma visão de Estado como capaz de mobilizar verticalmente agentes em torno do planejamento e induzir Minas ao crescimento econômico celebrado na virada para os anos 1970.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930- 1945. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 73-104.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**, Campinas, v. 21, p. 1075-1113, 2012.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)**. 2012. 316 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O Plano Trienal e sua economia política. *In*: AGUIAR, Rosa Freire d' (dir.). **O plano trienal e o ministério do planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 441-450.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Diagnóstico da economia mineira: diagnóstico**. Belo Horizonte: BDMG, 1968a. v. 1.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Diagnóstico da economia mineira: espaço natural**. Belo Horizonte: BDMG, 1968b. v. 2.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Diagnóstico da economia mineira: população e infraestrutura**. Belo Horizonte: BDMG, 1968c. v. 3.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Diagnóstico da economia mineira: agropecuária**. Belo Horizonte: BDMG, 1968d. v. 4.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Diagnóstico da economia mineira: indústria**. Belo Horizonte: BDMG, 1968e. v. 5.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Diagnóstico da economia mineira: serviços e setor público**. Belo Horizonte: BDMG, 1968f. v. 6.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **15 anos desenvolvendo Minas**. Belo Horizonte: BDMG, 1977.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O desenvolvimentismo**: do pós-guerra até meados dos anos 1960. [S. l.: s. n.]: 2010. (Palestra).

BIRCHAL, Sérgio. **Entrepreneurship in XIXth-Cenruty Brazil**: the formation of a business environment. 1. ed. London: Macmillan, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965. In: AGUIAR, Rosa Freire d' (dir.). **O plano trienal e o ministério do planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35-440.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 1930- 1995. 2. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: IE-Uncamp, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. São Paulo: Nacional. Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1979. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 4, p. 01-23, out. 2009.

COSTA, Jean Talvani; DANIELI NETO, Mário. Em busca do consenso empresarial: a crise do desenvolvimentismo nas páginas da revista Vida Industrial. **História Econômica & História de Empresas (ABPHE)**, [s. l.], v. 24, p. 429-462, 2021.

DALLA COSTA, Armando. História e historiografia empresarial: acesso e utilização de arquivos e fontes. In: DALLA COSTA, Armando; GRAF, Márcia (org.). **Estratégias de desenvolvimento urbano e regional**. Curitiba: Juruá, 2004. p. 121-141.

DELGADO, Ignacio Godinho. **A estratégia de um revés**: Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 3, p. 35-64, 1993.

DULCI, Otávio Soares; PEREIRA, Lígia Maria Leite. Empresariado e transição política. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 2. n. 2. p. 74-102, 1987.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

EAKIN, Marshall. **Tropical capitalism**: the industrialization of Belo Horizonte, Brazil. New York: Palgrave, 2001.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FISHLOW, Albert. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. **Estudos Cebrap**, [s. l.], n. 7, jan./mar., 1974.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). **Reivindicações das classes produtoras do Estado de Minas Gerais ao Exmo. Sr. Presidente Jânio Quadros**. [S. l.]: Centro de Memória do Sistema, 1961.

FRANCO, Gustavo. A Primeira década republicana. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica e republicana. 1889- 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 11-30.

FRANCO, Rolando. **La Invención del ILPES**. Santiago: CEPAL, 2013.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 31-72.

GARCIA, Júnior Ruiz; ANDRADE, Daniel Caixeta. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000). **Leituras de Economia Política (UNICAMP)**, Campinas, v. 12, p. 169-181, 2007.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 20, p. 343-388, 2010.

GONTIJO, Moema; NUNES, Cristina Pereira. FIEMG: uma longa trajetória em defesa do desenvolvimento industrial de Minas. **Revista Cícero**, Belo Horizonte, p. 24-29, jan./mar., 2001.

LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LOBO, Eulália. História de Empresas. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 217-240.

LOUREIRO, Felipe. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. 2012. 644 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 11. ed. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MESQUITA, Virgínia Antunes; ARAUJO, Vanessa Marzano. Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais: considerações do período pré e pós-Sudene. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL (SINAGGET), 1.; SEMANA DE GEOGRAFIA

DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (SEMAGEO), 34., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 1278-1289.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 1. p. 155-194.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PAULA, João Antônio de. FACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento em Minas Gerais. **Nova Economia (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 26, p. 1075-1095, 2016.

PAULA, João Antônio de. **Capítulos de história do pensamento econômico do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2021.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais**. 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

REIS, Milton. **A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 213-232.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturas na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 2/2, n. 6, abr./jun., 1982.

STARLING, Heloísa. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 9, n. 1, nov. 1961a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 9, n. 2, dez. 1961b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 10, abr./jul. 1963a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 10, ago./out. 1963b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 11, mar./abr. 1964a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 11, maio/jun. 1964b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1965a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, nov./dez. 1965b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, fev. 1966a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1966b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, abr. 1967a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1967b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, ago. 1967c.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, dez. 1967d.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, jan. 1969a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, fev./mar. 1969b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 16, n. 7, jul. 1969c.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, out./dez. 1969d.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1970a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, nov. 1970b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1971a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, jun. 1971b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, set. 1971c.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, jan. 1972a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, abr. 1972b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, dez. 1973.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, mar. 1974.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.